

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

CAROLINA MONEGO LINS PASTL

**A INEFICÁCIA DA (HIDROXI) CLOROQUINA CONTRA A COVID-19 NO  
JORNALISMO:**

Uma análise semiótica do Projeto Credibilidade

PORTO ALEGRE

2022

CAROLINA MONEGO LINS PASTL

**A INEFICÁCIA DA (HIDROXI) CLOROQUINA CONTRA A COVID-19 NO  
JORNALISMO:**

Uma análise semiótica do Projeto Credibilidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

**Orientador:** Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira

PORTO ALEGRE

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Pastl, Carolina Monego Lins  
A INEFICÁCIA DA (HIDROXI) CLOROQUINA CONTRA A  
COVID-19 NO JORNALISMO: Uma análise semiótica do  
Projeto Credibilidade / Carolina Monego Lins Pastl. --  
2022.  
104 f.  
Orientador: Felipe Moura de Oliveira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Crise do jornalismo. 2. Credibilidade. 3.  
Desinformação. 4. Coronavírus. 5. Pandemia de  
Covid-19. I. Oliveira, Felipe Moura de, orient. II.  
Titulo.

CAROLINA MONEGO LINS PASTL  
**A INEFICÁCIA DA (HIDROXI) CLOROQUINA CONTRA A COVID-19 NO**

**JORNALISMO:**

Uma análise semiótica do Projeto Credibilidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira – UFRGS

Orientador

---

Me. Sílvia Saraiva de Macedo Lisboa

Examinadora

---

Prof. Dr. Bruno Bueno Pinto Leites

Examinador

Para o meu avô, jornalista e nordestino arretado, Roberto Lins Pastl,  
que, mesmo de longe, está perto.

## AGRADECIMENTOS

Como aprendi na faculdade, jornalismo é um trabalho de muitas mãos. Por isso, tenho muito a quem agradecer. Primeiramente, então, agradeço ao Felipe, que foi muito mais do que meu orientador. Foi “chefe”, seja no estágio ou na iniciação científica, professor, incentivador, parceiro de projetos, “psicólogo” e, acima de tudo, amigo.

Aos meus pais, Carla e Roberto, que me apoiaram desde o início, seja quando aprendi a ler e a escrever (tenho a cartinha até hoje!), quando passei na faculdade ou quando minha primeira matéria foi publicada em um jornal. Obrigada também por entenderem a minha vontade de estudar em uma universidade pública e as minhas decorrentes ausências pelos estudos. Acima de tudo, obrigada pela dedicação de vocês até hoje.

À minha irmã, Daniela, que, neste período de pandemia, com aulas remotas, praticamente “fez” a graduação comigo. Deu pitaco sobre tudo e todos, ouviu parte das minhas aulas, me fez rir, chorar, aprender e a melhorar. Obrigada, então, a essa minha parceira de quarto e, mais do que isso, de vida!

À toda a minha família, que torceu e comemorou comigo as minhas conquistas. Em especial à minha tia Adriana, que me apresentou para todo o bairro São Geraldo como “sua sobrinha jornalista” e fez questão de comprar todos os exemplares dos jornais em que alguma matéria minha foi publicada. E segue fazendo (e contando!).

Às minhas avós, com quem eu gostaria de poder compartilhar mais esse momento da minha vida. Aos meus avós, pelas histórias que me foram contadas, que muito me orgulham.

Aos meus amigos, com quem eu cresci e sigo crescendo junto. Em especial à Giulia, por me ouvir, me motivar e estar sempre comigo. À Amanda, pelas nossas ligações de horas, de darem inveja a qualquer jornalista investigativo. À Isadora, pela nossa vida acadêmica construída juntas. Aliás, o que vamos fazer agora, Isa? À Camila, por ser minha parceira dentro e fora da faculdade. À Gabriela, por me lembrar de levar a vida mais leve. À Nicolle, por me lembrar que a vida nem tão leve é assim. Ao Gabriel e Felipe, pelas risadas e pelos papos-cabeças. À Diandra, meu “fueguito” do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), pelas tantas vezes que trouxe arte para a minha vida (e por aqueles intervalos com brigadeiro e cafezinho!). E ao Pedro, pela nossa trajetória juntos.

Gostaria de agradecer também a todos os professores da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) e do Colégio Província de São Pedro, que, de alguma forma,

contribuíram para o meu crescimento. Em especial à Luciana Mielniczuk, nossa querida Luti, ao Alexandre Rocha da Silva e ao Flávio Porcello, que me instigaram desde o início e muito me incentivaram na graduação, seja nos estudos de jornalismo digital e de semiótica, seja na busca em ser uma profissional mais humana. Como já disse Paulo Freire, educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Um muito obrigada, então, a esses corajosos!

Aos meus colegas da assessoria de comunicação do TRE-RS e das redações do Jornal Universidade, do Correio do Povo e da Zero Hora, em especial ao Cleber Moreira, Jônatas da Costa, Everton Cardoso, Jacira Cabral, Elder Ogliari, Nereida Vergara e Gisele Loeblein, que viram em mim algum potencial e me deram a oportunidade de crescer com vocês. Afinal, pesquisa se faz a partir da prática.

E ao Lucas, minha surpresa de 2022, por ter feito os últimos dois meses de escrita deste trabalho mais leves e muito especiais.

A todos e a cada um, obrigada por tanto!

## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a partir da semiótica se o Projeto Credibilidade pode ser entendido como uma alternativa de enfrentamento à crise do jornalismo. Para tanto, primeiro se diagnostica o cenário: de que, com as redes sociais digitais, a crise do jornalismo vai além do âmbito financeiro. É também de credibilidade. O fim do monopólio da informação em primeira mão e a desinformação fizeram com que os usuários passassem a confrontar, por meio das sobras geradas na semiose da notícia, a autoridade da profissão no seu papel historicamente constituído: o de informar os acontecimentos à sociedade. Durante a pandemia da Covid-19, tema que embasa este trabalho, não foi diferente. E a disputa de sentidos em torno da ineficácia da cloroquina contra o vírus evidenciou a importância do jornalismo e a necessidade de sua reformulação para a sobrevivência na era da Internet. Em um segundo momento, então, se propõe a mediação qualificada como alternativa à crise, mobilizando conceitos como jornalismo enquanto forma de conhecimento, semiose da notícia, credibilidade e crenças. A proposta de mediação qualificada entende que o jornalismo deve passar a informar de modo qualificado, a partir do reconhecimento perante o público de que media a informação, tendo em vista que não é mais prerrogativa do campo informar um acontecimento na era da Internet, para renegociar sua autoridade. Semioticamente falando, seria avançar do nível do interpretante energético para o lógico na semiose da notícia. Para isso, selecionou-se 14 matérias sobre a ineficácia do medicamento contra o vírus de cinco veículos jornalísticos que integram o Projeto. Depois, se utilizou a análise do acontecimento para descrição do material empírico e se mapeou os oito indicadores de credibilidade, que recomendam a adoção de técnicas de transparência nos textos para, enfim, serem analisados os resultados. O que se percebeu foi que a iniciativa pode contribuir para o enfrentamento da crise. Mas, para tanto, precisa rever alguns dos seus indicadores, e os veículos jornalísticos precisam assumir de forma plena o seu papel de mediador qualificado. Porque, ainda que seja inegável que o legi-signo da transparência tenha orientado a semiose da notícia, reconhece-se que os indicadores são frágeis e, em alguns casos, legi-signos do jornalismo tradicional ainda são bastante presentes, o que impede a plenitude do processo de significação.

**Palavras-chaves:** Crise do jornalismo. Credibilidade. Desinformação. Coronavírus. Pandemia de Covid-19.



## ABSTRACT

This research seeks to understand from semiotics if The Trust Project can be understood as an alternative to face the journalism crisis. To do so, the scenario is first diagnosed: with digital social networks, the journalism crisis goes beyond the financial scope. It is also credible. The end of the monopoly of first-hand information and disinformation made users start to confront, through the leftovers generated in the news semiosis, the profession's authority in its historically constituted role: of informing events to society. During the new coronavirus pandemic, subject that underlies this work, it wasn't different. And the dispute of meanings around the ineffectiveness of chloroquine and hydroxychloroquine against the virus highlighted the importance of journalism and the need for its reformulation for survival in the Internet age. In a second moment, then, qualified mediation is proposed as an alternative to the crisis, mobilizing concepts such as journalism as a form of knowledge, news semiosis, credibility and beliefs. The proposal of qualified mediation understands that journalism must start to inform in a qualified way, from the recognition before the public that it mediates the information, considering that it is no longer the prerogative of the field to inform an event in the Internet age, to renegotiate your authority. Semiotically speaking, it would be to advance from the level of the energetic to the logical interpretant in the news semiosis. For this, 14 articles on the ineffectiveness of the two medicines against the virus were selected from five journalistic vehicles that are associated with the Project. Afterwards, the analysis of the event was used to describe the empirical material and the eight credibility indicators, which recommend the adoption of transparency techniques in the texts, were mapped to, finally, analyze the results. What was noticed was that the initiative can contribute to facing the crisis indeed. But, for that, the initiative needs to review some of its indicators and journalistic vehicles need to assume their role of qualified mediator, in the semiotic sense. Because, although it is undeniable that the legisign of transparency has guided the semiosis of the news, it is recognized that the indicators are fragile and, in some cases, legisigns of traditional journalism are still quite present, which prevents the fullness of the signification process.

**Keywords:** Journalism crisis. Credibility. Desinformation. Coronavirus. Covid-19 pandemic.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>INSPIRAÇÕES TEÓRICAS PARA ENTENDER A CRISE.....</b>	<b>17</b>
2.1	O jornalismo como forma de conhecimento.....	17
2.2	O jornalismo como produtor de sentidos.....	19
2.2.1	<i>Práticas jornalísticas como legi-signos.....</i>	<i>25</i>
2.2.2	<i>O acontecimento.....</i>	<i>27</i>
2.3	A construção da credibilidade no jornalismo.....	29
2.3.1	<i>A construção de crenças.....</i>	<i>31</i>
<b>3</b>	<b>A CRISE.....</b>	<b>35</b>
3.1	De qual crise está se falando.....	36
3.2	O papel da desinformação.....	38
3.2.1	<i>A pandemia de Covid-19.....</i>	<i>41</i>
3.3	Mediação qualificada como alternativa.....	44
3.3.1	<i>Transparência como legi-signo.....</i>	<i>46</i>
<b>4</b>	<b>ALTERNATIVAS PARA ENFRENTAR A CRISE.....</b>	<b>48</b>
4.1	O Projeto Credibilidade.....	48
4.2	A metodologia de análise do acontecimento.....	52
4.3	Procedimentos metodológicos desta pesquisa.....	54
4.4	Descrição do material empírico.....	56
4.4.1	<i>Análise do acontecimento negacionismo frente à ineficácia da cloroquina contra a Covid-19.....</i>	<i>57</i>
4.4.2	<i>Agência Lupa.....</i>	<i>60</i>
4.4.3	<i>Folha de S. Paulo.....</i>	<i>67</i>
4.4.4	<i>Nexo.....</i>	<i>72</i>
4.4.5	<i>O Povo.....</i>	<i>78</i>
4.4.6	<i>Poder360.....</i>	<i>81</i>
4.5	Análise dos resultados.....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história do jornalismo é marcada por crises. Do rádio para a televisão, da televisão para o cinema, sempre se pensou que o primeiro fosse sucumbir. Por isso mesmo, em princípio, não é incomum falar em outra crise na profissão. A novidade desta, no entanto, está para além dos avanços tecnológicos, que normalmente funcionam como o estopim para instabilidade na área (CHRISTOFOLETTI, 2019). Envolve também o próprio sentido, semioticamente falando, do papel do jornalismo.

É preciso destacar já de início, então, que o jornalismo não vive apenas uma crise financeira, com modelos de negócio sendo postos em xeque com o advento da Internet. A profissão também vive uma crise de credibilidade. Nos últimos anos, uma em cada quatro pessoas no mundo relatou ter abandonado serviços de notícias em decorrência da falta de confiança sobre o conteúdo, ainda que duas em cada três pessoas acreditem que o que é noticiado é verdadeiro (TRUST, 2006).

A situação, de fato, é complexa. A legitimidade, de acordo com Lisboa e Benetti (2015), é alcançada por meio de um contrato de comunicação entre público e imprensa, embasado nas noções de verdade e credibilidade. As autoras argumentam que “não há apenas uma confiança no que é dito, mas também na figura de quem enuncia e no compromisso moral que envolve a comunicação” (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 19). A credibilidade se formaria, então, nessa relação, apoiada no compromisso moral que se consolida na medida em que a fonte de informação conquista a confiança do seu público – essa influenciada, diga-se de antemão, pelas suas crenças (LISBOA; BENETTI, 2015; PEIRCE, 1877).

Mas como, na prática, ocorreu esse desmoronamento da credibilidade? Na Internet, em especial nas redes sociais digitais, os usuários têm mais acesso a informações – sejam elas verdadeiras ou não – do que antigamente e mais espaço – neste caso, digital – para intervir na esfera pública. Qualquer pessoa com celular e uma conta no Twitter, por exemplo, pode noticiar a batida de carros em um cruzamento. Percebe-se, então, uma falência do projeto original do jornalismo moderno, que se afirma perante o público como o único capaz de reproduzir o objeto da ordem da realidade (com referência na semiótica pragmatista, mas traduzido aqui por acontecimento) tal como ele é, sem mediação, até chegar ao leitor, por meio da adoção de técnicas jornalísticas (OLIVEIRA, 2018). Esse argumento, aliás, sempre fez com a semiose da notícia (HENN, 1996) fosse incompleta, já que o jornalismo se estagnou

no interpretante energético ao recusar sua função de mediador da realidade e avançar para o interpretante lógico (OLIVEIRA, 2016).

O que se percebe hoje, de fato, é (1) uma incapacidade do signo ocupar o lugar do objeto, o que gera as “sobras” descritas por Santaella (2008) no processo de significação – e que ganham agora representações, nas redes sociais digitais, em signos que são amplamente compartilhados, alheios ao jornalismo, e (2) que o afetam naquilo que o consagrou na história: o de instituição social outorgada para representar os acontecimentos públicos (FRANCISCATO, 2005). Que tipo de papel restaria, então, ao jornalismo?

Vale salientar ainda que, diante desta disputa de sentidos em torno dos acontecimentos, gerou-se um cenário propício para um colapso informativo, culminado no final da década de 2010, quando o agenciamento de robôs, o uso ilegal de dados pessoais e o espalhamento de informações falsas pelo WhatsApp se materializaram em eventos como a saída do Reino Unido da União Europeia, a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro no Brasil (OLIVEIRA et al., 2020). Em 2020, em meio à pandemia de Covid-19<sup>1</sup>, a Organização Mundial da Saúde (OMS) chegou a alertar, inclusive, sobre a ocorrência de uma infodemia: “[...] um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico” (2020, p. 2). Entre os temas que mais ganharam visibilidade nesse cenário de desinformação está a suposta eficácia da cloroquina e da hidroxicloroquina<sup>2</sup> contra o vírus, remédios que até então eram amplamente usados no combate a doenças como lúpus e artrite reumatoide.

Na tentativa de ao menos amenizar esta crise, que, como vista até aqui, é múltipla, entende-se que o jornalismo precisa adotar uma série de práticas dentro das redações para,

---

<sup>1</sup> O novo coronavírus é o vírus SARS-CoV-2. Já a Covid-19 é a doença causada quando esse vírus infecta seres humanos. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade#:~:text=SARS%2DCoV%2D2%3A%20v%C3%ADrus,%2C%20como%20%E2%80%9Cnovo%20coronav%C3%ADrus%E2%80%9D>>. Acesso em: 13 abril 2022.

<sup>2</sup> Este trabalho utiliza apenas o termo “cloroquina” para se referir a ambos medicamentos porque entende ser o signo que melhor representa o tema. E que, neste caso, não há perda de sentido. No entanto, se decidiu manter o termo “hidroxicloroquina” em dados e trechos de matérias trazidos para efeito de comparação. Apesar de levarem a mesma substância, a cloroquina, as suas formulações são diferentes. Assim como os efeitos adversos: a hidroxicloroquina é considerada um pouco mais segura, com menos efeitos colaterais. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/faq/covid-19-o-que-sabemos-sobre-cloroquina-e-hidroxicloroquina-tire-duvidas.htm>>. Acesso em: 17 abril 2022.

enfim, avançar para o interpretante lógico na semiose da notícia. E a mediação qualificada<sup>3</sup> entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade seria uma delas (OLIVEIRA, 2016). A ideia por trás desse conceito é de que o jornalismo se trataria de uma forma de conhecimento específico e uma atividade de mediação em busca do melhor argumento que circula em algum meio. E essa mediação seria qualificada por ser praticada por um campo que possui teoria e método próprios (HABERMAS, 2003). Ao jornalismo caberia, então, não apenas circular discursos, como geralmente vem fazendo até agora – até porque somente replicar notícias na Internet já não é mais prerrogativa desse campo –, mas, sim, escrutiná-los (em termos habermasianos).

Para que a mediação qualificada de fato ocorra e se restabeleça a credibilidade no campo, se entende que é preciso rever alguns valores do jornalismo tradicional, os quais Oliveira (2012) percebeu funcionarem como legi-signos na semiose da notícia. Ao invés da afirmação da autoridade<sup>4</sup> a qualquer custo, por exemplo, se propõe, então, a transparência como técnica para se alcançar a mediação qualificada. A transparência seria uma nova forma de se conquistar a autoridade. Porque, ao contextualizar um acontecimento por meio de técnicas transparentes, o jornalista estaria negociando, novamente, a chance de ser credível perante o público, mostrando de onde retirou a informação. Cláusula, é preciso salientar, que até então pouco existia no jornalismo, já que tentava borrar o seu processo para, assim, ganhar autoridade.

Nesta pesquisa, se trabalha a transparência a partir de diversos autores. Em resumo, entende-se aqui como uma técnica que oferece “ao leitor clareza sobre as escolhas que norteiam a produção do conteúdo jornalístico, bem como as fontes utilizadas” (GEHRKE, 2018, p. 2), de modo a atestar credibilidade ao jornalismo neste novo cenário, de redes sociais digitais (LISBOA; FRANZONI, 2018).

---

<sup>3</sup> A mediação qualificada é compreendida nesta pesquisa como uma nova concepção epistemológica proposta ao jornalismo. É mais amplo do que uma das 12 finalidades do jornalismo definidas por Reginato (2016), a de informar de modo qualificado. É a proposta de uma nova forma de se fazer jornalismo. Embora ambas as perspectivas dialoguem para o enfrentamento da crise.

<sup>4</sup> A pesquisa reconhece a importância que a autoridade concedeu ao jornalismo historicamente, no sentido da competência dos veículos em informar. A crítica aqui é feita ao jornalismo que continua atuando numa lógica antiga autoritária, de informar um acontecimento e querer que as pessoas acreditem porque ele disse e, portanto, é verdadeiro. Diante da atual crise, o jornalismo precisa explicar ao público porque tem autoridade para retratar os acontecimentos. Precisa mudar sua justificação de autoridade, de que um fato é passível de ser credível porque ele disse para um fato é passível de ser credível porque se seguiu técnicas para retratar o acontecimento.

Ainda que não seja um conceito novo, a transparência tem sido adotada atualmente por diversos veículos jornalísticos no Brasil e no mundo como uma forma de se enfrentar acusações, como parcialidade e manipulação. O Projeto Credibilidade<sup>5</sup>, braço brasileiro do The Trust Project<sup>6</sup>, criado em 2017, é uma dessas iniciativas, que surgiu em 2019 para desenvolver padrões de transparência a serem utilizados por veículos jornalísticos, por meio de um manual. Esse manual, construído através de um consórcio internacional liderado pela jornalista Sally Lehrman e utilizado por 126 veículos jornalístico de diversos países, consiste em um sistema de indicadores de credibilidade que versam sobre os princípios éticos e de conduta, incluindo protocolos de apuração e edição e o histórico profissional de jornalistas que estão por trás das notícias. A ideia é que os jornalistas utilizem esses indicadores na produção de reportagens como balizadores, de modo a garantir uma maior transparência no trabalho jornalístico e, por fim, desenvolver credibilidade perante o público para recuperar a legitimidade da profissão.

Com maior tempo para reflexão e sem as pressões do mercado, avaliar a pertinência de alternativas adotadas por veículos jornalísticos ao cenário que se impõe é uma das funções que pode ser exercida pela academia. E é neste sentido que esta pesquisa pretende contribuir. Primeiro porque, como já percebeu Lisboa (2012) e a mesma autora com Benetti (2017), diferentemente de outras questões largamente problematizadas, como a objetividade, o conceito de credibilidade no jornalismo ainda carece de sistematização, principalmente do ponto de vista conceitual. De fato, ao se realizar o estado da arte<sup>7</sup> para este trabalho, foram encontradas apenas seis pesquisas cujo assunto principal era a credibilidade no jornalismo, todas com o conceito já aplicado nos respectivos objetos empíricos. Também se encontrou somente dois trabalhos com a transparência como base da consolidação teórica e um sobre o Projeto Credibilidade.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.credibilidade.org/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://thetrustproject.org/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>7</sup> O estado da arte foi feito a partir da busca por sete palavras-chaves (Jornalismo; Crise; Credibilidade; Transparência; Projeto Credibilidade; Covid-19; Hidroxicloroquina) e considerando majoritariamente trabalhos dos últimos cinco anos. Se recorreu às bibliografias disponíveis no Banco de Teses e dissertações da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nos repositórios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Google Acadêmico, no Academia.edu, em artigos do (Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação) Compós, do Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), do Congresso Internacional em Comunicação e Consumo (Comunicon) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), no portal de periódicos da Capes e no portal Scielo.

Segundo porque se entende necessário, diante da crise apresentada, contribuir para pensar o seu enfrentamento, já que o caos informativo, que inclui a desordem da informação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017; 2019; WARDLE, 2018), o fluxo constante e excessivo de conteúdos e a disputa de crenças, é capaz de causar problemas ainda difíceis de se quantificar. E, vale salientar, a própria sociedade é afetada por isso, no sentido de como pensam autores como Kovach e Rosenstiel (2004, p. 22), de que a finalidade principal do jornalismo seria a de “fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar”. A soberania popular não existe sem cidadãos informados, sendo que cidadãos informados não podem existir sem um jornalismo confiável (NICHOLS; McCHESNEY, 2010 *apud* TAVARES; SOUSA, 2019).

Um caso extremo e que exemplifica a afirmação é do que ocorreu em março de 2020 no Irã, onde 44 pessoas morreram por intoxicação de metanol<sup>8</sup>. Na época, desinformações circularam de que o álcool poderia combater o novo coronavírus. Como a venda e o consumo de bebidas alcóolicas é proibida no país, que segue à risca preceitos do islamismo, as pessoas resolveram tomar álcool puro, usado para limpeza, ou bebidas contrabandeadas.

E terceiro, já no âmbito pessoal, por uma preocupação natural com o cenário atual da profissão. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) divulgados pelo Poder360<sup>9</sup>, o número total de exemplares (digitais e impressos) de nove grandes jornais em dezembro de 2014 era de 1.712.424. Em dezembro de 2019, a cifra foi reduzida para 1.476.303, o que corresponde a uma queda de 13,8%. E isso influencia diretamente o número de profissionais empregados. Desde 2012 até 2018, 2.327 jornalistas em redações foram demitidos. Considerando empresas de mídia no geral, esse número sobe para 7.817 demissões (VOLT, 2018). Auxiliar a resolver pelo menos parte desta crise é uma forma de reduzir, também, esses números desanimadores.

Diante destes apontamentos e a partir do procedimento indicado por Braga (2005), decorre o seguinte problema de pesquisa: o Projeto Credibilidade contribui para que o jornalismo produza um signo pleno na semiose da notícia? Disso, se parte para o objetivo geral, que é analisar se os signos evocados em matérias jornalísticas que se propunham

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://exame.com/mundo/fake-news-sobre-coronavirus-leva-44-pessoas-a-morte-no-ira/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/digital-melhora-mas-circulacao-de-jornais-ainda-e-menor-do-que-em-2014/>>. Acesso em: 2 março 2022.

esclarecer informações sobre a ineficácia do uso da cloroquina contra a Covid-19 funcionam como propulsores da mediação qualificada. Como objetivos específicos, tem-se: (1) selecionar as matérias sobre a ineficácia do uso da cloroquina contra a Covid-19, uma de cada veículo associado ao Projeto Credibilidade, em três períodos temporais diferentes durante a pandemia; (2) aplicar a metodologia de análise do acontecimento em cada uma das matérias como forma de descrição do material empírico; (3) mapear quais indicadores previstos no manual do Projeto Credibilidade foram incorporados nas matérias e pelos veículos em seus sites; e (4) discutir se esses indicadores podem construir um signo pleno na semiose da notícia e, assim, recuperar a credibilidade perante o público por meio da mediação qualificada.

Para alcançar esses objetivos, utiliza-se como metodologia a análise do acontecimento de Vera França (2012) a partir da perspectiva teórica de Louis Quéré. Entende-se a pandemia do novo coronavírus como um grande acontecimento, já que, de acordo com a definição de Quéré, é algo inesperado que surge no cotidiano e é capaz de transformar diversos aspectos de nossas vidas – nesse caso, a relação com a higiene, outros seres humanos, objetos, trabalho, estudos e com o próprio jornalismo. Se valendo dos conceitos do jornalismo como uma forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1998; PARK, 1955), da semiose da notícia (HENN, 1996), de acontecimento (QUÉRÉ, 2005; 2012), de transparência, de credibilidade (LISBOA, 2012; LISBOA; BENETTI, 2015; 2017) e de crença, a individualização do acontecimento foi a técnica adotada dentro da análise do acontecimento para uma primeira descrição do material. No total, são analisadas 14 matérias jornalísticas, em três períodos distintos da pandemia: o início, em 20 de março de 2020, quando o Ministério da Saúde publicou uma portaria confirmando a transmissão comunitária em todo o Brasil<sup>10</sup>; o auge da polêmica da cloroquina, em 20 de maio de 2020, quando o Ministério da Saúde recomenda o uso do medicamento desde o primeiro dia dos sintomas do novo coronavírus<sup>11</sup>; e o fim da dúvida, em 23 de julho de 2020, quando é divulgado o maior estudo brasileiro até então comprovando a ineficácia do remédio contra a Covid-19<sup>12</sup>. Essa análise, como orienta

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-governo-declara-transmissao-comunitaria-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/20/governo-muda-protocolo-e-autoriza-hidroxicloroquina-para-casos-leves-de-covid-19>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/covid-19-estudo-aponta-ineficacia-de-tratamento-com-hidroxicloroquina>>. Acesso em: 2 março 2022.



Vera França (2011), foi feita em cinco etapas: descrição do acontecimento, narrativização, identificação do pano de fundo pragmático, caracterização do problema público e normalização. Depois disso e de mapeado os indicadores de credibilidade que aparecem no material empírico categorizado, foi feita, enfim, a análise dos resultados.

Do cenário identificado à prática que se propõe analisar, o trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro apresenta a perspectiva teórica a partir da qual o jornalismo é problematizado. Trabalha-se, então, a ideia do jornalismo como forma de conhecimento, noções de semiose da notícia, de como surge um acontecimento, de como a credibilidade é adquirida e como as crenças são fixadas para explicar brevemente como o jornalismo funcionava antes da Internet. No segundo capítulo, busca-se compreender o cenário de crise do jornalismo na Internet, com o surgimento das redes sociais digitais. Explica-se que crise é essa que está sendo trabalhada, a partir da semiose da notícia, e como o cenário de desinformação acentua essa crise, exemplificado por meio da pandemia de Covid-19. Ainda neste capítulo, se propõe a mediação qualificada como uma forma de enfrentamento a esse cenário. E o terceiro e último capítulo traz de forma mais sistemática a história e as características do Projeto Credibilidade e analisa se essa iniciativa pode contribuir, de fato, para enfrentar a crise do jornalismo.

O resultado indica que a iniciativa pode contribuir para o enfrentamento da crise. Há veículos jornalísticos mais avançados do que outros nesse sentido, mas é inegável que já existe uma preocupação por parte das empresas em trazer mais contextualização aos acontecimentos. Mas, para tanto, o Projeto Credibilidade precisa rever alguns dos seus indicadores, e os veículos jornalísticos precisam assumir o seu papel de mediador qualificado, no sentido semiótico. Porque, ainda que seja inegável que o *legi-signo* da transparência tenha orientado a semiose da notícia, reconhece-se que os indicadores são frágeis (TRÄSEL et al., 2019) e, em alguns casos, *legi-signos* do jornalismo tradicional, como valores autoritários, ainda são bastante presentes, o que impede a plenitude do processo de significação.

## 2 INSPIRAÇÕES TEÓRICAS PARA ENTENDER A CRISE

O jornalismo surge e se fortalece ao longo da Modernidade por suprir uma nova necessidade social: a informação. Oddo (2015) explica que, com a expansão do território de ação dos sujeitos, há uma demanda por informações de lugares e eventos cada vez mais distantes, tanto geograficamente quanto pelas novas rotinas de trabalho e produção. Nesse período, de 1453 a 1789, segundo a periodização tradicional, o jornalismo foi do estilo panfletário, opinativo até o mais informativo (SOSTER, 2006). A virada de chave talvez tenha ocorrido quando a separação da notícia da opinião representou um aumento grande das vendas diárias e, conseqüentemente, do faturamento dos jornais (AMARAL, 1996).

Mas foi só com o surgimento da democracia moderna, a partir do século 18, que o jornalismo conquista a sua autoridade no espaço público como uma atividade legítima de informar a realidade nos moldes que conhecemos hoje (TRAQUINA, 2005). A consolidação do jornalismo como uma instituição moderna confiável, então, se dá não só pela sua importância para a coesão social, dando ferramentas – no caso, a informação – para se viver em sociedade, mas pela exploração dessa autoridade. Para isso, o jornalismo buscou e segue buscando justificativas simbólicas para manter sua credibilidade e legitimidade nas crenças da sociedade.

A partir desse panorama histórico, o objetivo deste capítulo é apresentar as perspectivas teóricas a partir da qual o jornalismo na era da Internet será problematizado mais adiante (no capítulo 3). Explica-se aqui o que se entende como jornalismo enquanto forma de conhecimento e produtor de sentidos e como o acontecimento, a credibilidade e a crença são constituídos.

### 2.1 O jornalismo como forma de conhecimento

É a partir da centralidade da mídia jornalística na oferta de conteúdos que se tornam referência para os indivíduos conhecerem o mundo social que, na visão de Franciscato (2018), surge a tese de que o jornalismo também seria uma forma de conhecimento. Um dos autores mais frequentemente citados nessa perspectiva é Robert Park (1955). Ele defende que o jornalismo produz um conteúdo que gera um conhecimento particular da realidade<sup>13</sup>, diferente

---

<sup>13</sup> No original, "knowledge about".

do conhecimento científico, reflexivo e sistemático, e do conhecimento obtido em nossa vida diária (ou do senso comum)<sup>14</sup>, que resulta em uma percepção assistemática e a-reflexiva.

Genro Filho (1987, p. 14) também caminha nessa direção, ao afirmar que “o jornalismo é caracterizado como uma forma de conhecimento centrada no ‘singular’”. Em outras palavras, o autor diz que os jornalistas (conscientes ou não, querendo ou não) retratam acontecimentos sociais na forma de fenômenos singulares a partir de técnicas, que selecionam as mediações que produzem esse acontecimento. E, segundo Genro Filho, “[...] é a exigência da singularidade em manter-se como tal que impede o jornalismo de tornar-se uma forma de conhecimento científico ou um mero epifenômeno da ciência” (1987, p. 66). Nesse sentido,

*a notícia jornalística não pode ser considerada como uma modalidade da informação em geral. Não foi a transmissão genérica da experiência – o que sempre ocorreu em sociedade – e sim a transmissão sistemática, por determinados meios técnicos, de um tipo de informação necessária à integração e universalização da sociedade, a partir da emergência do capitalismo, que deu origem à notícia jornalística. (GENRO FILHO, 1987, p. 174).*

De forma semelhante, Meditsch (1998) defende a singularidade do jornalismo em relação às demais disciplinas. Para o autor, o jornalismo não seria uma ciência menor, mas uma maneira distinta de produzir e reproduzir conhecimento do mundo e de outras instituições.

O avanço nessas abordagens (e é o que, de fato, interessa e se baseia esta pesquisa) foi obtido com a problematização do processo de construção desse conhecimento. A obra de Berger e Luckmann *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (1983) é uma referência na perspectiva construcionista nos estudos de jornalismo, ainda que o jornalismo praticamente não seja considerado. Mesmo os meios de comunicação de massa aparecem apenas em curtas passagens no texto.

A partir desses autores, é possível entender que, se o jornalismo é uma forma de conhecimento e se o conhecimento é socialmente construído, o jornalismo também interviria na construção social da realidade. Quer dizer, ao representar os acontecimentos na forma de notícia, o jornalismo atribui, inevitavelmente, significados aos fatos, e é influenciado por outros, produzindo um certo tipo de conhecimento específico pela forma que vê e é afetado pelo mundo (OLIVEIRA, 2017). Dessa forma, atua como agente construtor de sentidos da realidade, ainda que possa “tanto servir para reproduzir outros saberes, quanto para

---

<sup>14</sup> No original, “acquaintance with”.

degradá-los, e por vezes fazer os dois simultaneamente” (MEDITSCH, 1998, p. 26). Srouf (1978, p. 31) detalha quatro premissas para essa produção de conhecimento a que está se referindo:

1) o mundo existe independentemente do seu conhecimento, quer dizer, que se conheça ou não o mundo, isto não o impede de existir; 2) o mundo social e natural sofre determinações reais: a inter-relação de seus fenômenos e a lógica de sua estruturação interna produzem efeitos substanciais; 3) as determinações reais podem ser conhecidas, previstas e, numa certa medida, controladas, ou seja, podem ser apropriadas cognitivamente para uma possível intervenção; 4) o conhecimento resulta de uma produção pois, de um lado, não há apropriação sem modificação do objeto apropriado – que existe de forma independente – e, de outro lado, não se trata de extrair o conhecimento como se estivesse escondido no real, uma vez que se assim fosse não se teria mais uma transformação, mas uma recuperação do que já estaria previamente constituído.

Ou seja, para além do jornalismo como uma forma de conhecimento, esse trabalho entende que, “como qualquer outra (...), não consegue espelhar a realidade porque este processo é sempre perspectivo, seletivo e construtivo” (SPONHOLZ, 2009, p. 105). Essa concepção, aliás, rompe com a teoria do espelho<sup>15</sup>, que surgiu durante as mudanças da imprensa norte-americana na segunda metade do século 19 e que até hoje está imbricada em crenças do senso comum da sociedade. E, como será visto no capítulo 3, será um dos pilares para a consolidação da crise do jornalismo.

## 2.2 O jornalismo como produtor de sentidos

Partindo da ideia de que é uma forma de conhecimento e de que conhecimento é algo construído socialmente, o jornalismo pode ser entendido como um sistema de produção de sentidos com técnicas próprias para representar os acontecimentos na forma de notícia, como foi mencionado brevemente no subcapítulo anterior. Para entender melhor essa perspectiva, no entanto, é preciso esclarecer alguns conceitos-chave da semiótica lotmaniana e peirceana<sup>16</sup>. É isso o que esse subcapítulo se propõe a fazer.

<sup>15</sup> Teoria que emerge de uma espécie de “ideologia profissional” do jornalismo, cuja explicação do processo de construção da notícia não admite a interferência subjetiva do jornalista. As notícias são como são porque a “realidade” as determina assim (TRAQUINA, 2005). É, ainda que, para muitos pesquisadores, já tenha surgido como uma ideologia “natimorta”, utiliza-se nesta pesquisa mesmo assim tendo em vista que o jornalismo tradicional ainda recorre a valores semelhantes ao defender sua autoridade e credibilidade perante o público.

<sup>16</sup> Utiliza-se os dois autores porque entende-se que uma teoria complementa a outra, da semiosfera e da semiose, como será explicado a seguir.

Inicia-se, então, com o conceito de semiosfera. De acordo com Yuri Lotman (1996), semioticista que cunhou o termo, a semiosfera é o espaço de confluência da semiose, ou seja, dos processos de produção de sentido. Em outras palavras, é o espaço onde sistemas abertos ou sistemas de produção de sentido agem e interagem, compartilham códigos e significam os acontecimentos em signos (OLIVEIRA et al., 2019). Essa interação é basicamente feita por meio do transporte de informações (ou “textos”, como Lotman denomina) na fronteira desses sistemas (ou “cultura-emissora” e “cultura-receptora”, como o mesmo autor chama), que traduzem as mensagens externas para a linguagem interna da sua semiosfera e vice-versa (AMÉRICO, 2017). Esse enlace ou conexão entre duas coisas é uma relação que sempre modifica ambas. O trecho a seguir detalha como funciona esse processo<sup>17</sup>:

1) No início, os textos, que acabaram de atravessar a fronteira da semiosfera, são percebidos nitidamente como estranhos, alheios. Eles ocupam o lugar superior na hierarquia da cultura-receptora. Saber a língua da cultura estrangeira significa pertencer à elite. Já os textos anteriores, escritos na língua da cultura-receptora, são vistos como secundários e inferiores; 2) ocorre uma adaptação mútua entre os textos importados e a cultura-receptora. Como resultado disso surgem as traduções e adaptações; 3) começa a se formar uma ideia de que na cultura-emissora esses textos não encontraram a sua verdadeira realização, porém a encontrarão dentro da cultura-receptora. Nesse contexto, cresce a inimizade em relação à cultura-emissora; 4) os novos textos se dissolvem por completo na cultura-receptora, que então começa a produzir os seus próprios textos, baseados nos códigos culturais dos textos assimilados; e 5) a cultura receptora torna-se emissora dos seus próprios textos, que se dirigem às regiões periféricas da semiosfera e que, por sua vez, provavelmente serão exportados para outras semiosferas. (LOTMAN, 2001, p. 272).

Para Lotman, então, o mundo da semiose não está fatalmente fechado em si. Na realidade, os sistemas de produção de sentido dependem dessa interatividade na semiosfera para existir. O problema é que, quando se abrem para essa interatividade, põem em risco o seu núcleo, a sua gênese, o que faz aquele sistema ser como é, um sistema autônomo de produção de sentido. Ao fazer isso, acentua a caoticidade do externo, dissipando sua organização e podendo tornar os sistemas mais vulneráveis a crises (OLIVEIRA, 2016), como será visto no capítulo 3. É complexo. Essa interação, ao mesmo tempo que confere existência a esses sistemas, pode dizimá-los<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Vale lembrar que esse ciclo é meramente esquemático e nem sempre o processo de assimilação passa por todas as etapas mencionadas (AMÉRICO, 2017).

<sup>18</sup> Essa perspectiva está relacionada à percepção de que processos físico-químicos do universo são pautados por parâmetros significativos de indeterminação e incerteza (MAINZER, 1994; MORIN, 1986). Segundo a lei da termodinâmica, o desgaste energético implicado na entropia, num sistema fechado, produziria a morte térmica. Por isso, existem sistemas capazes de reverter esse desgaste energético, gerando organização localizada ou, em outras palavras, a sua sobrevivência. São

No caso do jornalismo, é na semiosfera que ele, entendido aqui como um dos vários sistemas de produção de sentido existentes, atua historicamente com protagonismo. E é a interação entre diversos sistemas que faz com que a atividade internalize uma série de códigos e procedimentos organizacionais para dar conta desse ambiente que tende ao caos (HENN, 2002). Em outras palavras, os acontecimentos são singularidades que produzem rupturas, descontinuidades, trazem incertezas (QUÉRÉ, 2005; MORIN, 1986) e o jornalismo dá forma semiótica a eles, criando hierarquias, enquadramentos, domesticando-os (SÁBADA, 2007).

Considerando, então, que semiose é todo processo de produção de sentido, a semiose da notícia seria o processo de produção de sentido na notícia, que começaria desde a elaboração de uma pauta (HENN, 1996). E, como em Peirce, “a semiose é uma ação envolvendo a cooperação de três sujeitos – um signo, seu objeto e seu interpretante” (COLAPIETRO, 1989, p. 70), na semiose da notícia não poderia ser diferente. Henn (1996) propõe que a semiose da notícia funcionaria, então, pelo esquema lógico: acontecimento enquanto objeto, jornalismo enquanto mente interpretante<sup>19</sup> e notícia enquanto signo. Oliveira (2016, p. 34) explica:

Começa pelo acontecimento que transita ao acontecimento jornalístico (BENETTI, 2010), quando ascende à condição de pauta nas redações. Tem-se, então, um fluxo de semiose submetido às etapas historicamente consagradas no processo de produção da notícia: pauta, apuração, redação, edição, direção de fotografia, diagramação... [...] O jornalismo age, nesse desenho lógico, na condição de interpretante do acontecimento, que na semiótica assume o lugar do objeto; produz um signo que o representa, na forma da notícia, e o faz circular na semiosfera, quando esse signo interage com outros: aqueles que desencadeia sobre um leitor de jornal, por exemplo. E assim sucessivamente, já que a semiose é infinita e incontrolável (PEIRCE, 2002).

Mas o que exatamente são signo, objeto e interpretante? Para Peirce (1977, p. 43),

Um signo é qualquer coisa que representa alguma coisa – seu objeto – para qualquer mente que possa interpretá-lo assim. Mais explicitamente, o signo é algo que aparece em lugar de seu objeto, que não aparece por ele mesmo. De forma que o signo é [...] a “aparição” virtual ou, figurativamente falando, emanando do objeto e capaz de produzir um efeito num ser inteligente. Efeito esse chamado interpretante do signo – que é devido, de alguma forma, ao objeto. É produzindo o interpretante que o signo preenche sua própria função – função que o constitui como signo.

---

sistemas abertos, auto-organizacionais ou autopoléticos, e o jornalismo seria um deles. A tendência à permanência pode ser garantida pela força auto-organizacional do sistema (*apud* OLIVEIRA, 2016).

<sup>19</sup> Como a noção de interpretante que o esquema expressa não denota sua ocupação por um sujeito concreto (o intérprete), nem faz relação à interpretação puramente do acontecimento, o autor preferiu utilizar “jornalismo” e não “jornalista”, assim como “mente interpretante” ao invés de “interpretante”. A explicação disso vem mais adiante, neste mesmo subcapítulo.

Em outras palavras, o signo tem uma função ontologicamente mediadora: é o objeto mediado por um interpretante e nunca ocupará o lugar do objeto (SANTAELLA, 2008). E mais: haverá sempre aspectos do objeto que o signo não poderá representar, que são as sobras. Essas sobras são a parte do objeto dinâmico não representada na ação de um interpretante energético em qualquer semiose – conceitos que serão explicados adiante, neste mesmo subcapítulo.

A partir dessa concepção, Oliveira (2012, p. 74) faz uma analogia ao jornalismo e à teoria do espelho: “refletir objetivamente a realidade, levar o objeto [no caso da semiose da notícia, o acontecimento] diretamente ao público, sem que haja interferência do jornalista como interpretante, como defende a teoria do espelho, por exemplo, seria inconcebível”. Para o autor, esse seria, inclusive, o meandro em que o jornalismo firma sua função mediadora, de aferir sentidos aos acontecimentos como objeto semiótico no signo/notícia, como será visto no capítulo 3, ainda que não se possa alcançar todos os sentidos que ele potencialmente carrega (OLIVEIRA, 2016).

A partir dessa lógica triádica (signo, objeto e interpretante), Peirce (1977) lista três categorias para explicar como os fenômenos chegam à consciência humana. E as chamou, respectivamente, de primeiridade, secundidade e terceiridade.

Na primeiridade, a consciência apreende o fenômeno sem relação ou representação, ainda como uma possibilidade, uma qualidade, um sentimento imediato, ou seja, sem mediação. O modo de ser tal como é. É aqui que entra a categoria do signo. Um exemplo seria um aroma, ainda não associado a nenhuma outra elaboração de sentido. No caso da semiose da notícia, esse signo seria a sensação que antecede o acontecimento.

Quando o fenômeno, ainda na sua singularidade, é relacionado a modos de operação de sentido, já se está falando de secundidade. Nesta etapa, o signo passaria para o lugar do objeto, pois atinge o nível do fato, do feito, do produzido, do mundo material. O modo de ser tal como é em relação a um segundo, mas ainda sem a produção de uma representação que levaria a um terceiro.

É preciso ressaltar que o objeto não necessariamente tem uma concreticidade física. Ideias, valores também são objetos representados por signos. E os objetos têm naturezas distintas, podendo ser imediatos e dinâmicos. Ao objeto imediato se associa o sentido que o signo que o representa produz; ao dinâmico, um sentido que está nele antes do signo, que

independe dele e por ele pode, dependendo do interpretante, ser mais ou menos aferido. Em outras palavras:

Quando eu olho para o fogão a gás, aceso, dependendo do contexto de sentido que eu aciono, produzo um signo que pode representá-lo como um objeto que posso tocar; seria frio: é o objeto imediato que represento. Ao tocá-lo, queimo a mão, como se o objeto dinâmico desmentisse o meu signo inicial e, assim, os objetos não fossem completamente mudos. (COLAPIETRO, 1993, p. 152).

No caso da semiose da notícia, o objeto do processo de produção de sentido é o acontecimento. E, como explica Adriano Rodrigues (1993, p. 27), “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais”. Na relação com as teorias mobilizadas anteriormente, então, estaríamos diante do elemento propulsor da construção social da realidade, da significação do mundo (HENN, 2010), já que, a partir da afetação sobre os sujeitos por acontecimentos das mais variadas ordens, sentidos são produzidos (OLIVEIRA, 2017). Mais detalhes serão vistos na segunda seção deste subcapítulo.

Quando o ser humano tem acesso ao fenômeno pela linguagem ou qualquer outro tipo de mediação, já está se falando em terceiridade. Esse seria o momento em que o pensamento é efetivamente processado e o fenômeno representado por signos produzidos pela mente interpretante. Aliás, como lembra Oliveira (2016), o interpretante é o nível de significação que um pensamento alcançou, em quem quer que seja o intérprete. Ou seja, interpretante não é sinônimo de intérprete.

No caso da semiose da notícia, o jornalismo ocuparia o lugar lógico do interpretante, na medida em que contextualiza o acontecimento/objeto para sua representação no signo/notícia. Lugar lógico porque, assim como o objeto, o interpretante também se divide em categorias: o interpretante inicial, dinâmico e final, sendo que o dinâmico é dividido em emocional, energético e lógico. Explica-se: o interpretante inicial é a potencialidade de interpretações que podem ser feitas a partir de um objeto. É a batida de um carro. Quando a redação recebe uma mensagem de WhatsApp de um leitor avisando que houve esse acidente, por exemplo, já entraria no dinâmico. O repórter que lê a mensagem, então, é afetado emocionalmente pelo fato, no sentido da primeiridade, de Peirce. Percebe que é um fenômeno que merece atenção.

Avança-se, então, para o interpretante energético, quando, como o próprio nome do conceito já diz, mobiliza-se energia, acontece uma reação. É o repórter indo ao local e



informando o que foi ocorrido por meio de fontes oficiais, como a polícia. Para Oliveira (2016), essa é a etapa que o jornalismo parou na semiose da notícia. Ou seja, o jornalismo até hoje normalmente não consegue avançar para o interpretante lógico e, em seguida, para o final. Isso faz com que se produza um signo degenerado, problema que ganhará maior visibilidade com as redes sociais digitais, como será visto no capítulo 3.

Para Henn (2014b), a semiose incompleta da notícia é compreensível, considerando as atuais exigências do mercado de trabalho num ambiente digital, de tempo e velocidade, que implicam numa decifração rápida do acontecimento e numa menor contextualização dos fatos. Oliveira (2016) também lembra que essa incompletude se dá porque o jornalismo negou a sua função mediadora<sup>20</sup>, ao defender valores autoritários, como a capacidade de falar a “verdade”. Para se avançar ao interpretante lógico, seguindo no mesmo exemplo anterior, o repórter poderia entrevistar outras fontes, como pedestres e motoristas, buscar dados de outras batidas de carro no mesmo local, para não apenas reproduzir um discurso oficial. A ideia é de que,

admitida a mediação, o jornalismo seria o campo a ocupar a condição de “conhecedor”, de que trata Oehler (1987), do método capaz de aferir sentidos dos acontecimentos como objeto semiótico; representá-lo de modo a dar a ver mais da sua complexidade no signo/notícia – ainda que não se possa alcançar todos os sentidos que ele potencialmente carrega, logicamente. [...] Contrário sensu à crítica que se pode aferir do que fora tratado como a contensão que as técnicas jornalísticas impõem aos sentidos que o acontecimento revela, é também por elas que o jornalismo se afirma como campo social legitimado para produzir signos que tentam representar seus objetos de modo que aquilo que é essencial deles esteja contido. (OLIVEIRA, 2016, p. 31-32).

Ainda que talvez já esteja claro, é importante ressaltar que o modelo proposto por Henn (1996) explicado até aqui, de produção de processo noticioso, é mais didático do que de fato funcional, já que as semioses são difusas, antagônicas, não necessariamente lineares, infinitas e incontrolláveis. A concepção peirceana de semiose não pode ser reduzida a uma série de ações entre pares (ECO, 1976 *apud* COLAPIETRO, 1989).

Isso porque um signo que representa, sempre que gera um interpretante, está concluindo um processo de semiose e iniciando outro – como já dito, não necessariamente com início e fim delimitados. O signo/notícia que representa um objeto/acontecimento, na verdade, é um

---

<sup>20</sup> A função mediadora aqui referida é entendida a partir da semiótica explicada em Santaella (2008), e não por Reginato (2016). A mediação, então, é entre o signo e o objeto na condição de interpretante que produz o signo/notícia (HENN, 1996) –, de modo a escrutinar, entre os sentidos que circulam em rede – e na rede – os significados socialmente mais legítimos (OLIVEIRA, 2016). No caso do jornalismo, seria reconhecer a função mediadora que ele exerce entre o acontecimento e a sociedade.

emaranhado de signos, é composto pelo conjunto de determinados signos, somados, e outros subtraídos. O jornalista, quando atua em uma cobertura de um furacão ou terremoto, não fará o relato apenas a partir de sua percepção do fenômeno. Sua narrativa contará com o testemunho de pessoas que presenciaram o fenômeno, com dados contextuais que cada acontecimento acaba gerando etc (HENN, 2002). As fontes, então, assumem o papel de interpretante e objeto, ao mesmo tempo, na medida em que é da sua versão de determinado fenômeno que matérias são construídas (ALSINA, 1989).

Marc Paillet (1986) vai mais longe. Diz que o jornalista nunca tem contato direto e permanente com o que narra: “Ele se dirige aos informantes, sendo eles próprios de primeira ou de segunda mão: as fontes. E é precisamente aí que se produz o acontecimento essencial do fenômeno informativo” (PAILLET, 1986, p. 36). Nessa lógica, tenderá a privilegiar as interpretações estabelecidas pelo sistema político, já que precisará recontextualizar o acontecimento rapidamente e se utilizará prioritariamente de fontes oficiais, que estão mais acessíveis à imprensa (HENN, 1996). É sobre isso que a primeira seção deste subcapítulo se refere.

### 2.2.1 Práticas jornalísticas como *legi-signos*

O último movimento de contextualização sobre o pensamento peirceano a ser feito neste trabalho será das categorias do signo em relação a si mesmo<sup>21</sup>. Sim, assim como o objeto e o interpretante, o signo também se divide no processo de produção de sentido. E essa divisão ganha notoriedade entre as demais (merecendo uma seção deste subcapítulo, inclusive) porque nela é possível interpretar a prática jornalística – que é objeto de análise nesta pesquisa.

É preciso primeiro explicar, então, que o signo pode ser destrinchado em três níveis: *quali-signo*, do âmbito da primeiridade e que representa o objeto por ícones; *sin-signo*, mais ligado à secundidade e que está conectado ao objeto por índices; e *legi-signo*, que representa objetos por convenção, por meio de símbolos. Henn (2010, p. 88) detalha:

---

<sup>21</sup> Peirce entende o signo em relações triádicas e tricotômicas: o signo em relação a si mesmo (que é sobre a qual está se discorrendo); o signo em relação ao objeto (ícone, índice e símbolo); e o signo em relação ao interpretante (rema, dicissigno ou dicente e argumento) (SANTAELLA, 2008).

A primeira é a que envolve aspectos qualitativos, de comportamento icônico. A segunda acentua as conexões com o objeto e possui dinâmica indicial. A terceira refere-se às convenções que fazem o signo funcionar de determinada forma e é nela que o caráter simbólico se pronuncia. É neste âmbito que operam os *legi-signos*, signos que, com relação a eles próprios, funcionam como tal em função da determinação de uma forte convenção.

Diante dessa explicação, Oliveira (2012) propõe que as práticas jornalísticas possam ser entendidas como *legi-signos* que orientam a semiose da notícia. Em outras palavras, que existem valores, convenções históricas e sócio-culturais que guiam o jornalista desde a apuração até a publicação das matérias. A ideia de imparcialidade e autoridade<sup>22</sup> no jornalismo, portanto, pode ser entendida como *legi-signos*. Os valores-notícia como um todo, já que são critérios que influenciam a seleção dos acontecimentos como notícia, também. Assim como o fato do jornalismo se basear predominantemente em fontes oficiais, que reproduzem um discurso dominante.

Quer dizer, na produção de uma notícia, há, claro, a aplicação consciente das técnicas da linguagem jornalística. Mas há também um processo social mais amplo, de compartilhamentos de sentidos entre sujeitos com vistas à significação do mundo, que influenciam todo o processo e estabelecem enquadramentos do acontecimento que tendem a perpetuar noções consensuais sobre a sociedade, demarcando fronteiras entre o que é legítimo ou não; o que é normal para saber o que é o desvio (OLIVEIRA, 2017). É o jornalismo como forma específica de conhecimento, como já visto. Oliveira (2012, p. 75) explica:

Até que esse signo/notícia acabe na página do jornal, passa por etapas consagradas como padrão: a redação do texto; o refinamento do editor; a eventual revisão do chefe de reportagem; as proposições do diagramador, do diretor de fotografia; a intervenção do diretor de redação. Todos na direção da codificação à linguagem que a redação julga necessária, evocando princípios da linha editorial do jornal, manuais de redação e até elementos de outros campos de conhecimento.

---

<sup>22</sup> Esta pesquisa reconhece a relevância desses valores à história do jornalismo, na consolidação do campo. A questão aqui é sempre problematizada no sentido de como o jornalismo ainda se propõe ao público – como algo que não o é. Neste caso, imparcial, por exemplo. E aqui, imparcialidade é entendida como isenção, neutralidade perante os fatos. Já a explicação da autoridade está na nota de rodapé número 4.

### 2.2.2 O acontecimento

Entendendo como objeto na semiose da notícia, o acontecimento pode ser abordado de distintas formas. Nesta pesquisa, o conceito será trabalhado a partir da ideia de dupla vida do acontecimento de Louis Quéré, com inspiração na semiótica peirceana.

A primeira dimensão do acontecimento, então, é a de afetação. Essa dimensão evidencia o momento de erupção e irrupção do acontecimento, sua forma vivenciada na experiência<sup>23</sup>, a maneira como afeta o cotidiano coletivo e a sensibilidade dos sujeitos. Como explica Quéré (2012, p. 23), “o existencial é simplesmente o que existe, o que experimentamos como existente concretamente com suas qualidades imediatas”. Comparando com a semiótica peirceana<sup>24</sup>, pode-se entender que seria algo próximo da primeiridade.

Ao gerar afetação em indivíduos e coletividades, o acontecimento também faz emergir sentidos na busca de defini-lo, apreendê-lo, narrá-lo e compreendê-lo. Nesse âmbito, o acontecimento revela sua segunda face, a hermenêutica, que faz de um fenômeno existencial um objeto de conhecimento, no sentido de ser passível de identificação e interpretação. Simões (2014, p. 190) detalha: “o acontecimento-existencial ganha uma nova dimensão ao ser simbolizado, através da linguagem, o que o constitui como acontecimento-objeto”. Em associação à Peirce, essa dimensão se aproximaria da secundidade e terceiridade.

Assim como o funcionamento da semiose, Vera França e Suzana Lopes (2017) lembram que, apesar de serem distintas teoricamente, essas duas vidas do acontecimento estão intrinsecamente relacionadas, sendo, na prática, impossível de separá-las. A separação aqui se dá de forma didática apenas.

Nessa noção de dupla vida do acontecimento, é interessante perceber como o acontecimento introduz uma descontinuidade na realidade, já que rompe com “a seriação da conduta ou do correr das coisas” (QUÉRÉ, 2005, p. 63). A descontinuidade do acontecimento é reduzida, neutralizada, a partir de agregação de contexto – que não preexiste ao acontecimento. Em outras palavras, a agregação de contexto transforma a descontinuidade em continuidade. Além disso, cria um passado e um futuro:

---

<sup>23</sup> A experiência aqui é entendida como fruto da interação dos sujeitos com o mundo e entre si, no sentido de que uma ação sempre gera outra ação em consequência, em um processo não linear e transmissivo, mas sim de mútua afetação (FRANÇA; LOPES, 2017).

<sup>24</sup> Como tanto Quéré quanto Peirce são pragmatistas, entende-se não haver grandes prejuízos de sentido ao se fazer essas comparações.

Em suma, é preciso que o acontecimento tenha lugar, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro assim como uma explicação causal. Que emergem graças ao acontecimento. E que são da ordem da representação, ou melhor, da imaginação. (QUÉRÉ, 2005, p. 69).

É isso o que o jornalismo faz: dar contexto aos acontecimentos. Por isso, as autoras Terezinha Silva e Vera França (2017) entendem que a atividade atua principalmente na segunda vida do acontecimento, na dimensão da simbolização. Silva (2018) propõe três aspectos que justificariam essa posição, a partir de uma interpretação do processo de “individualização do acontecimento” (QUÉRÉ, 2005), que é utilizado como metodologia para este trabalho: o enquadramento, a construção narrativa e a constituição do problema público ou questão coletiva.

O enquadramento diz respeito às seleções e interpretações que são acionadas pelo jornalismo para definir um acontecimento. Ou seja, diz respeito a destinar mais ou menos esforços de cobertura, espaço e tempo e promover enquadramentos conforme lógicas próprias de seus projetos editoriais, posicionamentos político-ideológicos, contratos comunicativos com seus públicos e valores-notícias. É guiado pelos *legi-signos*, como visto na seção do subcapítulo anterior.

A construção narrativa fala sobre as representações criadas pelo jornalismo a partir desse enquadramento. Representação aqui é entendida como uma rede de significados que surgem na experiência dos indivíduos no mundo (HALL, 2016). Quer dizer, ao construir narrativas que destacam certas ações e atores, o jornalismo cria representações dos mesmos.

Por isso mesmo, há autores como Aguiar e Baroni (2009) que defendem que o fato jornalístico e o acontecimento são diferentes em si. O fato jornalístico integraria um gênero discursivo, que envolve esse enquadramento e representações, que toma o acontecimento como o seu objeto, mas antes de tudo constrói (e se apresenta como) a informação do acontecido. Ou seja, não esgota o acontecimento em sua polissemia. Fato é o acontecido, enquanto o acontecimento permanece no agora, ele próprio é criador da realidade. Charaudeau (2010, p. 131-132) também contribui para essa lógica representacional do acontecimento no jornalismo:

O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. O acontecimento significado nasce num processo evenencial [pode ser

entendido como sinônimo de “acontecimental”) que se constrói ao término de uma mimese tripla [processo de representação triádico: há um mundo real, esse mundo afeta um indivíduo e esse indivíduo produz uma representação do próprio mundo para si]. E daí que nasce o que se convencionou chamar de ‘a notícia’.

Já a terceira justificativa está nos problemas coletivos revelados pelo acontecimento. Ou melhor, no suporte que as mídias dão ao debate público sobre as soluções para esses problemas (SILVA, 2018).

### 2.3 A construção da credibilidade no jornalismo

Para que o jornalismo fosse entendido como um sistema de produção de sentidos que produz um conhecimento específico ao dar contexto a um acontecimento, foi preciso uma “autorização” da sociedade. Essa autorização pode ser entendida a partir de Charaudeau (2010) como sendo um instrumento do contrato de comunicação que se sustenta na crença de que o jornalismo é uma prática especializada em narrar a realidade, um conhecimento específico. Ou seja, o jornalismo se constitui como uma fonte credível dando provas de que está comprometido com a verdade dos fatos, de que é íntegro nas suas razões e conduta, de que é um sistema perito (MIGUEL, 1999). E, dessa forma, conquista a legitimidade do público, por meio das noções de verdade e credibilidade. Por isso, para alguns autores, entre os quais Bucci (2000), a credibilidade é o maior patrimônio de jornalistas e meios de comunicação. Para outros, ele está na própria essência do que é esta prática profissional (CHRISTOFOLETTI; LAUX, 2008). Mas como, exatamente, essa credibilidade é formada? É o que esse subcapítulo se propõe a explicar.

Antes, no entanto, uma definição. A ideia de credibilidade neste trabalho está bastante associada à confiança – que é uma expectativa em relação à atitude do outro ou de algo (LUHMANN, 1996; GIDDENS, 1991), como trouxe Lisboa (2012) em sua dissertação. A credibilidade pode ser entendida, então, como uma característica do que é confiável. Para Lisboa (2012, p. 8), “confiar em alguém pressupõe uma avaliação da credibilidade (ou confiabilidade) desse alguém”. É um estado psicológico em que se escolhe acreditar em algo ou alguém consciente de que é um ato vulnerável, porque não há formas de garantia de que aquele algo ou alguém esteja falando a verdade (ROUSSEAU, 1998 *apud* LEWICKI; TOMLINSON, 2003). No jornalismo, para alguns autores, entre os quais Berger (1996), a

credibilidade é o capital social<sup>25</sup> da profissão, porque é o que a sustenta. Sem credibilidade, o público não consome jornalismo.

Lisboa e Benetti (2017) propõem que a credibilidade se constitui a partir de duas dimensões – a constituída e a percebida. A credibilidade constituída está amparada em noções compartilhadas socialmente do que, por exemplo, é ser um bom informante. No caso do jornalismo, é pelo conjunto de valores criados para que o público pudesse identificá-lo – associando à semiótica peirceana, um conjunto de *legi-signos* que fazem do jornalismo uma forma de conhecimento. Esse gênero leva em conta valores, princípios e práticas constituídas ao longo da história como importantes para se ter confiança na atividade, como verdade e interesse público. A verdade, por exemplo, então, pode ser entendida como um *legi-signo*.

A credibilidade percebida, por sua vez, se constitui a partir de um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2010) entre o dever-ser do jornalismo (que aqui entendido como a credibilidade constituída) e o que o público nota que é realmente praticado. Ou seja, algo ou alguém ser credível em maior ou menor grau é uma implicação da “relação entre o que o leitor efetivamente percebe e aquilo que sabia de antemão sobre o que deveria ser o jornalismo e que, portanto, dele esperava” (LISBOA; BENETTI, 2017, p. 57).

Lisboa e Benetti (2015, p. 19) trazem, inclusive, um olhar ético para esse contrato ao dizer que “não há apenas uma confiança no que é dito, mas também na figura de quem enuncia e no compromisso moral que envolve a comunicação”. A credibilidade, nesse sentido, se formaria nessa relação, apoiada no compromisso moral, que se consolida na medida em que a fonte de informação conquista a confiança do seu público. Aliás, essa ideia está em consonância com os princípios do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CÓDIGO, 2007)<sup>26</sup>, que normatizam a profissão, como percebeu Lisboa (2012).

A credibilidade constituída, então, não tem valor nem relevância em si senão através da percepção de alguém, por meio da credibilidade percebida (LISBOA; BENETTI, 2017). Por exemplo:

---

<sup>25</sup> Conceito trabalhado por Bourdieu (2004), capital social é um ativo individual que determina as diferenças de vantagens extraídas do capital econômico que um indivíduo possui, adquirido através das redes de conhecimentos, de influências que ele estabelece ao longo de sua vida.

<sup>26</sup> Entre as normas, estão: a) O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e o seu trabalho pauta-se pela apuração precisa dos acontecimentos e sua correta divulgação; b) É dever do jornalista divulgar todos os fatos que sejam de interesse público; c) Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação; d) O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que o seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros; e) O jornalista deve evitar a divulgação de fatos com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas (CÓDIGO, 2007, *apud* LISBOA, 2012).

Uma fonte pode se construir discursivamente como um enunciador credível, baseado em atributos valorizados socialmente, como competência, honestidade e coerência. Mas a audiência a quem ela se reporta precisa reconhecê-la como tal para que o conceito ganhe valor em um ato de comunicação. (LISBOA, 2012, p.16).

Caso contrário, a credibilidade não é atribuída. É importante ponderar ainda que o sujeito está sempre socialmente situado. Em outras palavras, que esses lugares de fala ou de interpretação também influenciam a sua enunciação ou percepção (LISBOA; BENETTI, 2017).

Enfim, é por isso mesmo que Lisboa (2012) vai argumentar que o processo de percepção da credibilidade do jornalismo é uma constante negociação. E é por isso também que o jornalismo lembra a todo momento do que o torna credível, do que o garante legitimidade, do que o faz ser reconhecido como uma forma de conhecimento.

### 2.3.2 A construção de crenças

A atribuição de credibilidade a alguém ou algo, como o jornalismo, se faz embasada em crenças e preferências (LISBOA; BENETTI, 2015), como já foi visto. Ou seja, as crenças determinam diferentes níveis de credibilidade a algo. Mas falar apenas de como o jornalismo se apresenta credível e de como o público o entende dessa maneira não basta. É preciso compreender também como a crença do jornalismo como uma forma de conhecimento legítima sobre a realidade foi criada. Ou melhor, como as crenças são criadas. Para isso, esta seção deste subcapítulo recorre, predominantemente, à filosofia.

Para começar, é preciso antes, no entanto, explicar o conceito. Afinal, o que é a crença? Para Peirce (1975, p. 77), é um estado mental libertado do conflito da dúvida. Para esse trabalho, é quando se toma algo como verdadeiro e esse algo influencia, de algum modo, as ações. A crença sempre mira a verdade, mas não necessariamente a é, ou melhor, a atinge (informação verbal)<sup>27</sup>.

Como trouxe Lisboa (2012), na vida, crer em algo começa muito cedo e se baseia no testemunho de outros (FRICKER, 2006). Muito antes, aliás, de termos noção do conceito de credibilidade (REID, 2008, *apud* LISBOA, 2012). O próprio aprendizado da linguagem

---

<sup>27</sup> Fala do professor Eros Moreira de Carvalho na disciplina de Introdução ao Pensamento Filosófico, UFRGS, 09 ago. 2021.



ocorre a partir de uma confiança das crianças no que é dito pelos pais, professores e cuidadores. E, segundo Graham (2010 *apud* LISBOA, 2012), as pessoas desenvolvem muito precocemente filtros que direcionam a aceitação de testemunhos alheios como verdadeiros. É como uma sensibilidade para perceber incoerências.

Outras maneiras de conhecimento – como a memória, o raciocínio, a percepção e a experiência – se desenvolvem e tornam os indivíduos menos subordinados ao relato dos outros. Mesmo assim, o testemunho pode continuar sendo a principal “fonte de crenças verdadeiras”, como observa Lisboa (2012, p. 7). Até porque, como grande parte do conhecimento adquirido pelo homem não é, de fato, em primeira mão, pode-se entender que confiar no relato dos outros é imprescindível para viver em sociedade. No entanto, Lisboa (2012, p. 8-9) lembra que essa confiança e a atribuição de credibilidade não são feitas cegamente:

[...] pressupõem a existência de regras implícitas (e por vezes explícitas no caso de instituições fundadas na linguagem como o jornalismo), em que a verdade é imperativa – não pelo seu sentido metafísico, mas por sua utilidade social para os indivíduos envolvidos em ato de comunicação. Quando peço informações sobre uma rua a um taxista, espero que ele me informe corretamente ou seja sincero ao dizer que desconhece o local em questão. É porque perseguimos a verdade que tiramos dúvidas específicas com fontes de informação com autoridade no assunto e não com qualquer um (GOLDMAN, 1999). Fornecer informações verdadeiras, além de relevantes e úteis para o interlocutor, tem inúmeras serventias, como estabelecer e fortalecer laços interpessoais, ganhar status, intensificar atividades cooperativas ou atrair um namorado (GRAHAM, 2010).

Em *A Fixação das Crenças*, Peirce (1877) traz quatro maneiras pelas quais as crenças humanas poderiam se tornar fixas e as chama de métodos. São eles: por tenacidade, autoridade, a priori e científico. O primeiro método diz respeito às crenças adquiridas subjetivamente, que se relacionam a hábitos individuais e são levados a cabo por aqueles que os detêm, evitando qualquer tipo de ideia contrária que possa vir a perturbar esta crença. No segundo, as crenças são fixadas coercitivamente por meio de instituições que isolam as opiniões contrárias. Já no terceiro, as crenças se baseiam em conjuntos de hipóteses elaboradas aprioristicamente. E no quarto, as crenças são fixadas por meio de hipóteses que são propostas e testadas consensualmente dentro de uma comunidade científica estabelecida.

No caso da crença do público no jornalismo enquanto mídia tradicional, ou seja, desconsiderando a profissão na Internet, Caldas (2019) vai associá-la ao método da autoridade. Entre os motivos cita a unidirecionalidade pela qual as mensagens são

transmitidas e o não confronto por parte da audiência com aqueles que emitem as mensagens. E, de fato, como já foi visto neste capítulo, é um elemento ainda hoje usado pela imprensa para garantir sua legitimidade: a imposição de que é imparcial e a única capaz de informar a verdade dos fatos. Caldas justifica (2019, p. 6):

Este método diz respeito a sustentação de doutrinas teológicas e políticas (PEIRCE, 1877) que são fixadas verticalmente, ou seja, partem de um emissor central superior que dita as crenças àqueles que o seguem, portanto, possuem grande sucesso e poder de persuasão – foi assim durante toda a história. Em tempos mais antigos, poderíamos relacionar este tipo de método de fixação de crenças a instituições religiosas e grupos aristocráticos, mas nos dias de hoje outras organizações, como governos e conglomerados corporativos, podem também exercer esse método (DE WAAL, 2007).

Mas, como visto até aqui, só a autoridade não basta para fixar uma crença. Lisboa e Benetti (2015) propõem que, no cenário atual no qual o jornalismo está inserido, a crença de que seja confiável seria conquistada a partir de um processo que se baseia na verdade e na justificação. Nesse sentido, os outros métodos de Peirce (1877) e conceitos apresentados até aqui também poderiam se relacionar, em maior ou menor grau, com a atividade.

O jornalismo se torna confiável à medida que consegue dar provas da veracidade do seu testemunho. Sua justificação social está amparada em provas [...] É sob essas condições que o jornalismo se institui como um conhecimento perito em narrar o mundo e os atos da humanidade. (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 22).

Para este trabalho, é importante lembrar também que as crenças são influenciadas por ideologias e condições sócio-históricas que determinam as estruturas de poder vigentes (FRICKER, 2006). “O modo de vestir do narrador, a cor da pele, a orientação sexual ou a diagramação de um jornal, podem afetar diretamente a aferição do nível de credibilidade no jornalismo” (LISBOA, 2012, p. 19-20), por exemplo. E influência na produção do que Cassam (2019) chama de “vício epistêmico”, “um traço de caráter, uma atitude ou uma maneira de pensar que é [...] repreensível e que sistematicamente obstrui a obtenção, manutenção ou compartilhamento de conhecimento” (CASSAM, 2019, p. 23), que surgem a partir da consolidação de preconceitos. Em outras palavras, é um modo viciado de sustentar opiniões que obstrui o caminho para o conhecimento.

Esse fenômeno já foi comprovado, inclusive, por pesquisas que avaliaram a confiança na imprensa. Um deles, de Oyedeji (2008), trazido por Lisboa (2012) em sua dissertação, mostra que a baixa percepção de credibilidade do jornalismo nos Estados Unidos estava

intimamente ligada à condição de instabilidade socioeconômica do país. E que essa descrença, somada a uma polarização social, podem levar o público a desprezar informações “equilibradas” de veículos com um posicionamento político diferente do seu. Como constata a autora (p.21), “essa condição leva leitores a darem crédito a relatos tendenciosos e inverídicos de veículos com quem compartilham a mesma visão ideológica”.

Isso funciona porque, de acordo com Basu (2019), uma crença leva a outra. Ou seja, depois de adquirida, é difícil de se desfazer. Clifford (2010, p. 102) também comenta sobre o assunto:

Nenhuma crença genuína, por mais superficial e fragmentária, é, em circunstância alguma, realmente insignificante; prepara-nos para receber mais crenças semelhantes, confirma as crenças semelhantes anteriores, e enfraquece outras; e assim, gradualmente, estabelece um fio condutor implícito nos nossos pensamentos mais íntimos, que pode um dia manifestar-se em ações inequívocas e deixar a sua marca no nosso caráter para sempre.

Por isso mesmo, entende-se ser importante cuidar na hora de adquirir uma crença. Muitas vezes, pode ser um caminho sem volta.

### 3 A CRISE

Da Modernidade para a Contemporaneidade, o jornalismo seguiu passando por diversas transformações. Mas foi com o surgimento da Internet que a atividade viu seu modelo de negócio virar de cabeça para baixo. Porque, diferentemente de outras mudanças tecnológicas, como o surgimento do rádio, da televisão ou do cinema, a Internet mudou significativamente o jeito de se consumir notícias. As redes sociais digitais transformaram esse consumo de passivo para ativo:

Agora, com a entrada em cena das mídias digitais e toda a transformação cultural que isto ocasionou, estes mesmos indivíduos viram-se com o poder de não só lerem as notícias (advindas de quaisquer fontes), mas também replicarem-na, produzir informações e alterar postagens de outros. (SOUZA, 2017, p. 3).

Percebe-se, então, uma falência do projeto original do jornalismo moderno, que se afirmava o único capaz de reproduzir o acontecimento tal como ele é, sem mediação, até chegar ao leitor, por meio da adoção de técnicas jornalísticas (OLIVEIRA, 2018). Teorias como a do espelho, que lhe conferiam autoridade e legitimidade, são postas em xeque. Com a Internet, em especial, as redes sociais digitais, o jornalismo não é mais o dono da verdade.

Nesse sentido, para além de uma crise financeira, inerente à mudança tecnológica do meio, entende-se que o jornalismo vive também uma crise de credibilidade. E, numa atmosfera de crise da “verdade”, de perda da confiança em instituições sociais como o jornalismo e de polarização política (como se viu no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus), a desinformação encontra um terreno fértil para sua proliferação (SOUZA, 2017).

Diante desse contexto, o objetivo deste capítulo é explicar de que crise esse trabalho se refere, como o jornalismo chegou até ela, qual é o papel da desinformação e da pandemia de Covid-19 nesse cenário e como a mediação qualificada e a transparência podem servir como estratégias de enfrentamento à crise.

### 3.1 De qual crise está se falando

Como já foi dito, as crises no jornalismo podem ser definidas pelo avanço tecnológico. Com o advento da Internet nas últimas décadas do século 20 e nos anos 2000, não foi diferente. Segundo dados trazidos por Ramonet (2012), entre 2003 e 2008, os jornais diários europeus diminuíram 7,9% e na América do Norte, 10,6%. Veículos de referência, como *Le Monde*, na França, *The Independent* e *The Guardian*, na Inglaterra, *El País*, na Espanha, e *Corriere della Serra*, na Itália, apresentaram quedas drásticas em sua circulação e rendimentos publicitários. Também houve, por exemplo, a diminuição dos postos de trabalho na França, com planos de recuperação, de restauração e de reorganização do trabalho.

No Brasil, não foi diferente. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) divulgados pelo Poder360, o número total de exemplares (digitais e impressos) de nove grandes jornais em dezembro de 2014 era de 1.712.424. Em dezembro de 2019, a cifra foi reduzida para 1.476.303, o que corresponde a uma queda de 13,8%. E isso influencia diretamente o número de profissionais empregados. Desde 2012 até 2018, 2.327 jornalistas em redações foram demitidos. Considerando empresas de mídia no geral, esse número sobe para 7.817 demissões (VOLT, 2018).

Mas essa crise não se restringe a isso e atinge de forma sistêmica o jornalismo (STEFENON et al., 2021). Para além da digitalização dos meios (ODDO, 2015) e a decorrente insustentabilidade do negócio comercial, as novas fontes de informação, como as redes sociais digitais, o acesso facilitado a elas e a possibilidade de produção de conteúdo por qualquer cidadão levaram a uma quebra do monopólio territorial da circulação de informações e ao questionamento do atual papel do jornalismo. Para Lima (2020), esse posicionamento crítico do leitor foi reforçado pela maior possibilidade de acesso, via Internet, a todo tipo de informação, incluindo uma variedade de informação jornalística que permite o cruzamento de diferentes versões apresentadas pelos veículos, propiciando uma maior percepção do viés ideológico das narrativas. De que, como já foi argumentado no capítulo 2, o jornalismo interviria, sim, na construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1983).

É por isso que Christofolletti (2019, não paginado) argumenta que “a crise é financeira, mas também é política e existencial, de ética e credibilidade, de governança e gestão”:

No jornalismo, como em outros universos, a crise é complexa, multifacetada e dinâmica. Nas últimas décadas, ela tem se materializado na queda das tiragens dos jornais, extinção de

revistas, diminuição das audiências na televisão, demissão de profissionais e o conseqüente enxugamento das redações. Observamos também o desaparecimento de veículos e a falência de empresas, o abandono de algumas práticas e o desvio de funções antes consideradas constitutivas ao gesto de informar. Mas a crise no jornalismo não se restringe à míngua de dinheiro. Quando tratamos de crise no setor, precisamos considerar também impactos negativos na confiança depositada nos meios, na relevância do jornalismo como modo de se informar, em como se dão suas decisões, e como se estruturam seus valores mais básicos. Quer dizer, a crise é financeira, mas também é política e existencial, de ética e credibilidade, de governança e gestão. A deterioração das métricas contábeis preocupa, mas há mais motivos para perder o sono: a redução do interesse no noticiário, a migração das audiências, o aumento da desconfiança na mídia, o crescente distanciamento do público e a busca por alternativas no consumo de informação e entretenimento, entre outros.

No caso da crise sob o aspecto da credibilidade, é possível entender, a partir da perspectiva dos sistemas abertos de Lotman (1996), que o jornalismo é afetado pelas redes sociais digitais justamente na fronteira entre esses dois sistemas de produção de sentido. Porque a informação de um sistema, quando traduzida por outro, pode gerar crises, já que cada sistema codifica os acontecimentos da sua maneira, com códigos próprios. Como os sistemas sempre agem na fronteira de forma a preservar os seus códigos, alguns podem sucumbir, outros mudarem significativamente.

Do ponto de vista da semiótica peirceana, então, o que ocorre é que, nessa tradução do acontecimento jornalístico pelas redes sociais digitais, o público percebe que o signo é incapaz de ocupar o lugar do objeto (OLIVEIRA, 2016). Em outras palavras, que a representação que o jornalismo faz do acontecimento não o desvenda completamente, não o transmite tal como ele é, como ele mesmo defendia, embasado em teorias como a do espelho. Que os legi-signos de imparcialidade não condizem com a realidade.

Essa percepção é possível graças às “sobras” descritas pela Santaella (2008). Sobras essas que, diga-se de passagem, sempre existiram. A diferença é que agora, nas redes sociais digitais, ganham mais espaço para circular em uma semiosfera mais ampla, o que faz com que interajam com interpretantes em rede, oriundos do ciberacontecimento<sup>28</sup> (OLIVEIRA et al., 2019), e, em muitos casos, sejam confrontadas pelos mesmos num sentido negativo (OLIVEIRA, 2016)<sup>29</sup>. Oliveira (2016, p. 87) explica no detalhe:

Ao passo em que o jornalismo significa os acontecimentos numa semiose orientada pelos legi-signos que o compõem, nas redes sociais outras semioses se desenrolam, configurando

<sup>28</sup> É o acontecimento que se constitui, se processa e se propaga no ciberespaço (HENN, 2014a).

<sup>29</sup> Esta pesquisa reconhece, de todo modo, a relevância das redes sociais digitais na produção de conhecimento. O que se faz é analisar um aspecto negativo, dentre vários positivos e negativos, gerado a partir dessas plataformas: a desinformação e a descredibilização do jornalismo.

uma disputa de sentidos (ou disputa de signos) sobre a realidade que se desenrola na semiosfera contemporânea.

Para além da semiótica, essa crise de credibilidade também pode ser entendida utilizando os conceitos já explicados de Lisboa e Benetti (2017) no capítulo 2. Com a Internet e, em especial, as redes sociais digitais, a credibilidade constituída do jornalismo fica em dissonância com a credibilidade percebida pelo público. O que ocorre é que a autoridade do jornalismo como detentor da verdade (aqui entendida como credibilidade constituída) é posta em xeque com a possibilidade do público de confrontar as informações noticiadas com um número cada vez mais expandido de fontes (aqui entendida como credibilidade percebida). “Ao demonstrar incapacidade frequente de cumprir o contrato com o público, a empresa – seus veículos e profissionais – são questionados em sua credibilidade também. É um indesejável e às vezes irreversível processo de erosão” (CHRISTOFOLETTI, 2019, não paginado).

E, como o processo de percepção da credibilidade do jornalismo é uma constante negociação (LISBOA, 2012), a Internet passa agora por um processo de “credibilização do seu dispositivo” (CHRISTOFOLETTI; LAUX, 2008). O problema é que há, mais do que nunca, uma confusão de padrões de credibilidade. Os veículos jornalísticos parecem estar se importando mais com a velocidade e a instantaneidade da informação do que a credibilidade desta. Aliás, a velocidade de difusão das notícias é um critério cada vez mais decisivo na confiabilidade desses conteúdos, aliada à exatidão das informações (ADGHIRNI, 2004 *apud* CHRISTOFOLETTI; LAUX, 2008). O que nem sempre, na prática, condiz à realidade.

### 3.2 O papel da desinformação

Não é difícil, então, compreender por que a desinformação acirra esta crise: ao gerar ruídos, desestabiliza ainda mais a dinâmica dos sistemas abertos de Lotman, a qual o jornalismo faz parte. Este subcapítulo se propõe a explicar o que é a desinformação e como exatamente as redes sociais digitais expandiram a crise de credibilidade no jornalismo.

A desinformação<sup>30</sup> pode ser entendida como um conjunto de informações distorcidas, manipuladas ou inteiramente falsas que são criadas intencionalmente com a função de

---

<sup>30</sup> Este trabalho usa o termo “desinformação” ao invés de “fake news” por entender que o termo é ultrapassado. Uma notícia não pode ser falsa. Caso seja falsa, não é notícia.

enganar para gerar algum tipo de ganho político (BENKLER et al., 2018). A maneira pela qual a desinformação consegue enganar o público é pela imitação de notícias, tanto na linguagem, quanto na forma de apresentação (TANDOC JR et al., 2018). O conteúdo em si parece verossímil, com uso de dados reais tais como datas, locais e nomes de pessoas, e agrega situações conhecidas ou compartilhadas na esfera pública.

Apesar de existir há muito tempo, sendo os canards da Revolução Francesa um exemplo disso<sup>31</sup>, a desinformação ganhou amplitude com as redes sociais digitais, a partir dos anos 2000. Na visão de Recuero et al. (2020), isso ocorreu justamente porque as plataformas foram desenvolvidas para facilitar a circulação de informações – sejam elas verdadeiras ou falsas. Uma das estratégias que contribui para essa disseminação de informações é o fato de as mensagens terem de ser curtas, com tamanho limitado. No Twitter, por exemplo, há um limite de 280 caracteres, o que facilita com que manchetes de notícias sejam mais lidas do que a própria matéria. Títulos caça-cliques também acabam sendo muito utilizados nesses espaços, o que ajuda a aumentar a visibilidade da desinformação.

Outra ferramenta que facilita o espalhamento de desinformação nas redes sociais digitais é o próprio algoritmo, que tende a mostrar para o usuário da Internet aquilo que é condizente ao seu hábito de consumo de informações. Ou seja, se um indivíduo tende a consumir conteúdos enviesados, as redes sociais digitais agora facilitam ainda mais esse consumo. E, ao filtrar e oferecer aquilo que é relevante para determinado grupo, o que se percebe é a reafirmação das mesmas ideias e crenças.

Em relação à crise de credibilidade no jornalismo, então, pode-se entender que o cenário de desinformação nas redes sociais digitais contribuem para uma maior confusão dos usuários sobre o que é e o que não é jornalismo. Já que, como foi explicado, a desinformação se utiliza, muitas vezes, da estrutura jornalística (título, linha de apoio, lide etc), o que faz com que o público acabe associando equivocadamente. Isso também é influenciado pelo modo incidental de consumo de notícias (BOCZKOWSKI et al., 2017). Conforme explica Brenol (2020), uma das consequências disso é a perda da identificação de origem da informação. O leitor não

---

<sup>31</sup> O canard era uma gazeta cheia de boatos e notícias falsas que circulou pelas ruas de Paris do século 17 ao 19. Durante a Revolução Francesa, os gravadores colocaram o rosto de Maria Antonieta nas placas de cobre e o canard ganhou nova vida, como propaganda política deliberadamente falsa. Apesar de não ser possível medir sua repercussão, desde cedo contribuiu para o ódio patológico que se sentia com relação à rainha, que desembocou em sua execução em 16 de outubro de 1793. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536\\_863123.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html)>. Acesso em: 26 março 2022.



necessariamente acessa o jornal para ler a notícia, ele é alcançado por informações em aplicativos de mídias sociais e mensageiros.

Além disso, as redes sociais digitais também estimulam o desenvolvimento da pós-verdade ou, como chamam Recuero et al. (2020), de “câmaras de eco”, que também contribuem na descrença do jornalismo. Essas câmaras de eco são grupos que filtram o conteúdo que compartilham, dando preferência a informações que reforcem uma narrativa política em particular. Isso pode criar o que Benkler et al. (2018) chamam de “Propaganda Feedback Loop”, ou seja, um ecossistema de informação em que uma variedade de usuários busca formas de reforçar uma narrativa específica, que não encontra no jornalismo e acaba estimulando essa descrença. Além disso, esse fenômeno gera uma maior radicalização dos usuários, aumentando a circulação de desinformação. É o chamado “vício epistêmico” de Cassam (2019), trazido no capítulo 2: uma maneira de pensar que dificulta a obtenção de conhecimento.

Existem, inclusive, diversas pesquisas que exemplificam essas câmaras de eco nas redes sociais digitais. Uma delas é de Moravec et al. (2018), que desenvolveram um experimento comportamental com dados de eletroencefalografia<sup>32</sup> de 83 usuários de uma rede social digital para entender se eles conseguiriam detectar desinformação e se a presença de uma bandeira identificando a inveracidade afetava sua cognição e julgamento. O que foi percebido é que a sinalização de artigos como falsos desencadeou mais atividade cognitiva, mas não mudou as crenças. Também se viu que os artigos alinhados com as opiniões a priori do usuário acionavam um aumento da atividade cognitiva, aumentando a probabilidade deles acreditarem nesses materiais. Aqueles que desafiavam as opiniões já estabelecidas eram menos detalhadamente considerados e com menor probabilidade de estimular a confiabilidade.

Considerando, então, a crise de credibilidade neste cenário desinformativo, é possível entender que os métodos de fixação de crenças de Peirce (1877) apresentados no capítulo 2 que se privilegiam nas redes sociais digitais são os de tenacidade e a priori (CALDAS, 2019). Lembrando: enquanto o primeiro diz respeito a crenças adquiridas subjetivamente, que se relacionam a hábitos individuais e são levados a cabo por aqueles que os detêm, evitando

---

<sup>32</sup> O eletroencefalograma é um exame de métodos gráficos. Nele, eletrodos são colocados sobre o couro cabeludo e, por meio deles, é feito o registro gráfico das correntes elétricas do cérebro. É utilizado, principalmente, para o diagnóstico de epilepsia, bem como para identificar distúrbios do sono, por exemplo.

qualquer tipo de ideia contrária que possa vir a perturbar esta crença, o segundo está ligado a um conjunto de hipóteses elaboradas aprioristicamente (PEIRCE, 1877). E, de fato,

a utilização de algoritmos que dificultam o contato com opiniões distintas daquelas que já são propensas a satisfazer o usuário possibilita a difusão de mensagens e afirmações que não tenham sido experimentadas ou testadas, afastando possíveis dúvidas que possam ser colocadas frente a valores já estabelecidos. (CALDAS, 2019, p. 9).

Talvez resida aí, inclusive, um dos grandes problemas que caracterizam a fixação de crenças falsas e a proliferação de desinformação: o fato de que os vínculos com os sistemas de crenças possuam força para se sobreporem a qualquer mecanismo de desmistificação. As redes sociais digitais legitimam desinformação pela própria ferramenta, por meio do retweet do Twitter ou do compartilhar no Facebook e por quem retweeta ou compartilha.

### 3.2.1 A pandemia de Covid-19

Além de impactar diretamente a crise de credibilidade do jornalismo, o espalhamento de desinformação tem sido um problema de saúde pública no Brasil, evidenciado pela pandemia do novo coronavírus. O fenômeno tomou proporções tão grandes que passou a ser descrito pela OMS como uma “infodemia”. E a cloroquina foi um dos vários elementos que fez parte disso. O medicamento, usualmente prescrito para o tratamento de lúpus e artrite reumatoide, passou a ser apresentado como a “cura” para a Covid-19, embora as evidências científicas não confirmassem sua eficácia e boa parte do conteúdo relacionado ao assunto tenha sido desmentido por veículos de fact-checking (RECUERO et al., 2020). Como, então, ocorreu a desinformação em torno desse remédio? É isso o que a seção deste subcapítulo irá explicar.

Antes, no entanto, uma contextualização. O potencial da cloroquina contra a Covid-19 começou a ser explorado a partir de um pequeno trabalho publicado na China<sup>33</sup>. Mas ela só ganhou as manchetes dos jornais com a publicação de um estudo feito pelo médico francês Didier Raoult em março de 2020<sup>34</sup>, quando afirmou que o medicamento era capaz de diminuir a carga do novo coronavírus no organismo. E mais: de acordo com as conclusões do

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/05/24/Qual-a-cronologia-cient%C3%ADfica-da-cloroquina-na-pandemia>. Acesso em: 28 de março 2022.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/pioneiro-no-uso-de-cloroquina-contracorona-virus-medico-frances-e-alvo-de-controversia.shtml>. Acesso em: 9 março 2022.

experimento, o benefício era ainda maior se a azitromicina (um antibiótico) fosse administrada em conjunto. Apesar da esperança inicial, cientistas começaram a notar erros metodológicos e, em setembro do mesmo ano, Raoult foi denunciado pela Sociedade de Patologia Infecciosa de Língua Francesa (SPILF) por promoção indevida da droga. Em janeiro de 2021, o médico admitiu erros no trabalho<sup>35</sup>, como a exclusão de voluntários do resultado da pesquisa.

Mesmo com essas suspeitas iniciais e as correções posteriores, a desinformação já havia se espalhado, como era de se esperar, considerando a estrutura já explicada das redes sociais digitais, que propiciam a circulação de informações. Ainda no primeiro semestre de 2020, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, bancou a ideia de Raoult, afirmando que as pessoas estavam morrendo e que o medicamento deveria ser liberado imediatamente<sup>36</sup>.

As convicções de Trump encontraram eco em outro ponto do continente americano: o Brasil. Com alinhamento ideológico semelhante, o presidente Jair Bolsonaro também fez ampla defesa do uso da cloroquina contra a Covid-19<sup>37</sup>. De acordo com o Digital News Report (2021)<sup>38</sup>, fact-checkers identificaram quase 900 declarações falsas ou imprecisas sobre o assunto do presidente Jair Bolsonaro durante 2020.

Até então restrito a pacientes graves hospitalizados devido ao risco de provocar arritmia<sup>39</sup>, o Ministério da Saúde autorizou em 20 de maio de 2020 o uso dos remédios para casos leves da doença. A sua venda passou, então, a não estar submetida à apresentação de receita médica.

Essa autorização implicou na compra massiva do medicamento em farmácias de todo país. Consequentemente, houve o desabastecimento para quem realmente precisava do remédio. E, no início de 2021, passou-se a noticiar casos de hepatite medicamentosa, o que

---

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/maior-defensor-da-cloroquina-medico-frances-admite-erros-em-estudo/>>. Acesso em: 9 março 2022.

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-defende-uso-conjunto-de-hidroxiclороquina-e-azitromicina/>>. Acesso em: 9 março 2022.

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2021/01/27/kit-covid-e-kit-ilusao-os-dados-que-apontam-riscos-e-falta-de-eficacia-de-tratamento-precoce.htm>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2021/dnr-executive-summary>>. Acesso: 20 abril 2022.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/ministerio-da-saude-autoriza-uso-de-cloroquina-para-casos-graves-de-coronavirus>>. Acesso em: 28 março 2022.

levou pacientes à fila por transplante de fígado em razão da ingestão descontrolada desses e outros remédios<sup>40</sup>, combinação que ficou conhecida como “Kit Covid”<sup>41</sup>.

Explicado o cenário desinformativo, parte-se agora para sua análise. Entende-se que o discurso desinformativo em torno da eficácia da cloroquina foi construído a partir da polarização política que as câmaras de eco nas redes sociais digitais propiciaram. E pelo decorrente “dualismo entre bem e mal”<sup>42</sup> (BUTTER, 2020, p. 10, *apud* CARDOSO et al., 2021), típico desse fenômeno de polarização.

Cardoso et al. (2021) propõem que o eixo narrativo da desinformação tomado como o lado do “bem” tenta estruturar uma crença autossustentável no poder curativo da droga para a Covid-19. Segundo os autores, há pelo menos dois vieses a serem considerados. O primeiro é o da defesa do uso de medicamentos sem eficácia comprovada a partir da utilização de signos indiciais degenerados<sup>43</sup> (PEIRCE, 1975) do processo de validação científica. Esses índices são vistos no uso da repetição, da quantidade e de narrativas pessoais, que funcionam como “evidências” sobre a eficácia da droga, como formas de convencimento. E o segundo é o da “profecia auto-realizável”, em que, ao se usar cloroquina contra a Covid-19, a doença se tornaria uma “gripezinha”. Desinformação que acaba tendo eco, diga-se de passagem, num contexto em que já se previa que 80% dos infectados pelo vírus iriam desenvolver apenas sintomas mais leves e se curar sem intervenção médica (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020, p. 2).

É uma tentativa de se aproximar do método científico de fixação das crenças de Peirce (1877), mas que, na realidade, funciona como o a priori e o de tenacidade e, conseqüentemente, cria um vício epistêmico (CASSAM, 2019), já que o que ocorre é um reforço de um sistema de crenças que sobrevive apenas no universo daqueles que nele creem. Essa “mente fechada” de crer faz com que se crie uma blindagem a tudo o que seja contrário aquela crença. E por isso surge o lado “mal” dessa narrativa. Aliás, como é de praxe no

40

Disponível

em:

<<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/03/25/hepatite-medicamentosa-entenda-intoxicoacao-pelo-kit-covid-que-levou-paciente-de-campinas-a-fila-do-transplante.ghtml>>. Acesso em: 2 maio 2021.

<sup>41</sup> O “Kit Covid” reúne hidroxiclороquina, azitromicina, ivermectina e nitazoxanida, além dos suplementos de zinco e das vitaminas C e D. A ideia passada era de que seria uma forma de tratar precocemente a doença e evitar que o infectado fosse intubado, procedimento em que a probabilidade de sobrevivência caía drasticamente.

<sup>42</sup> No original, “dualism of good and evil.”

<sup>43</sup> Na semiótica peirceana, um signo indicial aponta, ou melhor, indica alguma coisa com o qual está ligada por semelhança ou proximidade no lugar de representá-la. A expressão “degenerados” refere-se ao processo de significação incompleto, que acaba gerando desinformação, neste caso.

processo de significação, só se torna efetiva a significação por meio da relação de um signo com outro, neste caso, o signo “mal” (CARDOSO et al., 2021).

O eixo narrativo do lado do “mal”, então, é onde estão representados aqueles que contra a cloroquina e que operam, portanto, nesse universo como índices de uma suposta “conspiração anti-Bolsonaro” (CARDOSO et al., 2021). Para isso, cria-se a ideia de que há antagonistas contra o presidente, que, aliás, funcionam como índices de uma conspiração ainda maior: a de que existem evidências que colocam em xeque a própria existência da pandemia e/ou sua real gravidade.

O uso policial desses enredos possibilita o desenvolvimento de uma rede de posições ideologicamente orientadas para atacar com veemência todo tipo de atitude ou personalidade pública que se apresente como contrária à crença na eficácia da cloroquina, desde políticos conhecidos como Luiz Henrique Mandetta e João Dória, a instituições – como o Supremo Tribunal Federal (STF) – ou mesmo etnias inteiras, como “os chineses” (CARDOSO et al., 2021). A imprensa também entra nesse cenário, o que abala ainda mais a sua credibilidade.

### 3.3 Mediação qualificada como alternativa

Uma das chaves para o jornalismo sair dessa crise estaria no reforço da credibilidade junto ao público. Tarefa que, nos últimos anos, com a polarização política e a desinformação, tem se apresentado como um dos principais desafios para as organizações jornalísticas. Como reação instintiva, viu-se muitos jornais repetirem um comportamento já obsoleto, de afirmar serem donos de uma verdade, para recuperar sua autoridade e ignorar os sistemas de produção de sentido alheios ao jornalismo e que estão o afetando, nas redes sociais digitais. Como reação reflexiva, e, portanto, ideal para enfrentar a crise, entende-se que é preciso ir além e compreender o atual papel do jornalismo para, então, informá-lo ao público, renegociando a sua autoridade e, assim, reforçar sua credibilidade de acordo com isso. A partir do conceito de credibilidade de Lisboa (2012) já apresentado, seria a recuperação da credibilidade percebida a partir de uma nova justificação da credibilidade constituída.

Mas como, exatamente, mudar a justificação da credibilidade constituída? Autores como Oliveira (2016) e Oddo (2015) propõem que, atualmente, o papel do jornalista seria de mediação. Para isso, o jornalismo precisaria reconhecer que não é “dono da verdade” e que sua função mudou com as redes sociais digitais. Não basta mais reproduzir o que foi dito. É

preciso contextualizar, mediar as informações e mostrar o que faz ao público para renegociar sua autoridade. Primeiro porque, como já visto, o jornalismo não é mero espelho dos fatos sociais e as sobras no processo de significação sempre irão existir. Segundo porque informar, considerando até o interpretante energético de Peirce, já não é mais prerrogativa do campo. Terceiro porque, como explica Oddo (2015), a produção de um conhecimento crítico é uma necessidade social contemporânea, para fazer com que os sujeitos compreendam a realidade social em sua complexidade.

Esta pesquisa, então, trabalha com o conceito de *mediação qualificada* proposto por Oliveira (2016) como estratégia para o enfrentamento da crise de credibilidade do jornalismo. A concepção de mediação qualificada é epistemológica, ou seja, a ideia propõe um novo modelo para se pensar o jornalismo. E a relevância da mediação qualificada se justifica justamente diante do caos informativo que o jornalismo enfrenta (GARCIA, 2021), como se explicou no subcapítulo anterior. Porque, sem exercê-la, o jornalismo não consegue, inclusive, pôr em prática seu papel de fortalecer a democracia.

O conceito de mediação qualificada é inspirado na compreensão clássica de mediação e incorpora a filosofia da linguagem como lugar epistemológico para o seu processamento. Utiliza-se da analogia que Ollivier (2008 *apud* OLIVEIRA et al., 2020) faz, a partir de Martín-Barbero, com a diplomacia internacional: 1) há um conflito entre dois países; 2) um terceiro intervém; 3) e o conflito é superado pelo acordo.

Neste conceito, também se trabalha com a esfera pública de Habermas (2003), entendendo que o jornalismo se trataria de uma atividade de mediação em busca do melhor argumento. Ao jornalismo caberia, então, não apenas circular discursos, mas, sim, escrutiná-los, em termos habermasianos (OLIVEIRA et al., 2020).

Considerando a interatividade dos sistemas de produção de sentido nas fronteiras de Lotman (1996), adotar a mediação qualificada corresponderia a uma transformação da identidade do jornalismo, do seu núcleo, da gênese desse sistema de produção de sentido. Transformação essa que precisa ocorrer, diante da crise estabelecida no contexto de redes sociais digitais e interpretantes em rede, para que o jornalismo não sucumba.

No caso da semiótica peirceana, seria transformá-lo em um sistema produtor de sentido capaz de oferecer um signo que não se proponha a ser o próprio objeto, como sugere a perspectiva que coloca a objetividade como estrutura ontológica. Mas, sim, em um sistema produtor de um signo mais próximo do objeto dinâmico, com a objetividade como método

pelo qual opera a semiose da notícia (OLIVEIRA, 2016). Até porque, como já foi visto, as sobras do processo de significação sempre vão ocorrer. É preciso ajustar o processo de semiose, para que, quando as sobras sejam confrontadas com interpretantes em rede, estes não interajam de tal forma que coloquem em risco a sua própria existência.

Dessa forma, se avançaria do interpretante energético, etapa da semiose da notícia em que o jornalismo esteve estagnado até agora, para o lógico. A semiose da notícia, enfim, finalizaria, sem mais produzir signos degenerados, mas um signo pleno (OLIVEIRA, 2016).

E, considerando a fixação das crenças de Peirce (1877), a lógica da mediação qualificada estaria próxima do método científico, mas não no sentido *stricto sensu*. Até porque o jornalismo não é uma ciência, mas, sim, uma forma de conhecimento específico (MEDITSCH, 1998), como já foi explicado no capítulo 2. A ideia imbuída aqui é a de que o público passaria a crer no jornalismo como fonte de informação credível porque adota uma série de técnicas específicas para mediar informações à sociedade. Seria mudar a justificação da sua autoridade para, então, renegociá-la.

### 3.3.1 *Transparência como legi-signo*

Para reforçar a credibilidade do jornalismo perante o público por meio da mediação qualificada, entende-se que um dos valores que podem ser adotados pelos veículos é a transparência. Ou seja, a transparência pode servir como uma forma de justificar a autoridade do jornalismo ao contextualizar um acontecimento por meio de técnicas transparentes. Assim, o jornalista estaria negociando, novamente, a sua autoridade, uma chance de ser credível perante o público. Do ponto de vista da semiótica peirceana, então, a transparência funcionaria como um dos novos legi-signo a serem seguidos pelo jornalismo para orientar a semiose da notícia, que agora deverá ser completa graças a uma maior contextualização dada ao acontecimento retratado. E substituiria valores como aqueles da teoria do espelho, que orientaram por muito tempo a autoridade do jornalismo tradicional.

De fato, a importância do conceito da transparência para o jornalismo veio à tona nas últimas duas décadas. E tem sido comparado, inclusive, à da objetividade na primeira metade do século 20 (LISBOA; FRANZONI, 2018, p. 1-2):

Se nos anos 1920 a objetividade foi incorporada na deontologia jornalística como uma forma de responder às demandas por relatos mais precisos, justos e equilibrados, agora

assistimos a emergência da transparência como um antídoto contra as “notícias falsas” (fake news) e a desconfiança na imprensa, que se configura em um fenômeno global. Ela estaria ganhando relevância frente à objetividade para atestar a credibilidade do jornalismo no novo ecossistema midiático.

No entanto, é preciso salientar que o conceito de transparência já era trabalhado no jornalismo antes desta crise. Inclusive, que já era considerado uma função central na profissão. Kovach e Rosenstiel (2004), por exemplo, já defendiam a noção de transparência do método de produção da notícia como um elemento central do jornalismo. “A única maneira prática de dizer ao público o quanto sabemos é revelar o máximo possível sobre nossas fontes e métodos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 126), já diziam.

A adoção da transparência enquanto um valor, então, funciona como uma comprovação de que o jornalismo diz uma verdade, sustentando a credibilidade de seu discurso. Em outras palavras:

Confere ao relato um efeito de nitidez e franqueza por meio da demonstração de quem são as fontes, quais são seus interesses, quais foram os métodos utilizados para obter aquela informação, isto é, quais são as provas do que tudo o que está sendo dito aproxima-se ao máximo de uma verdade. (LISBOA; FRANZONI, 2018, p. 9).

E isso tudo é possível, na visão de Weinberger (2009), graças ao ambiente da Internet, que permite o uso de links para estabelecer conexões e mostrar a origem da informação e, dessa forma, que o leitor rastreie e autentique as informações (*apud* GEHRKE, 2018).



## 4 ALTERNATIVAS PARA ENFRENTAR A CRISE

Diante de todo o cenário exposto até agora, é inegável afirmar que o jornalismo no Brasil e no mundo já percebeu os diversos âmbitos desta crise e está reagindo, seja de maneira instintiva ou mais reflexiva. A questão é saber até que ponto essas ações estão funcionando para o enfrentamento do problema, considerando as particularidades até então nunca vividas pela profissão.

O Projeto Credibilidade, por exemplo, faz parte dessa reação. A iniciativa internacional propõe padrões de transparência a serem seguidos por veículos jornalísticos em suas matérias para recuperar a credibilidade do público. A ideia parece boa. No entanto, para saber se, de fato, esse Projeto atua como uma estratégia de mediação qualificada, é preciso análise. E foi isso o que se recorreu, a partir da análise do acontecimento e do mapeamento dos oito indicadores de credibilidade do Projeto para descrição do material empírico e da posterior análise dos resultados.

O objetivo deste capítulo, então, é apresentar de forma sistemática essa iniciativa, que se propõe como uma estratégia de enfrentamento à crise, descrever o material empírico selecionado e analisá-lo de modo a responder ao problema de pesquisa: o Projeto Credibilidade contribui para que o jornalismo produza um signo pleno na semiose da notícia?

### 4.1 O Projeto Credibilidade

The Trust Project é uma iniciativa de colaboração internacional criada em 2017 pela jornalista estadunidense Sally Lehrman para desenvolver padrões de transparência a serem utilizados por veículos jornalísticos para conquistar a confiança do público. Tudo começou em 2014, quando Lehrman criou a Mesa Redonda sobre Ética em Jornalismo Digital na Markkula Center for Applied Ethics da Universidade de Santa Clara, na Califórnia, Estados Unidos. Na época, os participantes expressaram preocupação sobre as formas como a pressão para obter cliques degradava a ética jornalística e a qualidade das notícias. Lehrman questionou um especialista em aprendizado de máquina do Twitter e Richard Gingras, chefe do Google News, se os algoritmos poderiam ser usados a favor do jornalismo de qualidade. Gingras entendeu que sim. A partir de então, editores de 100 veículos jornalísticos se

juntaram para criar um manual de transparência que buscasse recuperar a credibilidade do jornalismo.

Durante dois anos, foram feitas entrevistas com consumidores de notícias nos Estados Unidos e na Europa. O objetivo foi entender o que a sociedade valorizava nas notícias, quando confiavam e quando não. Em uma das pesquisas<sup>44</sup>, foi identificado quatro tipos de usuários: o ávido, o engajado, o oportunista e o irritado. Todos esses tipos entendiam as notícias como importantes fontes de informação, mas variaram em seus níveis de confiança e no tempo que estariam dispostos a gastar para encontrar e avaliar notícias que consideravam úteis e confiáveis. Também se percebeu algumas tendências: as pessoas tendiam a ser leais a um ou dois sites de notícias que conquistaram sua confiança; acessavam as notícias de várias formas ao longo do dia; se importavam com marca; consideravam o consumo de notícias um dever cívico; e entendiam que a possibilidade de "verificação de confiança" online era extremamente valiosa.

Em seguida, os colaboradores associaram essas respostas a valores que consideravam fundamentais ao jornalismo e chegaram em oito tópicos essenciais que todo leitor, ouvinte e espectador merece saber ao ler, ouvir ou assistir a uma notícia. O resultado foi a consolidação de um manual contendo oito indicadores de credibilidade<sup>45</sup> que versam sobre os princípios éticos e de conduta, incluindo protocolos de apuração e edição e o histórico profissional de jornalistas que estão por trás das notícias, que devem ser seguidos por veículos jornalísticos. São eles<sup>46</sup>:

1. Melhores práticas: indicar quem financia o veículo, quais são os proprietários, sócios e patrocinadores e qual é a missão do veículo. Perguntas a serem feitas: O jornalista ou a empresa tem uma lista de regras que devem seguir? Como eles verificam seus fatos? Quem os financia? Qual é a missão e as prioridades da empresa? O jornalista ou a empresa faz correções se estiverem erradas? Eles têm um compromisso com relatórios éticos / diversificados / precisos e como eles mostram que estão cumprindo as regras?;

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://thetrustproject.org/user-interviews-research-and-reports/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>45</sup> No original, "trust indicators".

<sup>46</sup> Disponível em: <<https://thetrustproject.org/collaborator-materials/>>. Acesso em: 2 março 2022.

2. Jornalista: trazer detalhes sobre quem produziu a matéria, incluindo expertise e outras matérias em que atuou. Perguntas a serem feitas: Quem fez isso? Tem boa reputação profissional? Eles estão relatando uma área que normalmente focam?;
3. Tipo de matéria: trazer etiquetas junto ao texto para distinguir opinião, análise e publicidade (conteúdo patrocinado), por exemplo, de reportagens noticiosas. Perguntas a serem feitas: Por que isso foi criado? Tem uma opinião clara ou é imparcial? Isso é patrocinado ou é uma propaganda? O propósito está claramente indicado?;
4. Citações e referências: indicar a fonte ou de onde o jornalista retirou a informação e, no caso de matérias jornalísticas investigativas, aprofundadas ou até controversas, possibilitar maior acesso às fontes por trás dos fatos e afirmações. Perguntas a serem feitas: Qual é a fonte? Para histórias investigativas, aprofundadas ou controversas, temos acesso às fontes por trás das alegações? Você pode encontrar outra fonte para respaldar o que está sendo dito?;
5. Métodos: oferecer informações sobre como os repórteres decidiram apurar a matéria e o que fizeram durante o processo. Perguntas a serem feitas: Como isso foi feito? Quanto tempo demorou para fazer? Quem mais estava envolvido no processo?;
6. Apuração local: permitir que as pessoas saibam quando a matéria tem origem ou expertise local, se foi feita no local do acontecimento. Perguntas a serem feitas: O relato foi feito com profundo conhecimento da situação local ou da comunidade? O jornalista estava na cena? A história permite que você saiba quando as fontes de notícias são locais?;
7. Diversidade de vozes: esforçar-se para trazer perspectivas diversas para a reportagem, sem estereótipos. Perguntas a serem feitas: Quais são os esforços e compromissos da redação para trazer perspectivas diversas? Algumas comunidades são incluídas apenas de formas estereotipadas ou até mesmo ausentes?;
8. Feedback acionável: estimular a colaboração do público, estabelecendo prioridades para a cobertura, contribuindo para o processo de reportagem e garantindo a precisão. Perguntas a serem feitas: Podemos participar? Podemos dar feedback? O site de notícias convida e reconhece as contribuições do público?

Hoje, esses indicadores são utilizados por mais de 200 veículos jornalísticos de 13 países (Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Grécia,

Hong Kong, Itália, Panamá, Peru e Reino Unido). A estimativa da iniciativa é de que 327 milhões de pessoas por mês em todo o mundo recebam notícias com esses indicadores.

No Brasil, a iniciativa surgiu em 2019, é conhecida como Projeto Credibilidade<sup>47</sup> e é feita por meio de uma parceria entre o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), sob coordenação dos jornalistas Francisco Rolfsen Belda, presidente do Projor e docente da Unesp, e Angela Pimenta, diretora de operações do Projor. Em 2021, ocorreu em definitivo a fusão com o The Trust Project.

Os veículos brasileiros que integram a iniciativa são A Gazeta<sup>48</sup>, Agência Lupa<sup>49</sup>, Agência Mural de Jornalismo das Periferias<sup>50</sup>, Amazônia Real<sup>51</sup>, Folha de S. Paulo<sup>52</sup>, GaúchaZH<sup>53</sup>, Jornal do Commercio<sup>54</sup>, Nexo<sup>55</sup>, O Povo<sup>56</sup>, Poder360<sup>57</sup> e Ponte Jornalismo<sup>58</sup>. Além deles, fazem parte também do Projeto a nível internacional empresas como a BBC (Reino Unido), The Economist (Reino Unido), Washington Post (Estados Unidos), Hearst Television (Estados Unidos), TEGNA (Estados Unidos), El País (Espanha), La Repubblica (Itália), La Stampa (Itália) e o CBC (Canadá).

Em relação ao financiamento, o Projeto Credibilidade tem patrocínio do Google. No caso do The Trust Project, há grandes plataformas como Google, Facebook, Twitter e iniciativas filantrópicas internacionais como Craig Newmark Philanthropies, Rita Allen Foundation e outras atuando nesse sentido.

Outra informação interessante é como funciona essa “associação” ao Projeto. O jornal que deseja fazer parte do The Trust Project passa por um processo de aprovação de várias etapas. Assim que for aprovado na revisão, a equipe trabalha para implementar os indicadores – caso ainda não tenham sido aderidos ou não estejam completos. Veículos jornalísticos

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://www.credibilidade.org/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>48</sup> Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>50</sup> Disponível em: <<https://www.agenciamural.org.br/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/>>. Acesso em: 2 abril 2022;

<sup>54</sup> Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

<sup>55</sup> Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://ponte.org/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

aprovados e totalmente compatíveis podem exibir a Marca de Confiança em seu site, conforme aparece no Poder360<sup>59</sup>.

E, ainda que seja um trabalho recente, pesquisas<sup>60</sup> já têm apontado que esses indicadores desenvolvem confiança no usuário. A Reach Plc (Reino Unido), por exemplo, descobriu que a confiança em seu principal veículo jornalístico, o The Mirror, aumentou 8% depois de adicionar os indicadores de confiança no seu site. No estudo, a confiança no jornalista individual também foi maior.

#### 4.2 A metodologia de análise do acontecimento

Recapitulando, os acontecimentos são singularidades que produzem rupturas e incertezas no mundo. E o jornalismo dá forma semiótica a eles, domesticando-os. Nesta domesticação, cria enquadramentos e gera novos sentidos, o que pode, inclusive, revelar campos problemáticos para além do acontecido. Considerando justamente esse âmbito de significação do acontecimento que se escolheu a metodologia da análise do acontecimento (FRANÇA, 2012) como um dos procedimentos metodológicos para esta pesquisa. A ideia foi entender como a pandemia da Covid-19, enquanto um acontecimento – talvez o maior do último século –, auxiliou a desencadear novos sentidos ao jornalismo, a partir do enfoque do negacionismo frente à ineficácia da cloroquina.

No entanto, para trabalhar com a análise do acontecimento, foi necessário escolher um dos diversos caminhos metodológicos propostos por Vera França e Suzana Lopes (2017). Neste caso, se entendeu que a individualização do acontecimento seria o procedimento mais adequado a ser adotado, considerando o objetivo geral desta pesquisa – de analisar os signos evocados em matérias jornalísticas que se propunham esclarecer informações sobre a ineficácia do uso da cloroquina contra a Covid-19.

Mas por que, exatamente, a individualização do acontecimento? Porque é um procedimento metodológico que busca trazer clareza para o fato acontecido e, no caso deste trabalho, poderia contribuir no detalhamento dos acontecimentos retratados nas matérias,

---

<sup>59</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/trust-project-torna-se-independente-com-doacao-de-us-225-milhoes/>>. Acesso em: 2 março 2022.

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://thetrustproject.org/resources/>>. Acesso em: 2 de março 2022.

tendo em vista que a metodologia foi utilizada como técnica para descrever o material empírico (o que será explicado no subcapítulo seguinte).

Adotando esse caminho, então, é possível compreender, segundo Quéré (2011), tanto a dinâmica própria do acontecimento quanto a sua natureza social. Já que os sentidos do acontecimento resultam de suas particularidades, mas são também iluminados e tensionados pelos significados do conjunto no qual estão inseridos. Explica-se:

[...] individualizar um acontecimento, analisar como ele se torna este acontecimento no meio de tantos outros é uma forma de melhor interpretar seus significados, mas é também altamente elucidativo das amarras sociais que ele expõe: as operações de individualização mostram que esta “passa por uma socialização, no sentido de uma inscrição num mundo social (de sentido e de coerência estabelecidos, de instituições, de usos e de costumes, de hábitos e de capacidades de acção etc.). (QUÉRÉ, 2011, p. 14).

Para analisar um acontecimento a partir da sua individualização, Vera França (2011) propõe cinco etapas a serem seguidas: a descrição; a narrativização; a identificação do pano de fundo pragmático; a caracterização do problema público; e a normalização. Vale lembrar, no entanto, que essas etapas não podem ser consideradas técnicas para a análise. Para França e Lopes (2017), a operacionalização do conceito se faz em função daquilo que ele deve ajudar a responder.

Parte-se, agora, para a explicação de cada etapa, começando pela primeira: a descrição. É nessa etapa que França e Lopes (2017) entendem que se contém as características mais evidentes do acontecimento, arrola os fatos, mas, sobretudo, identifica a maneira como ele foi categorizado, isto é, o enquadramento ou enquadramentos que ele recebeu. Já a narrativização (FRANÇA; LOPES, 2017) é a articulação de seus vários momentos, a identificação dos agentes, a estruturação temporal. Essa etapa seria feita após concluídas as várias fases do acontecimento, mas geralmente o trabalho midiático dispõe de esquemas narrativos prontos, e o novo acontecimento é simplesmente acomodado em esquemas disponíveis. Ainda de acordo com as autoras, analisar a construção da narrativa é importante para perceber, por exemplo, a ênfase atribuída ao acontecimento (quais ações foram privilegiadas?), sua inscrição temporal (qual foi o ponto de partida escolhido pela história de tal escândalo de corrupção?), os agentes que foram privilegiados e seus papéis (que tipo de agenciamento?).

A terceira etapa, de identificação do pano de fundo pragmático (FRANÇA; LOPES, 2017), corresponde ao plano da experiência, e leva para a análise da recepção do

acontecimento. Ou seja, projetar como ele foi recebido, que ações e reações provocou. Isso tudo, vale lembrar, é alimentado pelo conhecimento vindo do senso comum, das estruturas normativas de uma cultura.

Em seguida, vem a caracterização de problema público (FRANÇA; LOPES, 2017), que nem sempre é alcançada por um acontecimento. Trata-se do reconhecimento oficial de que aquele acontecimento específico se inscreve numa categoria mais ampla que atinge/prejudica a sociedade como um todo e deve ser alvo de tratamento e combate especiais.

E, por fim, a normalização (FRANÇA; LOPES, 2017) é a observação daquele momento em que a curva de interesse e mobilização em torno do acontecimento desce, o estranhamento que ele provocou é reduzido ou esquecido e a normalidade readquire seu ritmo. É o momento em que o acontecimento é absorvido pelo cotidiano.

#### 4.3 Procedimentos metodológicos desta pesquisa

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram adotados de modo que, ao final da análise, pudesse se averiguar se as matérias sobre a ineficácia da cloroquina contra Covid-19 foram capazes de produzir signos plenos na semiose da notícia e se o Projeto Credibilidade contribuiu para isso. Como já dito, este é o objetivo geral desta pesquisa. Para alcançá-lo, no entanto, partiu-se dos objetivos específicos.

O primeiro passo, então, foi selecionar, em três períodos temporais diferentes durante a pandemia, o material empírico: matérias que explicassem a ineficácia da cloroquina contra a Covid-19 de todos os veículos brasileiros associado ao Projeto Credibilidade. Como a Agência Mural de Jornalismo das Periferias não tinha conteúdos sobre o assunto e a A Gazeta<sup>61</sup> e a Amazônia Real entraram em julho de 2021<sup>62</sup> e a GaúchaZH, o Jornal do Commercio e a Ponte Jornalismo em novembro do mesmo ano<sup>63</sup>, selecionou-se apenas matérias dos jornais Agência Lupa, Folha de S. Paulo, Nexo, O Povo e Poder360.

---

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/credibilidade-a-importancia-de-a-gazeta-integrar-o-trust-project-0721>>. Acesso em: 29 março 2022.

<sup>62</sup> Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/amazonia-real-junta-se-ao-trust-project-para-destacar-noticias-confiaveis/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

<sup>63</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/trust-project-anuncia-expansao-da-rede-e-fortalecimento-no-brasil/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

Em relação ao período temporal, foram definidos três momentos considerados relevantes para se entender o cenário desinformativo em torno desse medicamento. O primeiro pode-se entender como o “início”, quando, no dia 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde publicou uma portaria confirmando a transmissão comunitária do vírus em todo o Brasil<sup>64</sup>. Naquela época, já havia circulação de desinformação sobre o remédio, principalmente por meio do presidente norte-americano, Donald Trump, como já foi explicado no capítulo 3. O segundo período escolhido é o que se considerou como o auge da polêmica da cloroquina: 20 de maio de 2020, quando o Ministério da Saúde recomenda o uso do medicamento desde o 1º dia dos sintomas do novo coronavírus<sup>65</sup>. E o terceiro é quando houve a publicação do maior estudo brasileiro sobre cloroquina até então que comprovou a ineficácia do remédio contra Covid-19, no dia 23 de julho de 2020<sup>66</sup>.

Tomadas essas decisões, partiu-se para a seleção das matérias. Buscou-se dentro de cada um dos cinco sites de notícias as matérias que continham os termos “hidroxicloroquina” e “cloroquina”. Depois, foi aplicado um filtro temporal de sete dias corridos considerando o início de cada período escolhido para análise.

Feita essa primeira separação, foram selecionadas as matérias, uma de cada veículo e de cada período, que mais aprofundaram o tema. No geral, se encontrou apenas uma matéria sobre o assunto em cada período delimitado. Ou ainda matérias com aprofundamento muito discrepantes: uma de conteúdo hardnews e outra mais analítica. Formou-se, então, um material empírico com um total de 14 matérias. Não foram 15 porque, no caso do primeiro período temporal, a única matéria encontrada sobre o tema no O Povo, com o título “Coronavírus: os perigos de usar remédios sem supervisão”, publicada em 24 de março de 2020, teve seu link rompido. Atualmente, leva para uma página com os dizeres “Página não encontrada”<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-governo-declara-transmissao-comunitaria-em-todo-o-pais>. Acesso em: 28 março 2022.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/20/governo-muda-protocolo-e-autoriza-hidroxicloroquina-para-casos-leves-de-covid-19>. Acesso em: 28 março 2022.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/covid-19-estudo-aponta-ineficacia-de-tratamento-com-hidroxicloroquina>. Acesso em: 28 março 2022.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/12/28/hidroxicloroquina-segue-nao-sendo-re%20comendada-em-rede-publica-de-saude--entenda-o-uso.html>. Acesso em: 12 abril 2022.



O segundo passo desta pesquisa foi aplicar a individualização do acontecimento (FRANÇA; LOPES, 2017) como procedimento metodológico para organizar o material empírico selecionado. Foram adotadas as cinco etapas previstas pelas autoras. A ideia aqui foi apreender características particulares e gerais do acontecimento retratado, que é a desinformação em torno da ineficácia da cloroquina contra a Covid-19, de modo a entender como esse acontecimento mobilizou novos sentidos ao jornalismo.

O terceiro passo deste trabalho foi mapear quais dos oito indicadores de credibilidade do Projeto Credibilidade foram, de fato, incorporados nas matérias e pelos veículos jornalísticos nos seus sites. A classificação foi feita em quatro categorias: se o veículo jornalístico cumpriu totalmente o indicador naquela matéria, se cumpriu parcialmente, se não cumpriu ou se ainda o indicador não se aplicava ao tipo de matéria analisada.

Ao final, o quarto passo foi analisar se, de fato, os indicadores adotados nas matérias e pelos veículos selecionados são capazes de construir um signo pleno na semiose da notícia. A partir da descrição do material empírico e considerando a semiose da notícia, a credibilidade e o método de fixação das crenças como principais conceitos teóricos, se discutiu se os veículos jornalísticos alcançaram a mediação qualificada tal como Oliveira (2016) propõe, se os indicadores de credibilidade foram capazes de produzir um legi-signo de transparência e se contribuíram para a produção de um signo pleno e qual método de fixação de crenças foi mobilizado pelos mesmos para recuperar a credibilidade do público. A seguir, a descrição do material empírico.

#### 4.4 Descrição do material empírico

A descrição do material empírico é feita em duas etapas. Primeiro, se adota a análise do acontecimento, a partir da sua individualização, para apresentar de maneira geral o enfoque das 14 matérias selecionadas. Em seguida, em um subcapítulo à parte, se mapeia quais dos oito indicadores de credibilidade foram adotados por cada uma das matérias e pelos veículos jornalísticos em seus sites.

#### 4.4.1 *Análise do acontecimento negacionismo frente à ineficácia da cloroquina contra a Covid-19*

O grande acontecimento retratado nas 14 matérias selecionadas (que serão apresentadas ao longo das próximas seções deste subcapítulo) foi o negacionismo frente à ineficácia da cloroquina contra a Covid-19<sup>68</sup>. Assim como a pandemia do novo coronavírus, entende-se que a efetividade ou não do uso da medicação contra a doença e os decorrentes movimentos negacionistas frente a isso também podem se enquadrar como acontecimentos por terem desencadeado diversas mudanças na sociedade, influenciadas, diga-se de antemão, pelo cenário de polarização política e de desinformação nas redes sociais digitais. Um exemplo dessas mudanças pode-se dizer que foi a nível de comportamento. Assim que sabiam que tinham se contaminado pelo vírus, por exemplo, muitas pessoas passaram a consumir o medicamento seguindo a lógica do tratamento precoce, orientado, inclusive, pelo Ministério da Saúde<sup>69</sup>. Ou seja, ao invés de procurarem algum médico e começarem um tratamento antiviral, comportamento que é de praxe quando se adoece, buscaram o remédio em específico sem nenhum tipo de orientação prévia.

Além disso, é interessante notar também outros comportamentos decorrentes desse acontecimento. O uso da máscara com o nariz para fora e a não vacinação são alguns exemplos disso. Porque, como já se trouxe em Basu (2019), crer em algo abre caminho para crer em outras coisas. Neste caso, crer na eficácia da medicação, que aqui pode-se entender como um vício epistêmico (CASSAM, 2019), influencia a pessoa a decidir como usará a máscara (ou ainda, se irá usá-la) e se irá ou não se vacinar. Tudo depende do nível de desinformação que ela acessa e do que ela toma como verdadeiro.

Partindo para a análise propriamente dita, pode-se entender que a descrição do acontecimento nas matérias apareceram já no lide, onde os jornalistas introduziram o assunto que seria detalhado mais adiante no texto. E, ainda que o negacionismo frente à ineficácia da medicação seja o grande acontecimento retratado, os ganchos utilizados para falar do assunto

---

<sup>68</sup> Ainda que se reconheça que nem em todo momento a cloroquina era tida como ineficaz contra o vírus, se entendeu que o acontecimento que melhor retrataria o cenário é a sua não efetividade, e não a dúvida em si quanto a ela, por exemplo. Porque diversos estudos surgiram ainda em 2020 que contribuíram para a compreensão de que o medicamento estava perdendo força como uma possível alternativa à doença. A dúvida, nesse sentido, logo foi sanada.

<sup>69</sup> Disponível em:

<<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1570-cns-pede-que-ministerio-da-saude-retire-publicacoes-sobre-tratamento-precoce-para-covid-19>>. Acesso em: 19 abril 2022

variaram. Houve uma matéria que esclareceu uma desinformação sobre o assunto, outras que divulgaram um estudo brasileiro que comprovou ineficácia da cloroquina para casos leves e moderados de Covid-19, outras que noticiaram a suspensão de testes com o remédio pela OMS, outra ainda que divulgou o levantamento feito pelo Conselho Federal de Farmácias (CFF) que revela que nos primeiros cinco meses de 2020 em comparação ao mesmo período do ano passado a prescrição da cloroquina cresceu 676,89% e a hidroxicloroquina 863,34% e outra que falou sobre a defesa de Trump do uso do medicamento. Isso não quer dizer que não houve matérias que trabalharam mais “puramente” o acontecimento. Com os títulos “Covid-19: entenda por que você não deve comprar hidroxicloroquina agora”, “Pesquisas com hidroxicloroquina contra coronavírus ainda são preliminares”, “Coronavírus: os perigos de usar remédios sem supervisão”, “Como a cloroquina mostra o que há de ciência na prática médica”, “Tira-dúvidas sobre uso de cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento de coronavírus” e “Saiba o que é recomendado e o que é contraindicado a quem contrair covid-19”, essas matérias esclareceram informações quanto à ineficácia da medicação conhecida até então, conforme cada período escrito, sem o uso de um gancho específico.

Considerando que é na descrição que já é feito o enquadramento do acontecimento, é interessante perceber que em todas as matérias, a ciência é colocada como fonte principal. Que as matérias foram construídas a partir de pesquisas e dados científicos. Aqui, pode-se entender que a mobilização desses signos científicos ocorre porque ainda hoje, apesar do cenário desinformativo, o senso comum entende a ciência como uma instituição credível, com métodos e técnicas próprias. No entanto, não foi somente esse o sentido mobilizado. Seguindo a lógica de dualismo da desinformação sobre a medicação que Cardoso et al. (2021) propuseram, pode-se entender que as matérias seguiram na mesma linha, mas em sentido inverso, claro: a ciência enquanto lado do “bem”, associando-se a signos positivos, como saúde e esperança, e os governos brasileiro e estadunidense como o lado do “mal”, associando-os a signos negativos, como desinformação, efeitos colaterais e até morte.

Isso pode ser melhor entendido na segunda etapa, da narrativização, já que França e Lopes (2017) entendem que a estrutura da narrativa vem dada pelo enquadramento. A narrativização feita por essas matérias, então, traz o acontecimento – o negacionismo frente à ineficácia da cloroquina contra a Covid-19, como já dito, – e mobiliza pesquisas e dados científicos e ações controversas do governo de Bolsonaro e de Trump para construir sentidos

à narrativa. Na citação abaixo, retirada de uma das matérias analisadas do Poder360, é possível ver um exemplo dessa dicotomia, que é trabalhada em todas as matérias:

No último sábado (21.mar.2020), o presidente Jair Bolsonaro anunciou que mandou o Exército aumentar a produção da cloroquina devido ao otimismo do governo sobre a possibilidade de a medicação ter eficácia contra a doença que já infectou mais de 2.200 pessoas no país. Disse que o Hospital Israelita Albert Einstein iniciou testes em pacientes. Sobre os medicamentos, a infectologista Heloísa Ravagnani afirma que, por ainda estarem em fase de teste, o uso não é recomendável para casos de covid-19 leve ou como preventivo. Segundo ela, a ingestão pode causar efeitos colaterais graves. (FREIRE, 2020, não paginado).

No caso do jornal O Povo, percebe-se, para além do dualismo entre ciência e governo, a atribuição de juízos de valor nas narrativas do acontecimento. Como em:

Nos Estados Unidos, a agência de medicamentos (FDA) autorizou seu uso, mas apenas no hospital, "de maneira adaptada, quando um ensaio clínico não estiver disponível ou for viável". *Jamais de forma preventiva, como Trump se gaba de fazer.* (O POVO, 2020a, não paginado).

Em relação à identificação do pano de fundo pragmático, terceira etapa da metodologia, entende-se que a polarização política da época, potencializada a partir do impeachment da então presidente brasileira Dilma Rousseff (COELI, 2018) e pelas próprias redes sociais digitais, foi o principal mobilizador desse acontecimento. Um indício disso é a própria lógica de se utilizar da ciência como fonte principal é uma maneira de se recuperar a credibilidade e mostrar alguma isenção, ou ao menos objetividade no que se é retratado. Em um cenário polarizado, buscar formas de se apresentar isento é uma maneira de se fazer ser acreditado por ambos os "lados".

Já na quarta etapa, as matérias variaram em relação à caracterização do problema público. De forma geral, os jornalistas recorreram a fenômenos como a corrida às farmácias, ao risco de efeitos colaterais e intoxicação com o uso do remédio sem orientação médica, a desinformação e a má gestão da saúde pelo governo federal como principais problemas que transitam nesse acontecimento. No caso da má gestão da saúde, refere-se, por exemplo, a compra de medicamentos sem comprovação de eficácia com dinheiro público para distribuição em hospitais.

E a última etapa, de normalização, foi possível de ser percebida nos últimos parágrafos de cada matéria, onde os jornalistas trouxeram um tom conclusivo ao texto e reduziram o

estranhamento causado pelo acontecimento, quando surgido. Um exemplo pode ser visto neste trecho: “Logo, a compra de hidroxiclороquina para tratamento da Covid-19 neste momento e, principalmente, sem prescrição médica *não apenas é desaconselhada*. Ela é *prejudicial* às pessoas que dependem do remédio no dia a dia” (MARÉS, 2020, não paginado, grifo meu). A partir da conjunção e dos adjetivos, é possível perceber que já se conquistou a normalidade. Ainda assim, vale lembrar que o próprio jornalismo, ao retratar o acontecimento em si, já o normaliza. O uso dessa etapa foi feito mais para um efeito didático na pesquisa do que, propriamente, é como o acontecimento funcionou.

#### 4.4.2 Agência Lupa

No caso do primeiro período temporal, a matéria analisada da Agência Lupa tem como título “Covid-19: entenda por que você não deve comprar hidroxiclороquina agora”<sup>70</sup> e foi publicada no dia 20 de março de 2020. A matéria explica, como já induz o título, o motivo pelo qual as pessoas não deveriam comprar cloroquina naquele momento. Foram dois os argumentos apresentados. Primeiro, porque os resultados de qualquer pesquisa que indicassem eficácia ou não do remédio contra o vírus seriam bastante preliminares, considerando todas as metodologias necessárias a serem adotadas em uma pesquisa. E segundo porque a compra desenfreada do medicamento estava levando, na época, ao desabastecimento das farmácias, o que prejudicava pessoas que usavam cloroquina para o tratamento de doenças crônicas. A matéria também já alertava para o risco de uma intoxicação pelo uso excessivo e não orientado da medicação.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, pode-se dizer que a matéria cumpre totalmente quatro deles, parcialmente dois, não cumpre um e outro não se aplica. Começando já pelo primeiro, entende-se que o indicador “melhores práticas” foi cumprido parcialmente. Na aba “Quem somos”, no cabeçalho do site, a Agência Lupa indica quem os financia<sup>71</sup>, a partir do hiperlink “Como a Lupa se financia?”. Apesar de não indicar quem são

<sup>70</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/03/20/coronavirus-hidroxiclороquina/>>. Acesso em: 28 março 2022.

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-funciona-nosso-modelo-de-negocios/>>. Acesso em: 29 março 2022.

os proprietários do veículo, há também o hiperlink “Quem orienta a Lupa editorialmente?”<sup>72</sup>. Acessando o endereço eletrônico, no entanto, percebe-se que o Conselho Editorial do veículo não está atualizado. A gestão indica o biênio 2019/2020. A sua missão, de ser uma plataforma de combate à desinformação através do fact-checking e da educação midiática, é esclarecida pelo hiperlink “O que é a Agência Lupa?”<sup>73</sup>. Há também um hiperlink chamado “Na Lupa, há espaço para contestações e correções?”<sup>74</sup>, que pode ser acessado ao lado da matéria, pela aba “Política de correção”, outro chamado “Onde a Lupa se inspira?”<sup>75</sup> e outro ainda denominado “Como a Lupa faz suas checagens?”<sup>76</sup>, onde o veículo traz um passo a passo de oito metodologias utilizadas para escrever as matérias. Esse mesmo hiperlink pode ser acessado por uma aba chamada “Entenda nossa metodologia”, ao lado da matéria.

Em relação ao indicador “jornalista”, pode-se dizer que foi cumprido integralmente. A matéria traz o nome do repórter, neste caso, Chico Marés, com um hiperlink<sup>77</sup>. Nele, além da expertise, traz uma relação de matérias já escritas pelo profissional, indicando que já atuou em temas semelhantes, sobre política e saúde.

Em relação ao indicador “tipo de matéria”, também foi cumprido integralmente. A matéria traz, ao final, uma etiqueta dizendo “Tipo de conteúdo: reportagem”, o que, de fato, condiz com o conteúdo em si. Entende-se que há um problema, o que, no entanto, não é prerrogativa do Projeto Credibilidade: a localização dessa etiqueta. A Agência Pública posiciona sempre ao final da matéria e entende-se que o ideal seria que o Projeto orientasse a colocar no início, porque nem sempre o leitor chega ao final, considerando que a Internet estimula uma leitura mais dinâmica. Constando no início, o leitor já seria informado, então, de que tipo de matéria começaria a ler.

---

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/nosso-time-de-conselheiros/>>. Acesso em: 29 março 2022.

<sup>73</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-selecionamos-as-frases-que-serao-cheçadas/>>. Acesso em: 29 março 2022.

<sup>74</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/na-lupa-ha-espaco-para-contestacoes-e-correcoes/>>. Acesso em: 29 março 2022.

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/onde-nos-inspiramos/>>. Acesso em: 29 março 2022.

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-fazemos-nossas-cheçagens/>>. Acesso em: 29 março 2022.

<sup>77</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/colaborador/chico-mares/>>. Acesso em: 29 março 2022.

Em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. Quer dizer, foram usados 21 hiperlinks, mas quatro deles são links genéricos e outro não funciona. Em relação aos três primeiros, eles aparecem quando se menciona a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e levam para o site inicial da instituição e não para o assunto em si explicado. Outro ainda quando se refere à doença lúpus. O hiperlink também direciona para o site inicial, mas do Ministério da Saúde.

Já em relação ao caso do hiperlink que não funciona está na expressão “Minas Gerais”. Ao clicá-la, não é possível ler o conteúdo porque o material linkado era um tweet e a conta do Twitter é privada. Pode ser que na época a conta era aberta e, por algum motivo, o usuário fechou. Para evitar problemas do tipo, o veículo poderia ter printado o tweet e anexado o print no hiperlink.

Ainda em relação ao indicador “citações e referências”, entende-se que poderia ter sido hiperlinkado mais duas informações na matéria. Uma quando se fala que “alguns vídeos circulam em redes sociais com médicos recomendando o medicamento” (MARÉS, 2020, não paginado). Aqui, o hiperlink poderia direcionar a algum exemplo do fato. E outra quando se fala, pela primeira vez, da corrida às farmácias. Neste caso, poderia ser colocado o mesmo hiperlink utilizado quando a matéria se refere pela segunda vez a esse fenômeno. A ideia de repetição aqui se justifica por causa da leitura dinâmica já mencionada que a Internet proporciona e como uma forma de padronização, já que a matéria utilizou do artefato em outros momentos no texto, como no caso do estudo na França.

Em relação ao indicador “métodos”, entende-se que não foi cumprido. A Agência Lupa não explica como os repórteres apuraram a matéria nem o que fizeram durante o processo de escrita do material.

Em relação ao indicador “apuração local”, entende-se que não se aplica à matéria analisada. Ainda que em baixo do nome do repórter se conste a sua localização – neste caso, Rio de Janeiro –, a matéria não apresenta indícios de que foi feita no local do fato. Até porque, como disse, não se aplica. A pauta é abrangente, engloba o cenário nacional. Não é feita no local do acontecimento. A proposta da matéria é esclarecer a dúvida em torno da eficácia da cloroquina contra a Covid-19 por meio de pesquisas científicas.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, é possível dizer que foi totalmente atendido. Ainda que a reportagem seja explicativa e não chegue a entrevistar fontes. Traz duas

pesquisas, uma feita na China<sup>78</sup> e outra na França<sup>79</sup>, além de explicações científicas e notas oficiais da Anvisa.

E em relação ao indicador “feedback acionável”, também foi cumprido. Abaixo das suas reportagens, a Agência Lupa disponibiliza uma área onde o leitor pode enviar e-mail para informar possíveis erros. Chama-se “Erramos? Informe à nossa redação”. Na sequência, há um espaço onde é possível fazer uma avaliação do conteúdo em relação à sua utilidade de 1 a 5 e se concorda com o resultado da checagem, em sim ou não – caso o conteúdo seja uma checagem. Nesse caso, não era. Ao lado da reportagem, há também uma aba chamada “Fale com a redação no lupa@lupa.news”, que direciona diretamente para o envio de um e-mail. Neste mesmo local, também há uma aba dizendo “Sugestão de checagem?”, que leva para outra parte do site, onde explica como o leitor pode contribuir nesse sentido<sup>80</sup>.

No caso do segundo período temporal, a matéria analisada da Agência Lupa tem como título “#Verificamos: É falso que médicos de 30 países confirmam a eficácia da cloroquina”<sup>81</sup> e foi publicada no dia 16 de abril de 2020. A matéria checa uma postagem no Facebook que afirma que médicos de 30 países confirmaram a eficácia da cloroquina no tratamento de pacientes com Covid-19. Até às 15h de 16 de abril de 2020, a postagem tinha mais de 4,3 mil compartilhamentos. A etiqueta que a Agência Lupa atribuiu ao conteúdo é “falso”. O argumento trazido foi o resultado de diversas pesquisas científicas. Para se ter uma ideia, naquela época, o maior grau de eficiência apontado nas pesquisas era o do uso de plasma de pacientes que se recuperaram de Covid-19, que chegou a 46% de aprovação.

Mapeando agora os oito indicadores do Projeto Credibilidade, pode-se dizer que a matéria cumpre totalmente cinco, parcialmente dois e um não se aplica. O indicador “melhores práticas” foi integralmente cumprido pelos mesmos motivos anteriores, já que a matéria foi publicada no mesmo site – no caso, da Agência Pública. O indicador “jornalista” também. Quem escreveu a checagem foi Maurício Moraes<sup>82</sup>. A mesma linha de raciocínio

---

<sup>78</sup> Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41421-020-0156-0>>. Acesso em: 31 março 2022.

<sup>79</sup> Disponível em: <[https://www.mediterranee-infection.com/wp-content/uploads/2020/03/Hydroxychloroquine\\_final\\_DOI\\_JAA.pdf](https://www.mediterranee-infection.com/wp-content/uploads/2020/03/Hydroxychloroquine_final_DOI_JAA.pdf)>. Acesso em: 31 março 2022.

<sup>80</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2015/10/15/como-possa-contribuir/>>. Acesso em: 29 março 2022.

<sup>81</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/04/16/verificamos-medicos-30-paises-eficacia-cloroquina/?fbclid=IwAR0C4HGkHXPIY9NDQkJ1EEddRxlG2Bd-OG431-aiVty6EmsvjxJUhzeyc>>. Acesso em: 31 março 2022.

<sup>82</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/colaborador/mauricio-moraes/>>. Acesso em: 31 março 2022.



segue para o indicador “tipo de matéria”, que também foi integralmente cumprido. Neste caso, a etiqueta foi “Tipo de conteúdo: checagem”.

No indicador “apuração local”, pela mesma justificativa anterior, entende-se que a categorização não se aplica. Ainda assim, como na primeira matéria analisada, o nome da cidade – neste caso, também Rio de Janeiro – consta abaixo do nome do repórter.

Em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se entender que é cumprido parcialmente. No total, foram utilizados nove hiperlinks, sendo que três levam para páginas genéricas ou não existem. No primeiro caso, no hiperlink do quinto parágrafo, ao citar “Na fase mais recente da pesquisa, feita entre os dias 6 e 9 de abril” (MORAES, 2020, não paginado), o direcionamento é para a página inicial da pesquisa<sup>83</sup>, e não para o estudo em si, como é feito logo depois, nos dois hiperlinks subsequentes. A mesma coisa acontece no sétimo parágrafo, no segundo hiperlink. Quando se fala que “Dados da versão mais recente deste levantamento, realizado entre os dias 11 e 13 de maio, dizem o contrário” (MORAES, 2020, não paginado), o hiperlink leva o leitor para a mesma página anterior: a inicial da pesquisa.

Além disso, neste mesmo parágrafo, o primeiro hiperlink não funciona. A matéria quis se referir a um tweet da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), mas, ao clicar no hiperlink, o site que abre diz que a página não existe. A solução poderia ser a mesma já referida antes: de anexar um print da postagem. O que, aliás, foi feito nesta matéria em outro momento, ao se referir ao post do Facebook que continha a desinformação.

Ainda em relação aos hiperlinks, entende-se que poderiam ser acrescentados, pelo menos, mais dois, considerando sua relevância. O primeiro já no segundo parágrafo, quando se diz que “o maior grau de eficiência apontado nas consultas é o do uso de plasma de pacientes que se recuperaram de Covid-19, que chegou a 46% de aprovação” (MORAES, 2020, não paginado). E o segundo no quarto parágrafo, quando se refere à metodologia da pesquisa. Bastaria apenas linkar a aba do site<sup>84</sup> que explica justamente isso.

Em relação ao indicador “métodos”, diferentemente da matéria anterior, entende-se que nesta foi cumprido parcialmente. A Agência Lupa chega a explicar de onde saiu a ideia para

---

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://app.sermo.com/covid19-barometer/global>>. Acesso em: 31 março 2022.

<sup>84</sup> Disponível em: <<https://www.sermo.com/methodology/>>. Acesso em: 31 março 2022.

checar esse material – por meio de um projeto de verificação de notícias<sup>85</sup>, em que usuários do Facebook solicitaram a análise desse material. Também, como já foi dito, apresenta em uma aba do seu site como funciona a sua metodologia de checagem. No entanto, não há nenhum comentário personalizado referente a essa checagem em específico, explicando, por exemplo, como ocorreu a apuração.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, é possível dizer que foi totalmente atendido. Porque a reportagem, ainda que não chegue a entrevistar fontes, traz diversos dados de levantamentos da plataforma Sermo<sup>86</sup> e do Barômetro em Tempo Real de Covid-19, além de uma declaração oficial da Secom. E em relação ao indicado “feedback acionável”, também foi cumprido, pelos mesmos motivos apresentados acima, já que o site é o mesmo.

No caso do terceiro e último período temporal selecionado, a matéria analisada da Agência Lupa tem como título “Lupa na Ciência: Entenda a importância do estudo brasileiro que comprovou ineficácia da hidroxicloroquina para casos leves e moderados de Covid-19”<sup>87</sup> e foi publicada no dia 27 de julho de 2020. A matéria divulga o mais importante estudo já feito no Brasil sobre o uso da cloroquina no combate ao novo coronavírus e explica porque os pesquisadores comprovaram que a droga é ineficaz no tratamento de casos leves e moderados da Covid-19.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, pode-se dizer que foram cumpridos totalmente cinco, parcialmente um, não cumprido outro e outro ainda não se aplica. Assim como nos dois casos anteriores, por se tratar do mesmo site, entende-se que os indicadores “melhores práticas”, “jornalista” e “tipo de matéria” foram cumpridos integralmente. No caso do jornalista, quem escreve a matéria é Jaqueline Sordi<sup>88</sup>. E a etiqueta volta a ser “Tipo de conteúdo: reportagem”, como na primeira matéria analisada.

Já o indicador “citações e referências” foi cumprido parcialmente. Explica-se: dos sete hiperlinks utilizados, um leva para uma página genérica. É o primeiro do último parágrafo, que direciona para a página inicial do Ministério da Saúde e não o ofício a institutos e

---

<sup>85</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/05/10/verificacao-de-noticias-lupa-facebook/>>. Acesso em: 31 março 2022.

<sup>86</sup> Disponível em: <<https://app.sermo.com/covid19-barometer/global>>. Acesso em: 31 março 2022.

<sup>87</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/07/27/lupa-na-ciencia-estudo-brasileiro/>>. Acesso em: 31 março 2022.

<sup>88</sup> Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/colaborador/jaqueline-sordi/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

hospitais federais em que solicita a “ampla divulgação” do uso do medicamento para o “tratamento precoce”, como escreve a matéria.

Além disso, entende-se que em mais três casos na matéria seria importante acrescentar hiperlinks. O primeiro é já no primeiro parágrafo, quando a repórter diz que “O estudo trouxe resultados semelhantes aos de pesquisas anteriores” (SORDI, 2020, não paginado). Aqui, seria interessante exemplificar que pesquisas anteriores são essas. O segundo é no quarto parágrafo, quando diz que “A publicação brasileira partiu da Coalizão Covid-19” (SORDI, 2020, não paginado). Neste caso, poderia ter se linkado alguma página que explicasse que grupo é esse. E a terceira é no oitavo parágrafo, quando diz que “No início da pandemia, pesquisadores suspeitaram que a cloroquina e a hidroxicloroquina, dois medicamentos antimaláricos, poderiam impedir o novo coronavírus de se replicar nas células” (SORDI, 2020, não paginado). O hiperlink de algum estudo que indicasse essa suspeita seria válido até para limitar pensamentos que se venham a ter sobre algum viés na matéria.

Em relação ao indicador “métodos”, entende-se que não foi cumprido pelos mesmos motivos anteriores. E o indicador “apuração local” também não se aplica, pelos motivos acima. A localização da repórter, todavia, também aparece na matéria: Rio de Janeiro.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, é possível dizer que foi totalmente atendido. Porque, ainda que use basicamente uma pesquisa científica como fonte, a jornalista traz documentos, um indicando uma possível eficácia<sup>89</sup> e outro cobrando mais estudos sobre o assunto<sup>90</sup>, instituições como a OMS e o Ministério da Saúde e ainda utiliza uma fonte-personagem, que é a médica Leticia Kawano-Dourado, uma das coautoras do estudo apresentado. Aqui, dar a voz para outra opinião não necessariamente é interessante, considerando o cenário de polarização política e desinformação já apresentado. Só reforçaria o vício epistêmico (CASSAM, 2019) que já é ecoado nas redes sociais digitais. E em relação ao indicador “feedback acionável”, também foi cumprido, pelos mesmos motivos anteriores.

---

<sup>89</sup> Disponível em: <[https://www.ijidonline.com/article/S1201-9712\(20\)30534-8/fulltext](https://www.ijidonline.com/article/S1201-9712(20)30534-8/fulltext)>. Acesso em: 2 abril 2022.

<sup>90</sup> Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32173110/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

#### 4.4.3 Folha de S. Paulo

No caso do primeiro período temporal, a matéria analisada da Folha de S. Paulo tem como título “Pesquisas com hidroxiquina contra coronavírus ainda são preliminares”<sup>91</sup> e foi publicada em 20 de março de 2020. A matéria explica porque uma pesquisa teve resultados promissores usando cloroquina para combater o novo coronavírus ao mesmo tempo que justifica porque esses resultados ainda são frágeis para recomendar o uso do medicamento.

Considerando os oito indicadores do Projeto Credibilidade, pode-se entender que a matéria cumpre totalmente três, parcialmente dois, não cumpre um e outro ainda não se aplica. Em relação ao indicador “melhores práticas”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. A Folha de S. Paulo disponibiliza no seu menu, localizado no cabeçalho do site, à esquerda, uma aba chamada “Sobre a Folha”. Nela, é possível entender quem faz parte do Grupo Folha<sup>92</sup>, sua linha editorial<sup>93</sup>, além de outras informações, sobre a sua história, o expediente, o que significa cada seção etc. Não diz explicitamente quem financia o veículo, quais são os proprietários, sócios e patrocinadores.

Em relação ao indicador “jornalista”, foi cumprido totalmente. A Folha de S. Paulo identifica seus repórteres logo antes da matéria e disponibiliza um hiperlink informando quem é o jornalista e que matérias ele já fez para o veículo. Neste caso, foi escrita por Everton Lopes Batista<sup>94</sup>.

Em relação ao indicador “tipo de matéria”, não foi cumprido. Não há nenhuma etiqueta ao longo da página que indique que tipo de conteúdo o leitor está lendo, se é uma reportagem, um artigo de opinião ou um conteúdo patrocinado, por exemplo. Claro que pessoas mais familiarizadas compreendem ou, ao menos, o texto induz a crer que seja uma reportagem. Mas, seguindo o protocolo do Projeto, há de se dizer que não foi cumprida.

Em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. Diferentemente da Agência Lupa, a Folha de S. Paulo usa bem menos hiperlinks

---

<sup>91</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/03/pesquisas-com-remedio-contr-coronavirus-ainda-sao-preliminares-afirmam-especialistas.shtml>>. Acesso em: 3 abril 2022.

<sup>92</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>>. Acesso em: 3 abril 2022.

<sup>93</sup> Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha\\_editorial.shtml?fill=2](https://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml?fill=2)>. Acesso em: 3 abril 2022.

<sup>94</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/autores/everton-lopes-batista.shtml>>. Acesso em: 3 abril 2022.

no geral. Neste caso, foram apenas quatro. Todos, no entanto, foram bem utilizados, referindo-se exatamente ao que foi linkado. Outra diferença é que todos foram hiperlinks que direcionaram para links de dentro do site da Folha de S. Paulo.

Entende-se, no entanto, que poderia ser utilizado pelo menos mais três. A primeira quando se diz que “Uma dessas pesquisas, realizada *in vitro*, foi publicada por cientistas chineses na revista científica *Nature* na quarta (18)” (BATISTA, 2020, não paginado). Aqui, poderia linkar a pesquisa diretamente. A outra quando se fala que “Nesta mesma semana, um artigo escrito por pesquisadores franceses ainda não publicado em revista científica, ou seja, não revisado por outros cientistas, trouxe resultados positivos do uso do remédio para tratar pacientes da Covid-19” (BATISTA, 2020, não paginado), da mesma forma. E a última, quando se fala que “A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) afirmou que (...) não existem estudos conclusivos que comprovam o uso desses medicamentos para o tratamento da Covid-19” (BATISTA, 2020, não paginado). Aqui seria de extrema relevância linkar a declaração da instituição, considerando o cenário polarizado atualmente.

Em relação ao indicador “métodos”, entende-se que não foi seguido. Assim como na Agência Lupa, a Folha de S. Paulo não explica como os repórteres decidiram apurar a matéria nem o que fizeram durante o processo de apuração e escrita do material.

E, da mesma forma que a Agência Lupa, em relação ao indicador “apuração local”, entende-se que a matéria não se aplica a essa categorização. Abaixo do nome do repórter consta a sua localização. Neste caso, São Paulo. Mas, pelo próprio estilo de pauta, mais abrangente e relevante a nível nacional, não se mostra que é feita no local do acontecimento. Porque, como se disse, não foi feito. A proposta da matéria é esclarecer a dúvida em torno da eficácia da cloroquina contra a Covid-19 por meio de pesquisas científicas.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, entende-se que foi cumprido totalmente. A matéria utiliza como fontes uma declaração de Donald Trump, uma pesquisa realizada *in vitro* publicada por cientistas chineses na revista científica *Nature*, a Anvisa e os especialistas Rômulo Neris, virologista e pesquisador visitante na Universidade da Califórnia em Davis, Rafaela Rosa-Ribeiro, bióloga brasileira que faz parte de projetos de pesquisas do novo coronavírus no Ospedale San Raffaele, em Milão, e Luis Correia, cardiologista e professor da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, onde dirige o Centro de Medicina Baseada em Evidência.

Por fim, o indicador “feedback acionável” também foi cumprido totalmente. No hiperlink do nome do jornalista, consta um símbolo de carta onde se disponibiliza o seu e-mail. Além disso, abaixo da matéria, é possível comentar a matéria – apenas os assinantes, o que é um problema. Também existe uma aba na mesma região escrita “Erramos?”, onde o leitor pode comunicar erros do jornal. E, ao lado, uma aba escrita “Envie sua notícia”, onde o leitor pode sugerir pautas. Além disso, uma das abas no menu do site, à esquerda, diz “Fale com a Folha”<sup>95</sup>. Nela, há todas essas possibilidades já ditas.

No caso do segundo período temporal, a matéria analisada da Folha de S. Paulo tem como título “OMS desiste de testar cloroquina em tratamento de Covid-19”<sup>96</sup> e foi publicada em 27 de maio de 2020. Como o título já indica, a matéria explica que a OMS retirou a cloroquina da lista de medicamentos a serem testados contra a Covid-19 no programa internacional Solidarity por causa de resultados de trabalhos que mostraram maior mortalidade – o contrário do que se esperava.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, três foram totalmente cumpridos, dois parcialmente, dois não cumpridos e um não se aplica. No caso do indicador “melhores práticas”, foi parcialmente cumprido, pelos mesmos motivos da matéria anterior, por se tratar do mesmo site – no caso, da Folha de S. Paulo. Em relação ao indicador “jornalista”, seguindo a mesma explicação anterior, foi totalmente cumprido. A assinatura da matéria é da Ana Estela de Sousa Pinto<sup>97</sup>. E, em relação ao indicador “tipo de matéria”, também repete-se a categorização e a justificativa anterior: não foi cumprido.

Já em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. Assim como na matéria anterior, poucos hiperlinks são utilizados – praticamente todos de matérias internas da Folha de S. Paulo. De um total de seis hiperlinks, quatro eram do jornal. Dos que não eram, um se referia ao estudo publicado na revista médica inglesa

---

<sup>95</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/falecomafolha/>>. Acesso em: 3 abril 2022.

<sup>96</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/05/oms-desiste-de-testar-cloroquina-em-tratamento-de-covid-19.shtml>>. Acesso em: 3 abril 2022.

<sup>97</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/autores/ana-estela-de-sousa-pinto.shtml>>. Acesso em: 7 abril 2022.

Lancet<sup>98</sup> que indicava que o uso de cloroquina estava relacionado a uma maior mortalidade. E o outro ao alerta da OMS<sup>99</sup> quanto ao uso destes medicamentos.

Entende-se ainda que poderia haver mais. No quarto parágrafo, quando a jornalista escreve “Já os governos da França, da Bélgica e da Itália deixaram de usar a hidroxicloroquina no tratamento de pacientes de Covid-19 depois que a OMS anunciou a suspensão dos seus testes” (PINTO, 2020, não paginado), poderia ter se usado uma referência a esses fatos, de modo a deixar mais verídico a informação, de comprová-la. Em seguida, no quinto parágrafo, também poderia haver outro hiperlink, quando diz “Na página do Solidarity na internet, que até sexta-feira passada relacionava a cloroquina como droga a ser testada, a OMS inclui um asterisco com este aviso [...]” (PINTO, 2020, não paginado).

Em relação ao indicador “métodos”, não foi cumprido, pelos mesmos motivos explicados acima. E o indicador “apuração local”, assim como antes, não se aplica. Neste caso, a localização da repórter é Bruxelas.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, entende-se que foi cumprido totalmente. A matéria mobiliza informações a partir da OMS, do Ministério da Saúde, de estudo publicado na revista médica Lancet, dos governos da França, Bélgica e Itália e do Conselho de Monitoramento de Dados e Segurança (DSMC). Ao final da matéria, também é feita uma relação de outros seis estudos já feitos sobre a eficácia do medicamento: um do francês Didier Raoult, um no Amazonas, um manuscrito da Prevent Senior, um publicado no The New England Journal of Medicine, um publicado no Jama e outro no BMJ. E o indicador “feedback acionável” foi cumprido totalmente, pelos mesmos motivos antes expostos, na primeira matéria.

No caso do terceiro período temporal, a matéria analisada da Folha de S. Paulo tem como título “Prescrição médica de hidroxicloroquina aumenta 863,34% na pandemia de coronavírus”<sup>100</sup> e foi publicada em 30 de julho de 2020. A matéria fala sobre o aumento da prescrição médica e de vendas em farmácias de cloroquina.

---

<sup>98</sup> Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31180-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31180-6/fulltext)>. Acesso em: 7 abril 2022.

<sup>99</sup> Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/question-and-answers-hub/q-a-detail/coronavirus-disease-covid-19-hydroxychloroquine>>. Acesso em: 7 abril 2022.

<sup>100</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/07/prescricao-medica-de-hidroxicloroquina-aumenta-86334-na-pandemia-de-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 3 abril 2022.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, foram cumpridos totalmente dois, parcialmente três, não cumpridos dois e um não se aplica. No caso do indicador “melhores práticas”, como explicado já anteriormente, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. Em relação ao indicador “jornalista”, diferentemente das duas outras matérias anteriores, entende-se que, nesta, foi parcialmente cumprido. Porque a assinatura da matéria é da Raquel Lopes<sup>101</sup> e, quando se acessa o hiperlink, não há uma descrição da trajetória profissional da jornalista, como foi feito com os demais repórteres. Há apenas a relação de matérias publicadas por ela. Sobre o indicador “tipo de matéria”, também repete-se a análise anterior: não foi cumprido.

Já em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. A matéria utiliza 13 hiperlinks, o maior número das três reportagens analisadas. Curiosamente, neste caso, todos os hiperlinks são direcionados para matérias internas da Folha de S. Paulo. Mas, devido ao posicionamento deles, não se percebeu o prejuízo.

Ao final da reportagem, no entanto, um dos hiperlinks utilizados foi colocado no lugar errado. Ao invés de sublinhar a “orientação da entidade” em “A orientação da entidade ocorreu um dia após dois estudos mostrarem que a cloroquina não tem efeito em pacientes em quadros iniciais do novo coronavírus” (LOPES, 2020, não paginado), deveria sublinhar “dois estudos”, já que o hiperlink direciona para o site do maior estudo brasileiro feito até então que comprovava a ineficácia da cloroquina<sup>102</sup>.

Além disso, entende-se que poderia haver pelo menos mais três hiperlinks na matéria. Já no primeiro parágrafo, quando se refere ao levantamento do CFF, poderia haver um hiperlink disponibilizando na íntegra o documento. No quarto parágrafo, quando se refere a plataforma Memed, também seria interessante o uso de um hiperlink que dê acesso a essa plataforma. Onde se diz que “Todos os medicamentos tem sido amplamente divulgados para auxiliar no combate ao novo coronavírus, embora ainda não existam estudos conclusivos sobre a eficácia” (LOPES, 2020, não paginado) poderia ter o mesmo hiperlink utilizado acima, da Mônica Bergamo explicando porque a cloroquina segue ineficaz contra o vírus<sup>103</sup>. Como já

---

<sup>101</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/autores/raquel-lopes.shtml>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>102</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/hidroxiclороquina-nao-tem-eficacia-diz-maior-estudo-brasileiro-sobre-a-droga.shtml>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/hidroxiclороquina-nao-tem-eficacia-diz-maior-estudo-brasileiro-sobre-a-droga.shtml>>. Acesso em: 8 abril 2022.



dito na análise das matérias da Agência Lupa, a repetição de hiperlinks pode funcionar no sentido de comprovar uma informação.

Em relação ao indicador “métodos”, entende-se que não foi seguido, pelos mesmos motivos explicados acima. Já o indicador “apuração local”, assim como antes, entende-se que não se aplica. Neste caso, a localização da matéria é em Brasília, provavelmente por ser a localização do CFF<sup>104</sup>, cujo levantamento é a base estrutural da reportagem.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, entende-se que foi cumprido totalmente. Apesar da matéria trazer apenas uma fonte personalizada, que foi o Wellington Barros, consultor do CFF, há dados e informações do CFF, Conselho Federal de Medicina (CFM), Anvisa, Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), OMS, Hospital Israelita Albert Einstein, FDA, Jair Bolsonaro, Donald Trump e Ministério da Saúde. E o indicador “feedback acionável” foi cumprido totalmente, pelos mesmos motivos antes expostos, nas duas primeiras matérias.

#### 4.4.4 *Nexo*

No caso do primeiro período temporal, a matéria analisada do Nexo tem como título “Coronavírus: os perigos de usar remédios sem supervisão”<sup>105</sup> e foi publicada em 24 de março de 2020. A matéria explica a incipiência das pesquisas divulgadas até agora, apesar da defesa da cloroquina por autoridades como Jair Bolsonaro e Donald Trump, e os possíveis efeitos colaterais do uso dos remédios sem orientação médica. Também se explica, ao final, qual é o caminho para a aprovação de um medicamento.

Considerando os oito indicadores do Projeto Credibilidade, foram cumpridos totalmente três, parcialmente um, não foram cumpridos três e um não se aplica. O indicador “melhores práticas” foi totalmente cumprido. No rodapé do site do Nexo, há uma aba “Sobre o Nexo”<sup>106</sup>. Nela, o jornal explica quem o financia e sua política editorial, que, no mesmo rodapé, na aba

<sup>104</sup> Disponível em: <<https://www.cff.org.br/pagina.php?id=28&titulo=Contatos>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>105</sup> Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/03/24/Coronav%C3%ADrus-os-perigos-de-usar-rem%C3%A9dios-sem-supervis%C3%A3o>>. Acesso em: 3 abril 2022.

<sup>106</sup> Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/sobre/Sobre-o-Nexo>>. Acesso em: 8 abril 2022.

“Padrões Editoriais”<sup>107</sup>, é detalhado. Há também uma aba “Política de Erros”<sup>108</sup>, que, como o nome já diz, detalha como o jornal atua em caso de correção de alguma informação.

No caso do indicador “jornalista”, não foi cumprido. Apesar de trazer o nome do repórter, neste caso, Camilo Rocha, não há referência da sua atuação dentro do jornal, como outras matérias suas escritas, nem a sua trajetória profissional como um todo – prerrogativas desse indicador. Indo novamente no rodapé, na aba “Nossa Equipe”<sup>109</sup>, o jornalista também não está lá.

Em relação ao indicador “tipo de matéria”, também entende-se que não foi cumprido. Não há etiquetas que informem se a matéria é reportagem, artigo de opinião ou conteúdo publicitário, ainda que, assim como na Folha de S. Paulo, seja possível identificar estar se tratando de uma reportagem.

Já o indicador “citações e referências” foi parcialmente cumprido. Foram usados oito hiperlinks, todos externos ao Nexo. Destes, entende-se que dois foram mal utilizados. O primeiro está no primeiro parágrafo, onde se sublinha a expressão “Jair Bolsonaro” e direciona para uma matéria que explica quais serviços Bolsonaro determinou que não poderiam parar no Brasil apesar da pandemia<sup>110</sup>. O problema é que não há relação com o restante do parágrafo, já que o texto diz que o presidente havia declarado que “o Exército iria ‘imediatamente’ expandir a produção de cloroquina em seus laboratórios como parte da estratégia de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus” (ROCHA, 2020a, não paginado). A necessidade de hiperlink, de fato, estaria nesta declaração, que não consta em nenhum momento ao longo da matéria.

O outro hiperlink mal utilizado está localizado no segundo parágrafo, onde se sublinha a expressão “hidroxicloroquina e azitromicina” e leva para uma página genérica do Estadão, onde há matérias relacionadas à expressão “cloroquina e hidroxicloroquina”.

Também se percebe que poderiam ser utilizados pelo menos mais seis hiperlinks na matéria. Um na fala do Stephen Hahn, diretor da FDA, que o jornalista diz ter adotado “um tom bem menos empolgado que seu chefe [no caso, Donald Trump, sobre a hidroxicloroquina

<sup>107</sup> Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/sobre/Padr%C3%B5es-editoriais-do-Nexo>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>108</sup> Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/sobre/Pol%C3%ADtica-de-erros>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>109</sup> Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/sobre/Nossa-Equipe>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>110</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus-servico/coronavirus-bolsonaro-determina-servicos-que-nao-poderao-parar-no-brasil-24320607>>. Acesso em: 8 abril 2022.

contra Covid-19]” (ROCHA, 2020a, não paginado). Outro na fala do então ministro Mandetta sobre fortes efeitos colaterais do uso do medicamento. Outro ainda sobre o caso de um homem que morreu nos Estados Unidos ao tomar fosfato de cloroquina sem orientação médica<sup>111</sup>. Mais um onde diz que “Donald Trump, em entrevista coletiva, havia declarado que o medicamento poderia “virar o jogo” no combate ao novo vírus” (ROCHA, 2020a, não paginado). Outros dois quando a matéria se refere a pesquisas iniciais que indicaram alguma potencialidade do remédio contra o vírus – da China e da França. E outro ainda quando se escreve que “Todas as pesquisas sobre o uso de cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento do covid-19, no Brasil e no exterior, ainda são preliminares”. Aqui, poderia haver algum hiperlink para alguma matéria que explicasse a questão de ser preliminar.

Em relação ao indicador “métodos”, entende-se que não foi cumprido. Ainda que se explique, de alguma forma, a linha editorial, como a Agência Pública, não há um esclarecimento de como foi feita esta matéria em específico, como orienta este indicador.

Já em relação ao indicador “apuração local”, entende-se que, da mesma maneira que os demais jornais, não se aplica. No caso do Nexo, nem há a localização do repórter, como a Agência Lupa e a Folha de S. Paulo tinham.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, entende-se que foi cumprido totalmente. A matéria utiliza fontes especializadas, como Luciana Costa, diretora-adjunta do Instituto de Microbiologia da UFRJ, pesquisas científicas, o Ministério da Saúde, a Anvisa, a FDA, Bolsonaro e Trump.

E em relação ao indicador “feedback acionável”, é possível entender que também foi completamente cumprido. No entanto, é mais restrito, diferentemente dos outros dois sites. O Nexo traz no seu rodapé a aba “Contato”<sup>112</sup> e é única e exclusivamente por ali que os leitores podem se comunicar com a redação.

No caso do segundo período temporal, a matéria analisada do Nexo tem como título “O estudo global que reafirma a ineficácia da cloroquina contra o coronavírus”<sup>113</sup> e foi publicada em 22 de maio de 2020. A matéria explica o motivo pelo qual uma pesquisa apontou que

---

<sup>111</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/24/coronavirus-homem-nos-eua-morre-apos-se-automedicar-com-cloroquina.htm>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>112</sup> Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/sobre/contato>>. Acesso em: 8 abril 2022.

<sup>113</sup> Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/05/22/O-estudo-global-que-reafirma-a-inefic%C3%A1cia-da-cloroquina-contra-o-coronav%C3%ADrus>>. Acesso em: 3 abril 2022.

medicamento defendido pelo presidente Jair Bolsonaro na pandemia poderia aumentar risco de morte e de arritmia grave em pacientes.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, três foram cumpridos totalmente, um parcialmente, três não foram cumpridos e um não se aplica. O indicador “melhores práticas” foi totalmente cumprido, pelo mesmo motivo exposto acima, por se tratar do mesmo site – no caso, do Nexo. Da mesma forma, os indicadores “jornalista” e “tipo de matéria” também não foram cumpridos, pelas mesmas justificativas anteriores. No caso do jornalista que escreveu esta matéria, o repórter é o mesmo.

Já em relação ao indicador “citações e referências”, entende-se que foi parcialmente cumprido. Foram utilizados 13 hiperlinks, três se referindo a uma mesma matéria dentro do Nexo. Deste total, um hiperlink foi mal utilizado. Quando o jornalista escreve que Bolsonaro chegou a fazer piada com o nome do remédio em uma de suas transmissões nas redes sociais digitais, entende-se que o hiperlink utilizado poderia ser outro. O que se usa é uma matéria dentro do Nexo que explica porquê a aposta do governo na cloroquina preocupa médicos quando, na verdade, poderia se linkar o próprio vídeo que o Bolsonaro fala “Você não é obrigado a tomar cloroquina. Quem é de direita toma cloroquina. Quem é de esquerda toma Tubaina”<sup>114</sup>. Na matéria do Nexo, até há essa frase, mas não há hiperlink nela referindo-se ao momento da fala.

Também se acredita que poderia haver, pelo menos, mais nove hiperlinks. No primeiro parágrafo, quando se diz que “Defendida pelo presidente Jair Bolsonaro como tratamento para a covid-19” (ROCHA, 2020b, não paginado), poderia ter sido colocado um hiperlink sobre uma das várias manifestações do presidente. Mais adiante, quando se escreve que “a cloroquina e sua derivada hidroxicloroquina são tradicionalmente prescritas a pacientes com malária, artrite reumatóide e lúpus” (ROCHA, 2020b, não paginado) também poderia haver um hiperlink indicando de onde foi retirada a informação. Em seguida, quando se diz que “A propaganda que o presidente fez da cloroquina provocou uma corrida às farmácias” (ROCHA, 2020b, não paginado), do mesmo modo. Assim como nos demais trechos da matéria: quando se fala sobre as demissões dos ministros da saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich estarem ligadas ao não endossamento de um remédio sem eficácia comprovada; em “a entrada do general Eduardo Pazuello como interino, Bolsonaro conseguiu alterar o protocolo do

114

Disponível

em:

<<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral/quem-e-de-direita-toma-cloroquina-quem-e-de-esquerda-tubaina-diz-bolsonaro-sobre-liberacao.70003308307>>. Acesso em: 10 abril 2022.

Ministério da Saúde para o uso da cloroquina em casos de covid-19” (ROCHA, 2020b, não paginado); no trecho “O próprio Bolsonaro, em uma postagem no Twitter, já reconheceu que ainda não há comprovação científica do efeito da cloroquina contra a doença” (ROCHA, 2020b, não paginado); quando fala que Trump “disse à imprensa recentemente que vinha tomando hidroxicloroquina de forma preventiva” e que a FDA “recomenda cuidado no uso do remédio”; e quando cita que diversas entidades médicas também já se manifestaram contra o uso da cloroquina em pacientes de Covid-19.

Em relação ao indicador “métodos”, entende-se que não foi cumprido, pelos mesmos motivos acima. Já em relação ao indicador “apuração local”, da mesma maneira que os demais jornais, não se aplica.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, foi cumprido totalmente. A matéria utiliza fontes como Jair Bolsonaro, pesquisas científicas como a publicada na revista médica britânica *The Lancet*, a Anvisa, o Ministério da Saúde, a FDA, Donald Trump, Gonzalo Vecina, médico sanitário, ex-presidente da Anvisa e ex-secretário municipal de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde e entidades médicas como a Medicina Intensiva Brasileira, a SBI e a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. E em relação ao “feedback acionável”, é possível entender que também foi completamente cumprido, pelos mesmos motivos anteriores.

No caso do terceiro período temporal, a matéria analisada do Nexo tem como título “Como a cloroquina mostra o que há de ciência na prática médica”<sup>115</sup> e foi publicada em 28 de julho de 2020. A matéria trata da desinformação na pandemia, a necessidade percebida pelos médicos de reforçar o ensino sobre evidências científicas e o que é exatamente o uso da evidência na medicina.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, três foram cumpridos totalmente, um parcialmente, três não foram cumpridos e um não se aplica. O indicador “melhores práticas” foi totalmente cumprido pelos mesmos motivos acima, assim como os indicadores “jornalista” e “tipo de matéria” não foram cumpridos pelas mesmas explicações anteriores. No caso do jornalista, o repórter é Estêvão Bertoni.

Em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. Foram usados oito hiperlinks, apenas um do Nexo. E, destes, um não funciona,

---

115

Disponível

em:

<<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/07/28/Como-a-cloroquina-mostra-o-que-h%C3%A1-de-ci%C3%Aancia-na-pr%C3%A1tica-m%C3%A9dica>>. Acesso em: 3 abril 2022.

quando Bertoni (2020) se refere à defesa de autonomia do médico na prescrição do medicamento pela AMB. A página não é encontrada.

De modo geral, ainda que bem aplicados, entende-se que poderia haver pelo menos mais 10 hiperlinks. Quando Bertoni (2020, não paginado) diz que “pesquisadores encontraram evidências científicas de que a cloroquina e sua derivada, a hidroxicloroquina, não funcionam contra a covid-19 e ainda podem fazer mal ao paciente”, seria interessante haver uma referência a respeito. Quando diz que “Um em cada cinco brasileiros acha que a substância tem efeito contra a doença” (BERTONI, 2020, não paginado), da mesma forma. Neste caso, aliás, poderia se replicar o hiperlink utilizado no trecho a seguir: “Outros 7% acreditam que a infecção pode ser tratada com algo mais simples: o alho” (BERTONI, 2020, não paginado). É a ideia de repetição trazida na Agência Lupa.

Depois, em “Desde maio, por pressão do presidente, o protocolo do ministério recomenda sua aplicação no início dos sintomas, com o consentimento do paciente” (BERTONI, 2020, não paginado) também se considera relevante o uso de um hiperlink, considerando o tema polêmico trazido. Também entende-se que seria importante o uso de um hiperlink logo em seguida, quando se diz que a SBI, em contraponto, orientou que os tratamentos com o remédio em qualquer fase da Covid-19 fossem abandonados urgentemente. No trecho abaixo, pelo menos mais dois hiperlinks seriam necessários, um sobre as pesquisas e outro sobre a OMS:

A maioria dos estudos posteriores mostrou, porém, que o remédio não reduz as mortes, o tempo de duração dos sintomas e o período de internação dos pacientes, além de poder causar arritmias cardíacas. Em 4 de julho, a Organização Mundial de Saúde abandonou definitivamente os testes com a cloroquina. (BERTONI, 2020, não paginado).

Em “Pela Lei Orgânica da Saúde, de 1990, o Ministério da Saúde não pode definir um protocolo de um medicamento que não tenha evidência científica” (BERTONI, 2020, não paginado), poderia haver um hiperlink para essa legislação. E, nos dois últimos parágrafos reproduzidos abaixo, pelo menos mais quatro hiperlinks seriam necessários: um sobre a fala do Ministério da Saúde, outro sobre a produção do medicamento pelo laboratório do Exército, outro sobre estados terem anunciado a devolução de comprimidos e outro ainda sobre investigação do Ministério Público (MP) e do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre possível corrupção:

O Ministério da Saúde diz manter em permanente atualização suas orientações para o uso do remédio e acompanhar estudos em todo o mundo sobre a segurança e a eficácia das medicações. Apenas o laboratório do Exército produziu 3 milhões de comprimidos da cloroquina em 2020, mas 4 milhões estavam parados em estoque até o final de julho. Vários estados recusaram receber o medicamento e anunciaram que devolveriam 1,4 milhão de comprimidos.

Desde junho, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União investigam suspeitas de superfaturamento na compra de matéria-prima para a fabricação dos remédios. (BERTONI, 2020, não paginado).

Em relação ao indicador “métodos”, entende-se que não foi cumprido pelos mesmos motivos acima. Já em relação ao indicador “apuração local”, entende-se que, da mesma maneira que os demais jornais, não se aplica. No caso do indicador “diversidade de vozes”, pode-se dizer que foi cumprido totalmente. O jornalista usa como fonte dados do residente do instituto de pesquisa Ipsos, Marcos Calliari, levantamento da Associação Paulista de Medicina, governo federal, Associação Médica Brasileira, SBI, OMS, MP, TCU, Ministério da Saúde, Kenneth Rochel de Camargo Junior, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Estêvão Urbano Silva, médico e presidente da Sociedade Mineira de Infectologia, Daniel Dourado, médico, advogado sanitário e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito Sanitário da Universidade de São Paulo, e Maurício Lacerda Nogueira, médico e professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. E em relação ao indicador “feedback acionável”, é possível entender que também foi completamente cumprido, pelos mesmos motivos anteriores.

#### 4.4.5 O Povo

No caso do segundo período temporal, a matéria analisada de O Povo tem como título “Tira-dúvidas sobre uso de cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento de coronavírus”<sup>116</sup> e foi publicada em 25 de maio de 2020. A matéria explica o que se sabia até então sobre os dois medicamentos. Fala sobre a defesa do remédio por Trump e Bolsonaro, os resultados promissores das pesquisas e ainda os efeitos colaterais graves do uso da cloroquina.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, foram totalmente cumpridos quatro, parcialmente um, não cumpridos dois e um não se aplica. No caso do indicador

---

116

Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/05/25/tira-duvidas-cloroquina--hidroxicloroquina-tratamento-coronavirus.html>. Acesso em: 3 abril 2022.

“melhores práticas”, entende-se que foi totalmente cumprido. No cabeçalho do site do jornal, ao lado esquerdo, no menu, há uma aba “Conheça O POVO”<sup>117</sup>. Nela, explica-se os valores da empresa e como ela surgiu. Há mais hiperlinks, como “Carta de Princípios”<sup>118</sup>, “Compromissos Editoriais”<sup>119</sup>, “Quem Controla, Quem Financia”<sup>120</sup>, “Tipos de Notícia”<sup>121</sup>, “Presidentes”<sup>122</sup>, “Conselho de Leitores”<sup>123</sup> e “Redação”<sup>124</sup>. É o jornal mais completo entre os analisados neste indicador.

Em relação ao indicador “jornalista”, entende-se que não foi cumprido. Ainda que não tenha nome de um jornalista, e, portanto, a lógica de se apresentar a trajetória profissional do repórter tenha minguado, consta o nome da agência pela qual foi escrita a matéria: AFP. A assinatura tem um hiperlink, mas que direciona para a página inicial do site. Para esse indicador fosse cumprido, o jornal poderia ter explicado o que era a AFP, de repente levar por meio de um hiperlink para o site da agência em si, e trazer um hiperlink onde o leitor poderia ter acesso a outras matérias feitas por essa organização.

Em relação ao indicador “tipo de matéria”, foi totalmente cumprido. Ao lado do autor, a matéria é identificada como “Tipo: Notícia”. Além disso, há um hiperlink<sup>125</sup> que direciona para uma página dentro do site que explica cada uma das categorias trabalhadas pelo veículo jornalístico. Neste caso, a explicação da etiqueta é a seguinte:

#### NOTÍCIA

Usada para todas matérias e reportagens que retratem fatos ou descrevam situações. Matéria baseada em fatos observados e verificados pelo repórter com fontes diversas. Notícias não possuem a opinião do repórter. Quando há análise, deve haver as duas definições: notícia e análise. (O POVO, 2020, não paginado).

---

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/>>. Acesso em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>118</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/cartadeprincipios/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>119</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/compromissoseditoriais/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>120</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/quemcontrolaquemfinancia/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>121</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/tiposdenoticias/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>122</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/presidentes/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>123</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/conselhodeleitores/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>124</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/redacao/>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>125</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/conhecaopovo/tiposdenoticias/>>. Acesso em: 12 abril 2022.



Em relação ao indicador “citações e referências”, entende-se que foi parcialmente cumprida. No total, foram utilizados seis hiperlinks, todos bem utilizados e de matérias dentro do site. No entanto, entende-se que poderia ter se usado mais nove. Um quando se fala que a “Organização Mundial da Saúde (OMS) suspendeu os testes clínicos “temporariamente” porque um novo estudo indica que aumenta os riscos de morte” (O POVO, 2020, não paginado), mais três quando se refere ao que cada agência europeia trazida falou sobre os efeitos colaterais e mais cinco quando se refere ao uso do medicamento em diferentes locais: Estados Unidos, França, Senegal, Rússia e Europa.

Em relação ao indicador “métodos”, não foi cumprido, da mesma forma que todas as matérias anteriores: o jornal não explica como são escolhidas as reportagens, nem como foram apuradas ou escritas. Já o indicador “apuração local”, assim como nos demais exemplos anteriores, entende-se que não se aplica. Não há localização de onde está o repórter, neste caso, a agência.

Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, entende-se que foi totalmente cumprido. A matéria utilizou diversas fontes, como a OMS, Donald Trump, Jair Bolsonaro, Ministério da Saúde, agências francesa ANSM, Sueca de Medicamentos e Europeia de Medicamentos, os governos dos Estados Unidos, Senegal, Rússia e França e estudos chinês, francês, em hospitais de Nova York publicado na revista norte-americana NEJM e outros publicados na revista médica The Lancet.

Por fim, pode-se dizer que o indicador “feedback acionável” também foi cumprido. Ao final da matéria, próximo ao rodapé do site, há um hiperlink escrito “Dúvidas, Críticas e Sugestões? Fale com a gente”, que direciona para uma página onde é possível enviar mensagens<sup>126</sup>. Assim como no Nexa, há menos opções de comunicação.

No caso do terceiro período temporal, a matéria analisada de O Povo tem como título “Maior estudo brasileiro sobre hidroxiquina comprova ineficácia do remédio contra Covid-19”<sup>127</sup> e foi publicada em 23 de julho de 2020. A matéria é em estilo hard news e traz a informação de que o estudo comprova a ineficácia do medicamento.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, foram totalmente cumpridos três, não cumpridos quatro e um não se aplica. O indicador “melhores práticas” foi totalmente

<sup>126</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/falecomagente>>. Acesso em: 12 abril 2022.

<sup>127</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/07/23/coronavirus-maior-estudo-brasileiro-hidroxiquina-ineficacia-remedio.html>>. Acesso em: 3 abril 2022.

cumprido pelos mesmos motivos anteriores, por se tratar do mesmo site – no caso, do O Povo. Já o indicador “jornalista” também não foi cumprido, porque a assinatura foi genérica: “Redação O Povo”. O indicador “tipo de matéria”, assim como na anterior, também foi totalmente cumprido.

Em relação ao indicador “citações e referências”, não foi cumprido. É a única matéria que não atende a essa categoria do Projeto Credibilidade. Não há nenhum hiperlink na matéria e entende-se que poderia haver pelo menos dois: um se referindo a pesquisa propriamente dita e outro à coluna da Monica Bergamo, que é quem deu a informação.

Em relação ao indicador “métodos”, não foi cumprido, seguindo a lógica da explicação trazida nas matérias anteriores. Já o indicador “apuração local” não se aplica, da mesma forma que nos exemplos acima. Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, entende-se que não foi cumprida. A matéria só utiliza uma fonte, que é o estudo, para tratar do assunto. Já o “feedback acionável”, foi cumprida, pelos mesmos motivos anteriores.

#### 4.4.6 Poder360

No caso do primeiro período temporal, a matéria analisada do Poder360 tem como título “Saiba o que é recomendado e o que é contraindicado a quem contrair covid-19”<sup>128</sup> e foi publicada em 25 de março de 2020. A matéria traz especialistas para explicarem o que, naquele momento, era tido como indicado e contraindicado contra o vírus, diante do surgimento da hipótese da cloroquina como medicamentos capaz de salvar a todos da pandemia.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, foram cumpridos totalmente três, parcialmente três, não cumprido um e outro não se aplica. No caso do indicador “melhores práticas”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. No rodapé do site do Poder360, há uma aba “Quem somos”<sup>129</sup>, que explica como nasceu o site, qual é o seu objetivo, de quem foi a ideia. No mesmo local, há uma aba “Equipe”<sup>130</sup>, que mostra todos os integrantes, inclusive da área comercial. O mesmo há para os “Articulistas”<sup>131</sup>. Em “Política

<sup>128</sup>

Disponível

em:

<<https://www.poder360.com.br/coronavirus/saiba-o-que-e-recomendado-e-o-que-e-contraindicado-a-quem-contrair-covid-19/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

<sup>129</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

<sup>130</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/equipe/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

<sup>131</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/articulistas/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

editorial”<sup>132</sup>, o jornal explica que tipos de conteúdo são apresentados (notícia, análise, opinião e conteúdo patrocinado), política de assinatura de textos, valores para o jornal, política de correções e explica brevemente a metodologia de trabalho (da apuração até a escrita de uma matéria). Em “Código de conduta”<sup>133</sup>, o leitor fica sabendo quais são as regras que os jornalistas do Poder360 devem seguir. No caso do PoderData, empresa de pesquisas de opinião, há uma aba em que se explica a metodologia aplicada em cada levantamento<sup>134</sup>. O tipo de financiamento, no entanto, não aparece.

Em relação ao indicador “jornalista”, pode-se dizer que também foi completamente cumprido. Embaixo da manchete e da linha de apoio, consta o nome da repórter, neste caso, Sabrina Freire<sup>135</sup>, com um hiperlink que leva para uma página que descreve brevemente sua trajetória profissional e relaciona as matérias já escritas pela jornalista.

Em relação ao indicador “tipo de matéria”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido. Porque o Poder360, como mencionado antes, na aba “Política editorial” explica os quatro tipos de conteúdos trabalhados (notícia, opinião, análise e conteúdo patrocinado). Em cada um deles, há hiperlinks que levam para uma relação geral de todas as matérias publicadas pelo jornal que se encaixam em determinado perfil. O problema é que na matéria em si não há nenhuma etiqueta que classifique conforme essa divisão. Então, o leitor que só acessa a matéria, o que é muito comum considerando a leitura dinâmica que o ambiente digital proporciona, não tem acesso, pelo menos imediato, a essa classificação.

Em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que também foi parcialmente cumprido. Ao todo, foram utilizados quatro hiperlinks, sendo três de dentro do Poder360. O que se referia a um site de fora do veículo jornalístico foi quando se referiu ao Hospital Israelita Albert Einstein para falar que testes em pacientes com a cloroquina foram iniciados. Neste caso, no entanto, o hiperlink foi mal utilizado: era genérico e direcionou à página inicial do hospital, o que não acrescentou informação.

Nesta matéria, se percebeu que pelo menos mais três hiperlinks poderiam ter sido utilizados. O primeiro quando se fala que “a OMS (Organização Mundial de Saúde) retirou a restrição ao uso de medicamentos à base de ibuprofeno no tratamento contra a covid-19” (FREIRE, 2020, não paginado). Depois quando está escrito que “A cloroquina chegou a ser

<sup>132</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/politica-editorial/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

<sup>133</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/conduta/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

<sup>134</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poderdata-institucional/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

<sup>135</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/author/sabrina-freire/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

testada nos Estados Unidos em tratamentos contra o covid-19, mas a sua eficácia não foi comprovada” (FREIRE, 2020, não paginado). E por último em “A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) decidiu enquadrar as substâncias como medicamentos controlados” (FREIRE, 2020, não paginado).

Em relação ao indicador “métodos”, assim como nos outros jornais analisados, entende-se que não foi cumprido. Não há nenhum detalhamento específico sobre como foi feita aquela matéria. Já o indicador “apuração local” não se aplica, assim como nos outros jornais. Neste, nem a localização da repórter há.

Já em relação ao indicador “diversidade de vozes”, pode-se dizer que foi totalmente cumprido. A jornalista utilizou duas médicas de áreas diferentes – a doutora Heloísa Ravagnani, infectologista e presidente da Sociedade de Infectologia do Distrito Federal, e a gastroenterologista e hepatologista Daniela Louro –, a OMS, a Anvisa, Jair Bolsonaro e desinformações para escrever a matéria.

E o indicador “feedback acionável” também foi totalmente cumprido. Porque, ao final da matéria, se disponibiliza o e-mail da jornalista, além de um espaço escrito “curtiu a reportagem? Compartilhe sua opinião” e “apontar erros neste texto”. No rodapé da página, também está disponibilizada uma aba “Contato”<sup>136</sup>, com mais informações de contato do veículo jornalístico.

No caso do segundo período temporal, a matéria analisada do Poder360 tem como título “OMS suspende testes com cloroquina contra covid-19”<sup>137</sup> e foi publicada em 25 de maio de 2020. A matéria explica por que a OMS suspendeu seus estudos com a cloroquina contra a Covid-19.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, foram cumpridos totalmente três, parcialmente dois, não cumpridos dois e um não se aplica. No caso do indicador “melhores práticas”, pode-se dizer que foi totalmente cumprido, como se explicou antes, considerando se tratar do mesmo site – no caso, do Poder360. Já no indicador “jornalista”, diferentemente do anterior, não foi cumprido, porque não consta nenhum nome na assinatura. Ao invés do nome do repórter, está escrito “Poder360”. E, assim como na matéria anterior

<sup>136</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/contato/>>. Acesso em: 11 abril 2022.

<sup>137</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/oms-suspende-testes-com-cloroquina-contra-covid-19/>>. Acesso em: 2 abril 2022.

analisada, em relação ao indicador “tipo de matéria”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido.

Em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que também foi parcialmente cumprido. Foram usados cinco hiperlinks, todos referindo-se a outras matérias publicadas pelo Poder360 e bem utilizados, ou seja, se referindo ao assunto linkado. Mas entende-se que poderia ter se utilizado pelo menos mais dois outros hiperlinks. Um referindo-se à própria suspensão das pesquisas feitas pela OMS. Aqui, poderia ter se linkado o anúncio feito pela organização. E a outra quando o jornal diz que “a OMS já havia argumentado que não existe evidências científicas da eficácia da medicação, mas ainda assim incluiu o remédio nas pesquisas conduzidas em cerca de 400 hospitais pelo mundo” (PODER360, 2020, não paginado). Neste caso, trazer alguma referência de onde foi retirada essa informação.

Seguindo a mesma explicação dada na matéria anterior, o indicador “métodos” não foi cumprido e a “apuração local” não se aplica. Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, pode-se dizer que foi totalmente cumprido. Apesar de ser uma matéria mais hardnews, trouxe diversas fontes para abordar o assunto, como o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, a pesquisa publicada na revista científica *The Lancet*, a cientista-chefe da OMS, Soumya Swaminathan, o diretor de operações de emergência da OMS, Michael Ryan, o Ministério da Saúde e Jair Bolsonaro. E o “feedback acionável” também se entende que foi totalmente cumprido pela mesma explicação acima.

No caso do terceiro período temporal, a matéria analisada do Poder360 tem como título “Trump volta a defender hidroxiclороquina contra a covid-19”<sup>138</sup> e foi publicada em 29 de julho de 2020. A matéria contextualiza a defesa de Trump por um medicamento que não tem eficácia comprovada contra o novo coronavírus e fala ainda de polêmicas do presidente norte-americano nas redes sociais digitais, que atuaram na tentativa de inibir a disseminação de desinformação pela autoridade.

Em relação aos oito indicadores do Projeto Credibilidade, foram cumpridos totalmente três, parcialmente um, não cumpridos outros três e um não se aplica. No caso do indicador “melhores práticas”, pode-se dizer que foi totalmente cumprido, pela mesma explicação já apresentada. Já o indicador “jornalista” foi parcialmente cumprido. Apesar de não constar o

---

138

Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/trump-volta-a-defender-hidroxiclороquina-contra-a-covid-19-dw/>. Acesso em: 11 abril 2022.

nome de repórter na assinatura – ao invés disso, há o nome da agência que escreveu o conteúdo, a “Deutsche Welle” –, há um hiperlink<sup>139</sup> que relaciona, dentro do Poder360, todas as matérias publicadas pela organização no site. Algo diferente do que foi visto no O Povo com a AFP. Em relação ao indicador “tipo de matéria”, pode-se dizer que foi parcialmente cumprido, pelos mesmos motivos anteriores.

Já em relação ao indicador “citações e referências”, pode-se dizer que não foi cumprido. Não se usa nenhum hiperlink nesta matéria, quando se entende que poderia haver pelo menos 12. Dois em “ele voltou a defender o uso de hidroxiclороquina como tratamento para a covid-19, embora não haja comprovação científica de que o medicamento funcione contra a doença” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado), um se referindo ao Trump e outro ao estudo científico. Outro em:

Trump e seu filho mais velho, Donald Trump Jr, estão entre as pessoas que compartilharam na noite de 2ª feira (27.jul) um vídeo em que um grupo de médicos afirma que o uso de máscaras durante a pandemia é desnecessário e que a hidroxiclороquina é a “cura” para a covid-19” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado).

Outro em “Trump Jr. chegou a ter a conta no Twitter suspensa por 12 horas” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). Outro em “Em meados de junho, a OMS (Organização Mundial da Saúde) interrompeu os experimentos com hidroxiclороquina no tratamento da doença” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). Outro em “Na mesma época, a FDA (Food and Drug Administration), agência do governo dos EUA que regulamenta o uso de medicamentos no país, revogou a autorização para o uso emergencial da cloroquina e da hidroxiclороquina no tratamento da covid-19” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). Outro em “Na 2ª feira (27.jul), Trump retuitou uma teoria da conspiração que afirma que Fauci, diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas, ajudou a impulsionar o vírus para impedir a reeleição do presidente” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). Outro em “O presidente americano acusa as empresas de tecnologia do Vale do Silício de serem tendenciosas contra políticos conservadores” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). Outro em “Na metade de junho, o Facebook removeu um anúncio da campanha eleitoral de Trump que continha um símbolo utilizado pela Alemanha nazista para designar prisioneiros políticos, incluindo comunistas, nos campos de concentração”

---

<sup>139</sup> Disponível: <<https://www.poder360.com.br/author/deutsche-welle/>>. Acesso em: 20 abril 2022.

(DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). Outro em “Até então, a rede social vinha sendo criticada por não interferir em conteúdos políticos postados em sua plataforma” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). Outro em “No final de maio, o Twitter ocultou uma postagem do presidente por “apologia à violência” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado). E mais outro em “Na 5ª feira (23.jul), ele anunciou o cancelamento da Convenção Nacional Republicana” (DEUTSCHE WELLE, 2020, não paginado).

Assim como as matérias anteriores analisadas, o indicador “métodos” não foi cumprido e a “apuração local” não se aplica. Em relação ao indicador “diversidade de vozes”, pode-se dizer que foi totalmente cumprido. Foram utilizadas fontes como Donald Trump, materiais desinformativos, Twitter, Facebook, YouTube, dados da universidade Johns Hopkins e a FDA. E o “feedback acionável” também se entende que foi totalmente cumprido, como nas matérias anteriores.

#### 4.5 Análise dos resultados

Com o material empírico descrito, parte-se, agora, para a análise dos resultados. Este subcapítulo se propõe primeiro a analisar se as matérias vinculadas ao Projeto podem ser enquadradas como exemplos de mediação qualificada (OLIVEIRA, 2016). Em outras palavras, se são capazes de produzir um signo pleno na semiose da notícia (HENN, 1996). Depois, se os oito indicadores do Projeto contribuem para isso e se foram capazes de reforçar a credibilidade do jornalismo perante o público. Para tanto, foi necessário também avaliar qual dos métodos de fixação das crenças (PEIRCE, 1877) foi utilizado pelos veículos jornalísticos.

Na grande maioria das matérias analisadas, percebeu-se, de fato, uma preocupação em contextualizar o grande acontecimento negacionismo frente à ineficácia da cloroquina contra a Covid-19. Está claro para os cinco veículos jornalísticos de que dar a informação pura e simplesmente não basta mais na Internet. É preciso ir além. Todos os jornalistas usaram em diversos momentos hiperlinks que direcionam para outros sites, fontes diversas e uma maior descrição para aprofundar o tema retratado. O uso dessas ferramentas é visto aqui como tentativas de avançar do interpretante energético para o lógico na semiose da notícia. De renegociar a sua autoridade a partir da transparência. São exemplos, em maior ou menor grau, de mediação qualificada.

Mas adotar a mediação qualificada não basta para se enfrentar a crise de credibilidade no jornalismo, como já foi visto. É preciso mudar a argumentação do jornalismo de porque tem autoridade para retratar os acontecimentos. Apropriando-se dos conceitos de Lisboa (2012), justificar de outra forma a credibilidade constituída para que o público identifique de outra maneira a credibilidade percebida.

Conscientes disso, então, percebeu-se dois movimentos por parte dos veículos, a partir da adoção da mediação qualificada: a adoção de um discurso científico e de parte dos oito indicadores para recuperar sua credibilidade.

No caso do discurso científico, o que se viu foi que todas as matérias analisadas utilizaram um método de fixação de crenças (PEIRCE, 1877) predominante: o científico. Não no sentido de promoverem o jornalismo enquanto ciência, até porque este trabalho entende que não é (MEDITSCH, 1998), ainda que se proponha como conhecimento específico. Mas no sentido de valorizar a ciência nas matérias de modo a ser um argumento para convencer o leitor de que aquela informação é credível – ainda que esta pesquisa reconheça a falibilidade da ciência enquanto campo de conhecimento. Ou seja, o jornalismo recorreu à ciência, no caso dessas matérias que explicam a ineficácia da cloroquina contra a Covid-19, para trazer confiabilidade ao leitor porque se entendeu que em um cenário de desinformação e polarização política, a ciência acaba sendo uma alternativa para trazer objetividade às matérias, já que segue técnicas, tem métodos próprios.

Ao construir essa narrativa, percebeu-se nas matérias que a valorização da ciência enquanto um elemento propulsor de fixação de crenças se deu seguindo uma lógica dualista – tal qual o processo de significação da desinformação visto em Cardoso et al. (2021). Só que, claro, em sentido oposto: os veículos jornalísticos posicionaram a ciência, as instituições científicas, os dados, as pesquisas e os cientistas do lado do “bem” e o governo Bolsonaro e Trump e a desinformação do lado do “mal”. As matérias, portanto, também acabaram promovendo essa disputa de sentidos, mobilizando signos “bons” e “maus” dentro da lógica de polarização.

Em uma das matérias analisadas do Nexo, é possível perceber essa dicotomia “ciência versus governo” em um mesmo parágrafo: “Defendida pelo presidente Jair Bolsonaro como tratamento para a covid-19, a doença causada pelo novo coronavírus, a cloroquina teve seus riscos à saúde destacados no estudo mais abrangente já realizado sobre o medicamento” (ROCHA, 2020b, não paginado). Aqui, está se referindo ao estudo mais abrangente feito até



então que comprovava a ineficácia da cloroquina contra a Covid-19. E, mesmo assim, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro seguiu defendendo o medicamento em declarações públicas e nas suas redes sociais digitais.

Dados do Digital News Report (2021) corroboram com essa hipótese, de reforçar a ciência como uma alternativa para se recuperar a credibilidade. De acordo com o levantamento, a confiança nas notícias cresceu, em média, seis pontos percentuais após a pandemia do novo coronavírus – com 44% de nossa amostra total dizendo que confia na maioria das notícias na maior parte do tempo. Isso reverte, até certo ponto, as quedas recentes na confiança média – trazendo os níveis de volta aos de 2018.

Uma pesquisa do Datafolha apontava essa mesma tendência de melhora na credibilidade da mídia no Brasil. Conforme o levantamento, em março de 2020 – o primeiro caso de Covid-19 no país foi registrado em fevereiro –, programas jornalísticos de TV (61%) e jornais impressos (55%) lideravam o índice de confiança sobre o tema. Rádio (50%) e sites de notícias (38%) vinham logo depois. Enquanto isso, plataformas como o Facebook e aplicativos de mensagens como o WhatsApp só detinham a confiança de 12% dos entrevistados quando se tratava de informações sobre a Covid-19<sup>140</sup>.

Mas, como visto até aqui, só a autoridade, como a da ciência, não basta para fixar uma crença. Lisboa e Benetti (2015) propõem que, no jornalismo, a crença de que seja confiável seria conquistada a partir de um processo que se baseia na verdade e na justificação. Nesse caso, uma nova justificação. Por isso, entende-se que, para além do método de fixação das crenças, os veículos jornalísticos também adotaram parte dos oito indicadores do Projeto Credibilidade como estratégia de enfrentamento à crise a partir de uma proposta de reformulação da autoridade, a de demonstração de credibilidade.

Em relação aos oito indicadores de credibilidade, primeiro, pode-se dizer que sim, funcionam como legi-signos de transparência na semiose da notícia. O indicador “melhores práticas”, por exemplo, visa mostrar ao leitor quem é o veículo jornalístico que está se lendo, seja por meio da sua missão, seu tipo de financiamento, seus proprietários. A lógica é a de que o leitor possa conhecer quem produz o conteúdo que ele consome para, então, decidir se vale a pena continuar a consumi-lo. Já o indicador “jornalista” afunila, de algum modo, essas melhores práticas. A ideia aqui é que o leitor tenha mais acesso a informações sobre o

---

140

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 10 março 2022.

profissional que escreveu a matéria. Aqui pode-se entender que funcionaria de modo a reafirmar o jornalismo enquanto uma forma de conhecimento específica, com técnicas próprias, já que os veículos indicam a trajetória profissional desses jornalistas e matérias relacionadas, de modo a induzir o leitor a entender o quanto o profissional está apto a escrever aquela matéria.

O indicador “tipo de matéria” funciona para alertar ao leitor a que tipo de conteúdo está indo consumir. Muitas vezes, se percebe que as pessoas não têm noção de diversas práticas jornalísticas. Não basta mais dizer que a matéria escrita por uma colunista é opinião ou notícia. É preciso etiquetá-la, de modo a ficar claro num ambiente informativo caótico que as redes sociais digitais propiciam. O indicador “citações e referências” talvez seja o que mais segue a lógica do conceito transparência em stricto sensu. Basicamente, a ideia aqui é mostrar ao leitor de onde foram retiradas tais informações para provar que elas são verdadeiras.

O indicador “métodos” funciona, mais uma vez, como uma forma de defender que o jornalismo é uma forma de conhecimento específica. Aqui, se traz informações de como foi produzida uma matéria, de modo que o leitor entenda os processos adotados e, dessa forma, acredite no que está lendo. O indicador “apuração local” entra na mesma lógica, só que traz o fator hiperlocalismo à tona. A ideia aqui é mostrar o quão próximo o jornalista estava ou não do acontecimento retratado para que, se o leitor seja de tal localidade, identifique se de fato retrata alguma realidade de lá.

No caso do indicador “diversidade de vozes”, a transparência funciona no sentido do leitor perceber, ao ler alguma matéria, que foram buscadas fontes de diferentes lados de um mesmo acontecimento, com diferentes visões. A ideia aqui é que, seguindo esse indicador, se conseguiria ter um entendimento melhor sobre o acontecimento retratado. E o indicador “feedback acionável” funciona como uma maneira de serem transparentes no sentido de contato. Quer dizer, se o leitor entender que existe erros ou quiser dar sugestões, o veículo jornalístico proporciona um canal para que essa comunicação se estabeleça.

No entanto, como Träsel et al. (2019) já perceberam, esses oito indicadores não necessariamente podem ser utilizados para se atribuir imediatamente ou automaticamente credibilidade a um veículo. Primeiro porque muitos ciberjornais, como chamam, seguem normas semelhantes e valores éticos da profissão e não manifestam esse compromisso em seus sites. Segundo porque o pseudojornalismo, outra expressão utilizada pelos pesquisadores

quando se referem a sites desinformativos ou tendenciosos, se apropria desses indicadores para enganar o público. Por isso mesmo, propõem:

É importante que os líderes do PC estejam cientes dessa realidade para auditar a ferramenta que fará a atribuição automática de credibilidade de um veículo no futuro, pois há chances de produtores de conteúdo manipularem as informações de modo a ganhar a marca T, o indicador do Trust Project, sem estarem comprometidos na prática com as normas e padrões defendidos pela iniciativa. (TRÄSEL et al., 2019, p. 490).

Os autores também trazem críticas aos próprios indicadores, que se referendam nesta pesquisa. Apesar desta pesquisa reconhecer o valor de transparência imbuído em todos os indicadores, há impasses a serem resolvidos. O indicador “jornalista”, por exemplo, que trata de apresentar a competência e a experiência prévia do repórter, pode ser um entrave à conquista do selo de credibilidade por jornalistas recém-formados ou veículos independentes com orçamento limitado para contratar jornalistas experientes. E não necessariamente o indicador propicia ou não uma maior credibilidade por conta disso.

Outro crítica que fazem é sobre o indicador “melhores práticas”, que explicita informações sobre financiamento, compromissos éticos, política de correção de erros etc. Träsel et al. (2019) entendem que esse é um dos critérios mais importantes para a aferição de credibilidade e transparência perante o público. O problema é que no modelo atual, quantitativo, um veículo que não cumpre esse indicador mas cumpre a maior parte dos demais ganha o mesmo selo do que um que cumpre esse e menos outros.

E, ainda que nem todos os indicadores tenham sido cumpridos nas matérias analisadas, percebe-se que a transparência, de fato, funcionou enquanto *legi-signo* da prática jornalística de mediação qualificada. Porque, a técnica orientou o processo de significação, estimulando uma maior contextualização do acontecimento e uma maior busca por informações por parte do jornalista. Em alguns casos, os jornalistas explicaram detalhadamente procedimentos científicos, como técnicas de duplo-cego. Na última matéria da Agência Lupa, há inclusive, ao final do texto, uma parte escrita “Fontes”, onde consta a referência bibliográfica utilizada.

Portanto, se o uso da ciência estava amparado na lógica de se embasar em uma fonte credível, o dos indicadores está em dar provas da veracidade do seu testemunho. Para Lisboa e Benetti (2015, p. 22), é basicamente isso: a justificação social do jornalismo “está amparada em provas”. Mais ainda agora, que se propõe uma reformulação da autoridade.

No entanto, apesar da adoção do método de fixação das crenças e de parte dos indicadores de credibilidade, não foi generalizada a produção de signos plenos pelas matérias. Pelo contrário, inclusive. Embora não seja o objetivo desta pesquisa aferir a incidência dos indicadores no material empírico analisado, uma breve contagem revelou que menos 40% dos indicadores foram cumpridos. Entende-se que, ainda que sigam valores de transparência, a iniciativa precisa rever alguns deles para uma melhor efetividade da proposta.

Além da própria fragilidade dos indicadores, uma das hipóteses defendidas aqui é que, além do *legi-signo* transparência, foi possível notar outros valores que orientavam a semiose da notícia. Alguns ainda são resquícios do jornalismo tradicional, como a retórica da autoridade, por exemplo.

A defesa da autoridade – aqui entendida, como já explicado, como a ideia de informar um acontecimento e querer que as pessoas acreditem porque ele disse e, portanto, é verdadeiro – pode ser vista em diferentes momentos da descrição do material empírico. A grande maioria dos veículos jornalísticos não informa quem os financia, por exemplo – uma prerrogativa do indicador “melhores práticas”. Além disso, o uso de hiperlinks – este prerrogativa do indicador “citações e referências” –, por exemplo, que indiquem de onde tal informação foi retirada, ainda é usado com bastante moderação pelas empresas. Em praticamente todas as matérias analisadas, viu-se que poderia ter sido usado pelo menos mais metade dos hiperlinks efetivamente colocados.

O mesmo comportamento se vê no indicador “métodos”. Nenhum dos jornais explicou detalhadamente como foi feita cada matéria. Diante desses exemplos, pode-se entender que ainda existe um receio das empresas em divulgar todas as suas técnicas, no sentido de um medo de perder a legitimidade, a autoridade do seu papel, ao “ensinar” ao público como se faz jornalismo, ao investir em educação midiática.

Ainda em relação ao indicador “métodos”, por outro lado, há também outros *legi-signos* que influenciam o não cumprimento dessa categoria. É o caso da velocidade. As atuais exigências do mercado de trabalho num ambiente digital, de tempo e velocidade, implicam numa decifração rápida do acontecimento e numa menor contextualização dos fatos, como já visto em Henn (2014b), o que pode ter feito com que o repórter não tenha tido tempo de cumprir esse indicador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou entender se o Projeto Credibilidade pode se configurar como uma iniciativa de enfrentamento à crise de credibilidade no jornalismo. Para tanto, se analisou primeiro se as matérias vinculadas ao Projeto podem ser enquadradas como exemplos de mediação qualificada (OLIVEIRA, 2016). Em outras palavras, se são capazes de produzir um signo pleno na semiose da notícia (HENN, 1996). Depois, se os oito indicadores do Projeto contribuem para isso e se foram capazes de reforçar a credibilidade do jornalismo perante o público. Para tanto, foi necessário também avaliar qual dos métodos de fixação das crenças (PEIRCE, 1877) foi utilizado pelos veículos jornalísticos.

No primeiro capítulo, então, foram apresentadas as inspirações teóricas que guiaram esta pesquisa. Nesta etapa, a ideia foi explicar o que se entende enquanto jornalismo como uma forma de conhecimento específico (GENRO FILHO, 1987; MEDITSCH, 1998; PARK, 1955), como funciona a semiose da notícia a partir de conceitos peirceanos e lotmanianos e como se constituem o acontecimento (QUÉRÉ, 2005; 2012), a credibilidade (LISBOA, 2012; LISBOA; BENETTI, 2015; 2017) e as crenças (LISBOA; BENETTI, 2015; PEIRCE, 1877) para mostrar brevemente como o jornalismo funcionava antes da Internet.

No capítulo seguinte, fala-se da crise propriamente dita, na era da Internet. Explica-se que crise é essa do ponto de vista da semiose da notícia e dos conceitos de credibilidade e crença e como a desinformação influencia o problema. A pandemia de Covid-19 é trazida como um exemplo para esse cenário.

Ainda no segundo capítulo, foi apresentado o conceito de mediação qualificada como uma alternativa à crise de credibilidade no jornalismo. A partir dela, foi proposta a transparência como uma técnica possível para ser adotada de modo a recuperar a credibilidade perante o público, seguindo uma lógica de renegociação da sua autoridade a partir da sua justificação. Considerando a semiose da notícia, a ideia aqui seria substituir legi-signos que orientam a semiose da notícia do jornalismo tradicional pela transparência.

Por fim, no terceiro e último capítulo, se apresentou o Projeto Credibilidade, sua história, seus indicadores e quem participa, como uma possibilidade de enfrentamento à crise. Depois, se detalhou o que era a análise do acontecimento (FRANÇA, 2012), metodologia utilizada nesta pesquisa como um dos procedimentos metodológicos alcançados. Em seguida, se explicou os procedimentos metodológicos adotados. Primeiro, foram selecionadas 14

matérias de cinco veículos jornalísticos vinculados ao Projeto que tratassem da ineficácia da cloroquina contra a Covid-19, em três períodos temporais diferentes, como material empírico. Segundo, se utilizou a análise do acontecimento para descrição do material empírico e se mapeou os oito indicadores do Projeto Credibilidade para entender o que foi cumprido nas matérias. Ao final, foi feita uma análise dos resultados, a partir dos conceitos semióticos, de crença e credibilidade apresentados ao longo da pesquisa.

O resultado mostrou que há veículos jornalísticos mais avançados do que outros nesse sentido, mas é inegável que já existe uma preocupação por parte das empresas em trazer mais contextualização aos acontecimentos. Só que não necessariamente os indicadores do Projeto Credibilidade ajudaram a produzir um signo pleno na semiose da notícia. Primeiro porque as matérias analisadas cumprem menos de 40% dos indicadores. E segundo porque esses indicadores ainda são, muitas vezes, frágeis (TRÄSEL et al., 2019). Ou seja, entende-se que a iniciativa é válida, mas é preciso revisar alguns indicadores de modo a desenvolver uma maior transparência nas matérias e nos veículos como um todo.

Ainda assim, se percebeu que o legi-signo transparência funciona como elemento propulsor para a mediação qualificada. Já que estimula a renovação de credibilidade, a partir da renegociação da autoridade por meio de uma justificação. No entanto, além do pouco uso e da fragilidade dos indicadores, legi-signos do jornalismo tradicional, como a autoridade, no sentido autoritário de se retratar os acontecimentos, como já explicado, ainda estão presentes, o que impede, muitas vezes, a plenitude do processo de significação.

Enfim, a mediação qualificada está, de fato, no horizonte dos jornais, mas a maioria dos interpretantes ainda não avançaram para o nível lógico da semiose da notícia pelos resquícios que ainda existem do jornalismo tradicional, aquele que vivemos hoje, que ainda se embasa em comportamentos vistos como obsoletos, como a teoria do espelho. Para que a iniciativa seja potencializada, é preciso, então, que as empresas jornalísticas adotem uma concepção diferente do jornalismo – a de mediador qualificado. Mostrem de onde retiraram as informações, por meio da transparência. Dessa maneira, o jornalismo estaria justificando a sua autoridade, mudando valores da credibilidade constituída (LISBOA, 2012), para alterar, então, a percebida.

Com esta pesquisa, então, um primeiro passo foi dado: o da confirmação de que (1) o jornalismo entendeu a complexidade da sua crise, (2) existem iniciativas se propondo como alternativas a ela e (3) o Projeto Credibilidade pode vir a ser uma delas, caso seja reformulado

e os veículos adotem mais profundamente a concepção de mediação qualificada. Agora, entende-se que são precisos estudos de recepção para complementar o resultado aqui encontrado: qual o impacto do Projeto Credibilidade nos leitores? Como os indicadores são percebidos por eles? Mudaram, de fato, sua percepção sobre o jornalismo? Recuperam, enfim, a sua credibilidade? Se a crise não for solucionada com essa e outras pesquisas que poderão vir a ser desenvolvidas a partir desses caminhos traçados, espera-se que, pelo menos, se dê mais alguns passos nesta direção.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. A.; BARONI, M. A. L. O Acontecimento e o Sensacional no Jornalismo. **Estudos em Comunicação**, Portugal, n. 5, p. 135-149, maio 2009.
- ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Piados, 1989.
- AMARAL, L. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.
- AMÉRICO, E. V. O conceito de fronteira na semiótica de Iúri Lotman. **Bakhtiniana**. Revista De Estudos Do Discurso, São Paulo, v.12, n.1, p. 5-20, janeiro/abril 2017.
- BASU, R. The wrongs of racist beliefs. **Philosophical Studies**, Estados Unidos, v. 176, n. 9, p. 2497-2515, setembro 2019.
- BATISTA, E. L. Pesquisas com hidroxiquina contra coronavírus ainda são preliminares. **Folha de S. Paulo**, [S.l.: s.n.], 20 março 2020. Saúde. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/pesquisas-com-remedio-contra-coronavirus-ainda-sao-preliminares-afirmam-especialistas.shtml>>. Acesso em: 10 março 2022.
- BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics**. New York: Oxford University Press, 2018.
- BERGER, C. Em torno do discurso jornalístico. In: NETO, A. F.; PINTO, M. J. (org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BERTONI, E. Como a cloroquina mostra o que há de ciência na prática médica. **Nexo**, [S.l.: s.n.], 28 julho 2020. Expresso. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/07/28/Como-a-cloroquina-mostra-o-que-h%C3%A1-de-ci%C3%Aancia-na-pr%C3%A1tica-m%C3%A9dica>>. Acesso em: 10 março 2022.
- BOCZKOWSKI, P.; MITCHELSTEIN, E.; MATASSI, M. Incidental news: How young people consume news on social media. In: Hawaii International Conference on System Sciences, 50., 2017, Havaí. **Anais...** [...]. Havaí: Universidade do Havaí, 2017. Disponível em: <<https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/handle/10125/41371>>. Acesso em: 10 março 2022.
- BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRAGA, J. L. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 288-296, setembro/dezembro 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37542/40256>>. Acesso em: 10 mar. 2022.



BRENOL, M. V. A transparência como conduta para o jornalista. **Movendo Ideias**, v. 25, n. 2, julho/dezembro 2020.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDAS, P. N. L. Um breve olhar peirceano sobre as relações de crenças e dúvidas na experiência de recepção e difusão de informações nas mídias tradicionais e na internet. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 150-160, setembro 2019.

CARDOSO, T. S.; GOMES, R. C. L. F.; NAKAGAWA, F. S.; NAKAGAWA, R. M. O. A pílula mágica da gripezinha: a narrativa da cloroquina nos grupos bolsonaristas de WhatsApp durante a pandemia de Covid-19. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 23, n.2, p. 175-189, maio/agosto 2021.

CASSAM, Q. **Vices of the mind: from the intellectual to the political**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHRISTOFOLETTI, R. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019. Edição Kindle.

CHRISTOFOLETTI, R.; LAUX, A. P. F. Confiabilidade, credibilidade e reputação no jornalismo e na blogosfera. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 29-55, janeiro/junho 2008.

CLIFFORD, William. A ética da crença. *In*: MURCHO, Desidério (ed.). **A ética da crença**. Lisboa: Editora Bizâncio, 2010. p. 97—136.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2007. Disponível em: <[www.fenaj.org.br](http://www.fenaj.org.br)>. Acesso em: 10 março 2022.

COELI, R. **Polarização política e o impeachment de 2016: uma análise de dados reais e de mídias sociais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COLAPIETRO, V. **Peirce's approach to the self: A Semiotic perspective on human subjectivity**. Albany: State University of New York Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **Glossary of Semiotics**. New York: Paragon House, 1993.

DEUTSCHE WELLE. Trump volta a defender hidroxycloroquina contra a covid-19. **Poder360**, [S.l.: s.n.], 29 julho 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/trump-volta-a-defender-hidroxycloroquina-contr-a-a-covid-19-dw/>>. Acesso em: 10 março 2022.

FRANÇA, V.; LOPES, S. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. *MATRIZES*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-87, setembro/dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/138820>>. Acesso em 10 abril 2022.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. *Galáxia*, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dezembro 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>>. Acesso em: 10 abril 2022.

\_\_\_\_\_. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. *Caleidoscópio*, Lisboa, v. 10, p. 59-72, 2011.

FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

\_\_\_\_\_. A produção de conhecimento no jornalismo: transformações e renovações do cenário contemporâneo. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 27., 2018, Belo Horizonte. *Anais...* [...]. Belo Horizonte: Compós, 2018.

FREIRE, S. Saiba o que é recomendado e o que é contraindicado a quem contrair covid-19. *Poder360*, [S.l.: s.n.], 25 março 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/saiba-o-que-e-recomendado-e-o-que-e-contraindicado-a-quem-contrair-covid-19/>>. Acesso em: 10 março 2022.

FRICKER, E. Testimony and epistemic autonomy. *In: LACKEY, Jennifer; SOSA, Ernest. Epistemology of testimony*. Nova York: Oxford, 2006.

GARCIA, I. S. **A curadoria jornalística via WhatsApp como forma de enfrentamento ao caos informativo**: uma análise do projeto Zap Matinal. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

GEHRKE, M. Transparência no método como valor para o jornalismo. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 16., 2018, São Paulo. *Anais...* [...]. São Paulo: SBPJor, 2018.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ; Apicuri, 2016.

HENN, R. C. O acontecimento em sua dimensão semiótica. *In: BENETTI, M; FONSECA, V. Jornalismo e Acontecimento*: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 77-93.

\_\_\_\_\_. El cibercontecimiento: producción y semiosis. Barcelona: UOC, 2014a. v. 1.

\_\_\_\_\_. O acontecimento jornalístico a partir da semiótica de Peirce. Entrevistadores: Andriolli Costa e Ricardo Machado. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, v. 15, n. 457, outubro 2014b. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5750&secao=457](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5750&secao=457)>. Acesso em: 15 março 2022.

\_\_\_\_\_. **Os Fluxos da Notícia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pauta e notícia**. Canoas: Ulbra, 1996.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LEWICKI, R. J.; TOMLINSON, E. C. **Trust and Trust Building**. Beyond Intractability. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. Conflict Information Consortium, University of Colorado, Boulder. Posted: December 2003. Disponível em: <<http://www.beyondintractability.org/essay/trust-building>>. Acesso em: 10 março 2022.

LIMA, R. **Credibilidade no jornalismo independente**: uma análise do *ethos* discursivo da Agência Pública. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LISBOA, S. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor**: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LISBOA, S.; BENETTI, M. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 51-62, janeiro/junho 2017.

\_\_\_\_\_. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664/666>>. Acesso em: 10 abril 2022.

LISBOA, S.; FRANZONI, S. Jornalismo e efeito de transparência: definições na teoria e na práxis. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: SBPJor, 2018.

LOPES, R. Prescrição médica de hidroxycloquina aumenta 863,34% na pandemia de coronavírus. **Folha de S. Paulo**, [S.l.: s.n.], 30 julho 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/07/prescricao-medica-de-hidroxycloquina-aumenta-86334-na-pandemia-de-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 10 março 2022.

LOTMAN, Y. **La semiosfera**. Madri: Catedra, 1996.

\_\_\_\_\_. Mekhanízmy dialoga [Os mecanismos do diálogo]. *In*: \_\_\_\_\_. **Semiosfera**. São Petersburgo: Iskústvo-SPB, 2001, p.268-275.

LUHMANN, N. **Confianza**. México: Anthropos, 1996.

MARÉS, C. Covid-19: entenda por que você não deve comprar hidroxyclorequina agora. **Agência Lupa**, [S.l.: s.n.], 20 março 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/03/20/coronavirus-hidroxyclorequina/>>. Acesso em: 10 março 2022.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências Da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, janeiro 1998.

MIGUEL, L. F. Jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, maio 1999.

MORAES, M. #Verificamos: É falso que médicos de 30 países confirmam a eficácia da cloroquina. **Agência Lupa**, [S.l.: s.n.], 16 abril 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/04/16/verificamos-medicos-30-paises-eficacia-cloroquina/?fbclid=IwAR0C4HGkHXPIY9NDQkJ1EEddRxxIeG2Bd-OG431-aiVty6EmsvJxJUHzeyc>>. Acesso em: 10 março 2022.

MORAVEC, P. L.; MINAS, R. K.; DENNIS, A. R. Fake News on Social Media: People Believe What They Want to Believe When it Makes No Sense at All. **Kelley School of Business Research Paper**, Estados Unidos, v. 43, n. 4, p. 18-87, 2019.

MORIN, E. **O Método I: A natureza da natureza**. Mira-Sintra: Europa-América, 1986.

ODDO, M. V. Território, jornalismo e credibilidade: influências territoriais da digitalização dos meios na crise do jornalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 13., 2015, Campo Grande. **Anais...** [...]. Campo Grande: SBPJor, 2015.

OLIVEIRA, F. M. de. A linguagem como lugar epistemológico: contribuições para o estudo do jornalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15., 2017, São Paulo. **Anais...** [...]. São Paulo: SBPJor, 2017.

\_\_\_\_\_. **A semiose da notícia em ambiente de crise: Movimentos em rede e mediação na semiosfera contemporânea**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

\_\_\_\_\_. **La semiosis de la noticia: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo**. Barcelona: Editorial UOC, 2018.

\_\_\_\_\_. **Produção da notícia e movimentos sociais: processos de produção no Jornalismo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

OLIVEIRA, F. M. de; OSÓRIO, M. C.; HENN, R. Agir cartográfico: proposta teórico-metodológica para compreensão e exercício do jornalismo em rede. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre. **Anais...** [...]. Porto Alegre: Compós, 2019.

OLIVEIRA, F. M. de; STEFENON, E.; OZORIO, J. A crise em 20 anos: reflexões sobre a mediação qualificada como estratégia de enfrentamento à luz do GT Estudos de Jornalismo da Compós (2000-2019). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 18., 2020. *Anais...* [...]. SBPJor, 2020.

O POVO. Tira-dúvidas sobre uso de cloroquina e hidroxiclороquina no tratamento de coronavírus. *O Povo*, [S.l.: s.n.], 25 maio 2020. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/05/25/tira-duvidas-cloroquina--hidroxiclороquina-na-tratamentp-coronavirus.html>>. Acesso em: 10 março 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Novel Coronavirus (2019-nCov). Situation Report - 13. [S. 1.], 2 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200202-sitrep-13-ncov-v3.pdf>>. Acesso em: 15 março 2022.

PAILLET, M. *Jornalismo, o quarto poder*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

PARK, R. E. News as a Form of Knowledge. *Society – Collective Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society*. Illinois: The Free Press, 1955, p. 71-88.

PEIRCE, C. S. “A Fixação das Crenças”. *Popular Science Monthly*, Nova York, v. 12, novembro 1877.

\_\_\_\_\_. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

\_\_\_\_\_. *Semiótica e filosofia*. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1975.

PINTO, A. E. de S. OMS desiste de testar cloroquina em tratamento de Covid-19. *Folha de S. Paulo*, [S.l.: s.n.], 27 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/oms-desiste-de-testar-cloroquina-e-m-tratamento-de-covid-19.shtml>>. Acesso em: 10 março 2022.

PODER360. OMS desiste de testar cloroquina em tratamento de Covid-19. *Poder360*, [S.l.: s.n.], 25 maio 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/oms-suspende-testes-com-cloroquina-contracovid-19/>>. Acesso em: 10 março 2022.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. *In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

\_\_\_\_\_. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

\_\_\_\_\_. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. *Caleidoscópio*, Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011.

RAMONET, Ignacio. *A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RECUERO, R; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, Hiperpartidarismo e Câmaras de Eco: Como circula a Desinformação sobre Covid-19 no Twitter. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, agosto/novembro 2020.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140809/000992317.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 maio 2022.

\_\_\_\_\_. Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [s. l.], janeiro a junho 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2020v17n1p43/43590>>. Acesso em: 31 out. 2021.

ROCHA, C. Coronavírus: os perigos de usar remédios sem supervisão. **Nexo**, [S.l.: s.n.], 24 março 2020a. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Coronav%C3%ADrus-os-perigos-de-usar-rem%C3%A9dios-sem-supervis%C3%A3o>>. Acesso em: 10 março 2022.

ROCHA, C. O estudo global que reafirma a ineficácia da cloroquina contra o coronavírus. **Nexo**, [S.l.: s.n.], 22 maio 2020b. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/22/O-estudo-global-que-reafirma-a-inefic%C3%A1cia-da-cloroquina-contra-o-coronav%C3%ADrus>>. Acesso em: 10 março 2022.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo**: teorias, questões e histórias. Lisboa: Veja: 1993. p. 27-33.

SÁBADA, T. **Framing**: el encuadre de las noticias. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

SANTAELLA, L. **A Teoria Geral dos Signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SILVA, T. Acontecimento e problemas públicos: elementos para uma crítica da cobertura jornalística. **Revista Rumores**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 83-105, janeiro/junho 2018.

SILVA, T.; FRANÇA, V. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. **E-compós**, Brasília, v. 20, n. 3, setembro/dezembro 2017.

SIMÕES, P. O acontecimento e o campo da comunicação. In: FRANÇA, V. R. V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. C. **Teorias da comunicação no Brasil**: reflexões contemporâneas. Salvador: Edufba, 2014. p. 173-195.

SORDI, J. Lupa na Ciência: Entenda a importância do estudo brasileiro que comprovou ineficácia da hidroxicloroquina para casos leves e moderados de Covid-19. **Agência Lupa**, [S.l.: s.n.], 27 julho 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/07/27/lupa-na-ciencia-estudo-brasileiro/>>. Acesso em: 10 março 2022.

SOSTER, D. Credibilidade jornalística, conceito em transição. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais...** [...]. Brasília: Intercom, 2006.

SOUZA, R. Pós-verdade, jornalismo e a credibilidade em perigo: o mercado de notícias falsas e as consequências para o jornalismo. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 20., 2017, Porto Alegre. **Anais...** [...]. Porto Alegre: Intercom, 2017.

SPERBER, D. An evolutionary perspective on testimony and argumentation. **Philosophical Topics**, v. 29, n. 1 & 2, p. 401-413, spring and fall 2011.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

SROUR, R. H. **Modos de Produção**: elementos da problemática. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

STEFENON, E.; ABREU, J. O. de; GOULART, N. B.; OLIVEIRA, F. M. de. O Acontecimento Covid-19 e os sentidos sobre o setor funerário no veículo Folha de S. Paulo. *In*: ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES EM JORNALISMO, 11., 2021. **Anais...** [...]. JPJor, 2021.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining "Fake news": a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, Reino Unido, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

TAVARES, C.; SOUSA, L. A crise e o jornalismo: uma análise dos artigos sobre o tema publicados nos periódicos brasileiros. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 17., 2019, Goiânia. **Anais...** [...]. Goiânia: SBPJor, 2019.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Vol 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRÄSEL, M.; LISBOA, S.; VINCIPROVA, G. R. Pós-verdade e confiança no jornalismo: uma análise de indicadores de credibilidade em veículos brasileiros. **Brazilian journalism research**, v. 15, n. 3, p. 452-473, 2019.

VOLT Data Lab: banco de dados. Disponível em: <<https://passaralhos.voltdata.info/>>. Acesso em: 2 maio 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Estrasburgo: Council of Europe, 2017. Disponível em:

<<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinaryframework-for-research/168076277c>>. Acesso em: 10 março 2022.

\_\_\_\_\_. Reflexão sobre a "desordem da informação": Formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação. *In*: IRETON, C.; POSETTI, J. (ed.). **Jornalismo, Fake News & Desinformação**: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Tradução: S.

R. Reedman. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647/PDF/368647por.pdf.multi>>. Acesso em: 10 março 2022.

WARDLE, C. **Information Disorder: The Essential Glossary**. Harvard Kennedy School, 2018. Disponível em: <[https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2018/07/infoDisorder\\_glossary.pdf?x86275](https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2018/07/infoDisorder_glossary.pdf?x86275)> Acesso em: 10 março 2022.